VOTORANTIM

CBA Energia Participações S.A.

CNPJ/MF nº 04.756.038/0001-40

Demonstrações Financeiras 2018

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço patrimonial - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

Ativo	2018	2017
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5.838	6.092
Aplicações financeiras	19.682.953	510.892
Tributos a recuperar	41.111	9.537
Dividendos a receber	31.733.400	10.339.745
	51.463.301	10.866.266
Investimentos	240.788.496	250.033.029
	240.788.496	250.033.029
Total do ativo	**292.251.797**	**260.899.295**

Passivo e patrimônio líquido	2018	2017
Circulante		
Fornecedores	15.716.818	–
Tributos a recolher	2.620	126
Dividendos a pagar	3.362.642	–
Total do passivo	**19.082.080**	**126**
Patrimônio líquido		
Capital social	262.376.508	262.376.508
Prejuízos acumulados	–	(1.477.339)
Reserva de lucros	10.793.209	–
Total do patrimônio líquido	**273.169.717**	**260.899.169**
Total do passivo e patrimônio líquido	**292.251.797**	**260.899.295**

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

	2018	2017
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	(33.239)	(10.965)
Outras despesas operacionais, líquidas	(33.745.749)	(3.353)
	(33.778.988)	(14.318)
Prejuízo operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	(33.778.988)	(14.318)
Resultado de participações societárias		
Equivalência patrimonial	49.180.847	(1.530.030)
	49.180.847	(1.530.030)
Resultado financeiro líquido		
Receitas financeiras	254.036	79.195
Despesas financeiras	(19.505)	(4.538)
	234.531	74.657
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	15.636.390	(1.469.691)
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	–	(14.482)
Prejuízo do exercício	15.636.390	(1.484.173)

Diretoria

Fábio Rogério Zanfelice – Diretor Presidente
Raul Almeida Cadena – Diretor Financeiro
Cesar Augusto Conservani – Diretor
Carlos Guerra – Diretor

Contador

Antonio dos Santos Entraut Junior - CRC 068461/O-1 "S" SP

VOTORANTIM

POLLARIX S.A.

CNPJ/MF nº 04.755.710/0001-82

Demonstrações Financeiras 2018

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017. Queremos agradecer aos nossos clientes, fornecedores e prestadores de serviços, pelo apoio, cooperação e a confiança em nós depositada e, em especial, aos nossos colaboradores, pelo empenho apresentado.

São Paulo, 29 de abril de 2019

A Diretoria

Balanço patrimonial - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

Ativo	2018	2017
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	2.998	3.343
Aplicações financeiras	11.688.162	13.093.375
Tributos a recuperar	145.278	–
Dividendos a receber	27.995.045	9.122.254
	39.831.483	22.218.972
Investimentos	278.810.646	84.217.129
	278.810.646	84.217.129
Total do ativo	318.642.129	106.436.101

Passivo e patrimônio líquido	2018	2017
Circulante		
Fornecedores	13.399.584	4.277
Tributos a recolher	1.902	162.602
Dividendos a pagar	3.441.307	2.846.165
	16.842.793	3.013.044
Total do passivo	16.842.793	3.013.044
Patrimônio líquido		
Capital social	290.153.919	94.290.756
Reserva de lucros	11.645.417	9.132.301
Total do patrimônio líquido	301.799.336	103.423.057
Total do passivo e patrimônio líquido	318.642.129	106.436.101

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

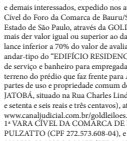
	2018	2017
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	(10.234)	(10.251)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(29.302.433)	(600)
	(29.312.667)	(10.851)
Prejuízo operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	(29.312.667)	(10.851)
Resultado de participações societárias		
Equivalência patrimonial	43.197.140	9.806.640
	43.197.140	9.806.640
Resultado financeiro líquido		
Receitas financeiras	647.951	3.439.806
Despesas financeiras	(42.709)	(160.028)
	605.242	3.279.778
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	14.489.715	13.075.567
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes		(1.087.435)
Lucro líquido do exercício	14.489.715	11.988.132

Diretoria

Fábio Rogério Zanfelice – Diretor Presidente
Raul Almeida Cadena – Diretor Financeiro
Cesar Augusto Conservani – Diretor
Carlos Guerra – Diretor

Contador

Antonio dos Santos Entraut Junior - CRC 068461/O-1 "S" SP



PRÓXIMOS LEILÕES ELETRÔNICOS. Do Condutor da Praça- A praça será realizada por MEIO ELETRÔNICO através do Portal: www.canaljudicial.com.br/goldleiloes e será conduzida pelo Gestor Leiloeiro Oficial Ulian Aparecido da Silva -JUCESP 958. Na segunda praça, o valor mínimo para a venda corresponderá a 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação judicial, nos termos do artigo 13 do provimento CSM 1625/2009. Da comissão da Gestora Judicial- O arrematante deverá pagar a Gestora Judicial GOLD, a título de comissão o valor da porcentagem estipulada no edital, sob o preço de arrematação do imóvel. Dos lances- Os lances deverão ser efetuados pela rede internet, através do Portal www.canaljudicial.com.br/goldleiloes. Da responsabilidade do arrematante- todas as providências e despesas relativas a transferência dos imóveis, tais como recolhimento do ITBI, foro, laudêmio, taxas alvarás, certidões, escrituras, registros e outras despesas pertinentes, inclusive dados apurados junto ao INSS oriundos de construção ou reformas não averbadas no Orgão competente e, ainda, dividas relativas ao condomínio, resguardada a possibilidade de ação regressiva contra o devedor principal, perante ao Orgão competente. Débitos de IPTU- Eventuais débitos de IPTU ficam sub-rogados no valor da arrematação nos exatos termos do art. 130, parágrafo único do Código Tributário Nacional, mediante apresentação do extrato de débitos fiscais apresentado pelo arrematante. Todas as regras e condições aplicáveis estão disponíveis no Portal www.canaljudicial.com.br/goldleiloes. A alienação obedecerá ao disposto na legislação aplicável, no Provimento CSM nº 1.625/09 do TJSP e o capt do artigo 335, do Código Penal. A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos.

1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BIRIGUI/SP – 1º OFÍCIO CÍVEL Edital de 1º e 2º Fase de Leilão Judicial Eletrônico de bem móvel e para intimação do executado L&S COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA ME E OUTROS (CNPJ 00.511.951/0001-25); na pessoa de seu representante, bem como na sua pessoa LAÉRCIO SAEKI (CPF 031.959.068-21) e TÂNIA APARECIDA SAEMI HINO SAEKI (CPF 067.384.188-09), e demais interessados, expedido nos autos da Ação de Alienação Fiduciária, Processo nº: 0001489-21.2012.8.26.0077/01, ajuizada por BANCO BRADESCO S/A. Or. Fábio Renato Mazro Reis, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca Birigui/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJSP, Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 236 de 13.07.2016, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.canaljudicial.com.br/goldleiloes) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação na 1ª Praça com início no dia 06/05/2019 às 14:00h, e com término no dia 28/05/2019 às 14:00h, entregando-o a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação, ficando desde já designado para a 2ª Praça com início no dia 08/05/2019 às 14:01h, e com término no dia 28/05/2019 às 14:00h, caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que os bens serão entregues a quem mais der, sendo perecível nesta ocasião, somente a parte dos executados Mitsuyoshi Saro e Michiko Nagao Sato, não inferior à 60% (sessenta por cento) do valor avaliado, (Art. 891 parágrafo único do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009), reservando-se a quota parte ideal dos 50% (cinquenta por cento) à coproprietária (Toshiko Sato) não havendo depreciação quanto sua parte (Art.894, §1º c/c 843, §1º e §2º do CPC) do bem abaixo descrito. RELAÇÃO DO BEM: Prédio e seu respectivo terreno que é parte dos lotes 17, 18, 19 e 20 da quadra "E" da Vila Oliveira, perímetro urbano de Mogi das Cruzes, medindo 6,50m na linha de frente e na linha dos fundos, por 40m da frente aos fundos, em ambos os lados, perfazendo a área de 260m², medidas essas aproximadas, dividindo do lado direito, de quem da rua olha para o imóvel com casa nº 284, do lado esquerdo com casa nº 272 e nos fundos com Maurício Nagib Najar, localizado na Rua Aristophanes Cataldo Êboli, 276, Vila Oliveira, Mogi das Cruzes/SP. Cadastro Municipal 04.048.032.000-2. BENEFEITORIAS: Edificação de uma residência de padrão econômico. AVALIAÇÃO: R$ 283.507,62 (Duzentos e oitenta e três mil quinhentos e sete reais e sessenta e dois centavos) em maio de 2017, que será atualizado até a data do leilão. ONUS: Consta da referida matrícula, conforme R.04 de 07.08.2018, PENHORA de parte ideal nos autos 0004626-86.1999.8.26.0361, em favor de Banco America do Sul S/A; As:7 de 07.03.2017, INDISPONIBILIDADE nos autos 0011553-68.1999.8.26.0361, em favor da Fazenda do Estado de São Paulo; e Av.8 de 15.12.2017 PENHORA exequenda. As fotos e a descrições detalhadas do(s) bem(ns) se a(em) levado(s) a leilão estão disponíveis no Portal www.canaljudicial.com.br/goldleiloes.

2ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE BAURU/SP – 2º OFÍCIO CÍVEL Edital de 1º e 2º Praça de bem(ns) imóvel(is) e para intimação do(a)(s) executado(a)(s) AMELIA REGINA ORNELAS (CPF 245.443.448-24), e do terceiro interessado JOSÉ CARLOS DE CARVALHO, e demais interessados, expedido nos autos da AÇÃO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – Proc. 4004272-96.2013.8.26.0071 – Ajuizada por CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO RESIDENCIAL JATOBÁ (CNPJ nº 61.623.001-46). O Dr. João Thomaz Diaz Parra, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível do Foro da Comarca de Baurú/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.canaljudicial.com.br/goldleiloes) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação na 1ª Praça com início no dia 06/05/2019 às 14:00h, e com término no dia 08/05/2019 às 14:00h, entregando-o a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação, ficando desde já designado para a 2ª Praça com início no dia 08/05/2019 às 14:01h, e com término no dia 28/05/2019 às 14:00h, caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que os bens serão entregues a quem mais der, sendo perecível nesta ocasião, somente a parte dos executados Mitsuyoshi Saro e Michiko Nagao Sato, não inferior à 60% (sessenta por cento) do valor avaliado, (Art. 891 parágrafo único do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009), reservando-se a quota parte ideal dos 50% (cinquenta por cento) à coproprietária (Toshiko Sato) não havendo depreciação quanto sua parte (Art.894, §1º c/c 843, §1º e §2º do CPC) do bem abaixo descrito. RELAÇÃO DO BEM: Prédio e seu respectivo terreno que é parte dos lotes 17, 18, 19 e 20 da quadra "E" da Vila Oliveira, perímetro urbano de Mogi das Cruzes, medindo 6,50m na linha de frente e na linha dos fundos, por 40m da frente aos fundos, em ambos os lados, perfazendo a área de 260m², medidas essas aproximadas, dividindo do lado direito, de quem da rua olha para o imóvel com casa nº 284, do lado esquerdo com casa nº 272 e nos fundos com Maurício Nagib Najar, localizado na Rua Aristophanes Cataldo Êboli, 276, Vila Oliveira, Mogi das Cruzes/SP. Cadastro Municipal 04.048.032.000-2. BENEFEITORIAS: Edificação de uma residência de padrão econômico. AVALIAÇÃO: R$ 283.507,62 (Duzentos e oitenta e três mil quinhentos e sete reais e sessenta e dois centavos) em maio de 2017, que será atualizado até a data do leilão. ONUS: Consta da referida matrícula, conforme R.04 de 07.08.2018, PENHORA de parte ideal nos autos 0004626-86.1999.8.26.0361, em favor de Banco America do Sul S/A; As:7 de 07.03.2017, INDISPONIBILIDADE nos autos 0011553-68.1999.8.26.0361, em favor da Fazenda do Estado de São Paulo; e Av.8 de 15.12.2017 PENHORA exequenda. As fotos e a descrições detalhadas do(s) bem(ns) se a(em) levado(s) a leilão estão disponíveis no Portal www.canaljudicial.com.br/goldleiloes.

2ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE BAURU/SP – 2º OFÍCIO CÍVEL Edital de 1º e 2º Praça de bem(ns) imóvel(is) e para intimação do(a)(s) executado(a)(s) AMELIA REGINA ORNELAS (CPF 245.443.448-24), e do terceiro interessado JOSÉ CARLOS DE CARVALHO, e demais interessados, expedido nos autos da AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – Proc. 0003020-02.2013.8.26.0565 (056.52.2013.003020) – Ajuizada por CONDOMÍNIO TAMBUATÁ (CNP) . A Dra. ANA LUCIA FUSARO, Juíza de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Baurú/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.canaljudicial.com.br/goldleiloes) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação na 1ª Praça com início no dia 06/05/2019 às 14:00h, e com término no dia 08/05/2019 às 14:00h, entregando-o a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação, ficando desde já designado para a 2ª Praça com início no dia 08/05/2019 às 14:01h, e com término no dia 28/05/2019 às 14:00h, caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que os bens serão entregues a quem mais der, sendo perecível nesta ocasião, somente a parte dos executados Mitsuyoshi Saro e Michiko Nagao Sato, não inferior à 60% (sessenta por cento) do valor avaliado, (Art. 891 parágrafo único do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009), reservando-se a quota parte ideal dos 50% (cinquenta por cento) à coproprietária (Toshiko Sato) não havendo depreciação quanto sua parte (Art.894, §1º c/c 843, §1º e §2º do CPC) do bem abaixo descrito. RELAÇÃO DO BEM: Prédio e seu respectivo terreno que é parte dos lotes 17, 18, 19 e 20 da quadra "E" da Vila Oliveira, perímetro urbano de Mogi das Cruzes, medindo 6,50m na linha de frente e na linha dos fundos, por 40m da frente aos fundos, em ambos os lados, perfazendo a área de 260m², medidas essas aproximadas, dividindo do lado direito, de quem da rua olha para o imóvel com casa nº 284, do lado esquerdo com casa nº 272 e nos fundos com Maurício Nagib Najar, localizado na Rua Aristophanes Cataldo Êboli, 276, Vila Oliveira, Mogi das Cruzes/SP. Cadastro Municipal 04.048.032.000-2. BENEFEITORIAS: Edificação de uma residência de padrão econômico. AVALIAÇÃO: R$ 283.507,62 (Duzentos e oitenta e três mil quinhentos e sete reais e sessenta e dois centavos) em maio de 2017, que será atualizado até a data do leilão. ONUS: Consta da referida matrícula, conforme R.04 de 07.08.2018, PENHORA de parte ideal nos autos 0004626-86.1999.8.26.0361, em favor de Banco America do Sul S/A; As:7 de 07.03.2017, INDISPONIBILIDADE nos autos 0011553-68.1999.8.26.0361, em favor da Fazenda do Estado de São Paulo; e Av.8 de 15.12.2017 PENHORA exequenda. As fotos e a descrições detalhadas do(s) bem(ns) se a(em) levado(s) a leilão estão disponíveis no Portal www.canaljudicial.com.br/goldleiloes.

1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BIRIGUI/SP – 1º OFÍCIO CÍVEL Edital de 1º e 2º Praça de bem(ns) imóvel e para intimação do(a)(s) executado(a)(s) JOÃO ROBERTO PULZATTO (CPF 802.600.808-10), e s/mulher na qualidade de coproprietária SILMARA ROSSI FLAMARIN PULZATTO (CPF 272.573.608-04), e ETELVINO PULZATTO (CPF 119.763.488-15) e s/cônjuge LAURICIA FRIGERIO PULZATTO (CPF 083.958.438-05, e demais interessados, expedido nos autos da ação de EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - nos autos Processo nº 0002782-22.1995.8.26.0077 (077.01.1995.002782) – Ajuizada por BANCO SISTEMA S/A, atual denominação do BANCO BAMENRINDUS S/A. O Dr. Fábio Renato Mazro Reis, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Birigui/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.canaljudicial.com.br/goldleiloes) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação na 1ª Praça com início no dia 06/05/2019 às 14:00h, e com término no dia 08/05/2019 às 14:00h, entregando-o a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação, ficando desde já designado para a 2ª Praça com início no dia 08/05/2019 às 14:01h, e com término no dia 28/05/2019 às 14:00h, caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que os bens serão entregues a quem mais der, sendo perecível nesta ocasião, somente a parte dos executados Mitsuyoshi Saro e Michiko Nagao Sato, não inferior à 60% (sessenta por cento) do valor avaliado, (Art. 891 parágrafo único do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009), reservando-se a quota parte ideal dos 50% (cinquenta por cento) à coproprietária (Toshiko Sato) não havendo depreciação quanto sua parte (Art.894, §1º c/c 843, §1º e §2º do CPC) do bem abaixo descrito. RELAÇÃO DO BEM: Prédio e seu respectivo terreno que é parte dos lotes 17, 18, 19 e 20 da quadra "E" da Vila Oliveira, perímetro urbano de Mogi das Cruzes, medindo 6,50m na linha de frente e na linha dos fundos, por 40m da frente aos fundos, em ambos os lados, perfazendo a área de 260m², medidas essas aproximadas, dividindo do lado direito, de quem da rua olha para o imóvel com casa nº 284, do lado esquerdo com casa nº 272 e nos fundos com Maurício Nagib Najar, localizado na Rua Aristophanes Cataldo Êboli, 276, Vila Oliveira, Mogi das Cruzes/SP. Cadastro Municipal 04.048.032.000-2. BENEFEITORIAS: Edificação de uma residência de padrão econômico. AVALIAÇÃO: R$ 283.507,62 (Duzentos e oitenta e três mil quinhentos e sete reais e sessenta e dois centavos) em maio de 2017, que será atualizado até a data do leilão. ONUS: Consta da referida matrícula, conforme R.04 de 07.08.2018, PENHORA de parte ideal nos autos 0004626-86.1999.8.26.0361, em favor de Banco America do Sul S/A; As:7 de 07.03.2017, INDISPONIBILIDADE nos autos 0011553-68.1999.8.26.0361, em favor da Fazenda do Estado de São Paulo; e Av.8 de 15.12.2017 PENHORA exequenda. As fotos e a descrições detalhadas do(s) bem(ns) se a(em) levado(s) a leilão estão disponíveis no Portal www.canaljudicial.com.br/goldleiloes.

2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CAETANO DO SUL – 2º OFÍCIO CÍVEL Edital de 1º e 2º Praça de bem(ns) imóvel e para intimação do(a)(s) executado(a)(s) MOACIR GALLINA JÚNIOR (CPF 065.230.598-98), e do credor hipotecário CAIXA ECONÔMINA FEDERAL-CEF, e demais interessados, expedido nos autos da AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – Proc. 0003020-02.2013.8.26.0565 (056.52.2013.003020) – Ajuizada por CONDOMÍNIO TAMBUATÁ (CNP) . A Dra. ANA LUCIA FUSARO, Juíza de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de São Caetano do Sul/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.canaljudicial.com.br/goldleiloes) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação na 1ª Praça com início no dia 06/05/2019 às 14:00h, e com término no dia 08/05/2019 às 14:00h, entregando-o a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação, ficando desde já designado para a 2ª Praça com início no dia 08/05/2019 às 14:01h, e com término no dia 28/05/2019 às 14:00h, caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que os bens serão entregues a quem mais der, sendo perecível nesta ocasião, somente a parte ideal de 50,00% do imóvel abaixo descrito. RELAÇÃO DO BEM: Apartamento nº 26, do "CONDOMÍNIO TAMBUATÁ", situado na rua Humberto de Campos, 300, componente do Parque Residencial Dos Radialistas, com área de 50m² e 2 dormitórios, com uma vaga de 2 ou mais automóveis, com área de 2m² e 2 banheiros, com área de 4,72m², área total de 56,48 m², e a fração ideal de 0,00416666 do todo do terreno e confronta-se pela frente com o hall de circulação e escadarias de acesso aos pavimentos; pelo lado direito com o terreno do condomínio; pelo lado esquerdo com o apartamento de final 02 e pelos fundos com o terreno do condomínio.- Ao apartamento cabe o direito de uso de uma vaga descoberta para guarda de um veículo de passeio, em local indeterminado. AVALIAÇÃO: R$ 322.981,90 (Trezentos e vinte e dois mil, novecentos e oitenta e um reais e noventa centavos) devidamente atualizado pela tabela prática do TJSP em (junho/2018). ÔNUS: consta da certidão de ônus reais extraída pelo site ARISP, conforme R-02 de 10.08.1988 – HIPOTECA – em favor da Caixa Econômica Federal-CEF; e conforme AV-04 de 02.03.2016 – PENHORA EXEQUENDA. FIEL DEPOSITÁRIO: MOACIR GALLINA JUNIOR (CPF 065.230.598-98) As fotos e a descrições detalhadas do(s) bem(ns) a ser(em) levado(s) a leilão estão disponíveis no Portal www.canaljudicial.com.br/goldleiloes.

3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RIO CLARO/SP – 3º OFÍCIO CÍVEL Edital de 1º e 2º Praça de bem(ns) imóvel e para intimação do(a)(s) executado(a)(s) AUTO POSTO R. S. SHOPPING RIO CLARO LTDA (CNPJ 03.358.465/0001-07) na pessoa de seu representante legal e fiador REMILDO DE SOUZA (CPF 562.930.899-87), e demais interessados, expedido nos autos da ação de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA nº 0018122-16.2005.8.26.0510 Ajuizada por PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A (CNPJ) (Processo principal nº 0000172-28.2004.8.26.0510). A Dra. Cyntia Andraus Carretta, Juíza de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Rio Claro/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.canaljudicial.com.br/goldleiloes) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação na 1ª Praça com início no dia 06/05/2019 às 14:00h, e com término no dia 08/05/2019 às 14:00h, entregando-o a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação, ficando desde já designado para a 2ª Praça com início no dia 08/05/2019 às 14:01h, e com término no dia 28/05/2019 às 14:00h, caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que os bens serão entregues a quem mais der, sendo aceito lance inferior a 60% do valor de avaliação atualizada (Art. 891 parágrafo único do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) do(s) bem(ns) abaixo descrito(s): RELAÇÃO DO(S) BEM(NS): LOTE 1: Matrícula 42.047 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Rio Claro/SP: Um terreno situado nesta cidade, com frente para a Rua 21, lado impar, entre a Estrada de Batorí e a Avenida 40, localizado distante 169,79 metros da referida Estrada de Batovi; medindo 14,52m face com a rua 21; 14,56m na face dos fundos, confrontando com o loteamento Matheus Maniero; por 76,27m de frente aos fundos, no lado direito de quem da frente olha o imóvel confrontando com Raquel Wenzel Cirilo de Almeida e com parte do lote 7 de Maria Aires, Renato Wenzel Cirilo e Rogério Wenzel Cirilo, e 75,13m de frente aos fundos, no lado esquerdo confrontando com Reinaldo Doranti, encerrando uma área total de 1.099,29m2. Contribuinte: 01-12.111.0692.001. Conforme laudo de avaliação de fls. 269/270, Consta que sobre o referido terreno existem benfeitorias no interior correspondente a Galpões sendo: A) Galpão construído em alvenaria revestida com argamassa e com acabamento em tinta látex, esquadrias de ferro e cobertura com telhas de aço, com área construída de 626,08m2, com idade aparentemente de 10 anos, podemos classifica-la sendo do tipo "GALPÃO COMERCIAL" B) Galpão construído em alvenaria e fechamento metálico, revestida com argamassa e com acabamento em tinta látex, esquadrias de ferro e cobertura com telhas de aço, com área construída de 244,20m2, com idade aparentemente de 10 anos, podemos classifica-la sendo do tipo "GALPÃO COMERCIAL" C) Cobertura construída sobre estrutura metálica, com telhas de aço, piso concreto, com área construída de 112,10m2, com idade aparente de 10 anos, podendo ser classificada como "GALPÃO COMERCIAL". AVALIAÇÃO: R$ 1.231.881,63 (Hum Milhão, duzentos e trinta e um mil, oitocentos e oitenta e um reais e sessenta e três Centavos) atualizado pela tabela do TJSP, em Abril/2018. ÔNUS: Constam na matrícula do imóvel: R.3 HIPOTECA – em favor Texaco Brasil S/A; Av.4 – BLOQUEIO – em favor de Pina e Soares Advogados Associados, nos autos da Carta precatória 1486/2006, em trâmite pela 3ª Vara Cível da Com. de Rio Claro, oriunda dos autos em tramite pela 2ª Vara cível da Comarca de Piracicaba, Processo nº 2383/2005 – Execução. DEPOSITÁRIO: JOSÉ DIONÍSIO ORLANDINI. As fotos e descrições detalhadas do(s) bem(ns) a ser(em) levado(s) a leilão estão disponíveis no Portal www.canaljudicial.com.br/goldleiloes.

3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RIO CLARO/SP – 3º OFÍCIO CÍVEL Edital de 1º e 2º Praça de bem(ns) imóvel e para intimação do(a)(s) executado(a)(s) EDVALDO ANTONIO ANDRIOZZI (CPF 110.030.648-09); OSWALDO ANDRIOZZI (CPF 440.934.898-15); ALICE APARECIDA ANDRIOZZI (CPF 440.934.898-15); EUNICE BORDINI MARQUES DA CRUZ, na pessoa de seu representante legal e demais interessados, expedido nos autos da ação EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - Proc. 0000087-39.1998.8.26.0510 (510.01.1998.000087) – Ajuizada por JORGE FERNANDO GUIMARAES (CPF 847.945.508-04); NEUDECI GIANEZ (CPF 865.516.208-68); ANTONIO SERGIO BOLTANHA DE OLIVEIRA (CPF 847.912.928-04). A Dra. Cyntia Andraus Carretta, Juíza de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Rio Claro/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.canaljudicial.com.br/goldleiloes) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação na 1ª Praça com início no dia 06/05/2019 às 14:00h, e com término no dia 08/05/2019 às 14:00h, entregando-o a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação, ficando desde já designado para a 2ª Praça com início no dia 08/05/2019 às 14:01h, e com término no dia 28/05/2019 às 14:00h, caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que os bens serão entregues a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 60% do valor de avaliação atualizada (Art. 891 parágrafo único do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) do(s) bem(ns) abaixo descrito(s): RELAÇÃO DO(S) BEM(NS): LOTE 1: Matrícula nº 14.665 do 2º CRI de São Caetano do Sul/SP: UNIDADE AUTÔNOMA DESIGNADA APARTAMENTO nº 13, localizado no 2º pavimento, do Edifício nº 26, do "CONDOMÍNIO TAMBUATÁ", situado na rua Humberto de Campos, 300, componente do Parque Residencial Dos Radialistas, com área de 50m² e 2 dormitórios, com uma vaga de 2 ou mais automóveis, com área de 2m² e 2 banheiros, com área de 4,72m², área total de 56,48 m², e a fração ideal de 0,00416666 do todo do terreno e confronta-se pela frente com o hall de circulação e escadarias de acesso aos pavimentos; pelo lado direito com o terreno do condomínio; pelo lado esquerdo com o apartamento de final 02 e pelos fundos com o terreno do condomínio.- Ao apartamento cabe o direito de uso de uma vaga descoberta para guarda de um veículo de passeio, em local indeterminado. AVALIAÇÃO: R$ 322.981,90 (Trezentos e vinte e dois mil, novecentos e oitenta e um reais e noventa centavos) devidamente atualizado pela tabela prática do TJSP em (junho/2018). ÔNUS: consta da certidão de ônus reais extraída pelo site ARISP, conforme R-02 de 10.08.1988 – HIPOTECA – em favor da Caixa Econômica Federal-CEF; e conforme AV-04 de 02.03.2016 – PENHORA EXEQUENDA. FIEL DEPOSITÁRIO: MOACIR GALLINA JUNIOR (CPF 065.230.598-98) As fotos e a descrições detalhadas do(s) bem(ns) a ser(em) levado(s) a leilão estão disponíveis no Portal www.canaljudicial.com.br/goldleiloes.

4ª VARA CÍVEL DO FÓRUM DA COMARCA DE LIMEIRA/SP – 4º OFÍCIO CÍVEL Edital de 1º e 2º Praça de bem(ns) imóvel(is) e para intimação do(a)(s) executado(a)(s) JUSTINO MACHADO ALMEIDA (CPF 140.444.798-95), e demais interessados, expedido nos autos da AÇÃO ALIENAÇÃO JUDICIAL DE BENS – Proc. 1005521-26.2017.8.26.0320 – Ajuizada por NAIR SANTA DA SILVA ALMEIDA (CPF 708.354.386-00). O Dr. Marcelo Leão Amaro, Juiz de Direito da 4ª VARA CÍVEL DO FÓRUM DA COMARCA DE LIMEIRA/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.canaljudicial.com.br/goldleiloes) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação na 1ª Praça com início no dia 06/05/2019 às 14:00h, e com término no dia 08/05/2019 às 14:00h, entregando-o a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação, ficando desde já designado para a 2ª Praça com início no dia 08/05/2019 às 14:01h, e com término no dia 28/05/2019 às 14:00h, caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que os bens serão entregues a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 60% do valor de avaliação atualizada (Art. 891 parágrafo único do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) do(s) bem(ns) abaixo descrito(s): RELAÇÃO DO(S) BEM(NS): LOTE-1) Um lote de terreno, nº 25, da quadra nº 02, situado no Bairro Morada do Vale, no Município de Coronel Fabriciano/MG, com as seguintes confrontações e medidas: frente para a Rua Quatro (04), atual Rua Vale do Paracatu, n.º 362, medindo 12,00 metros; por um lado com o lote 24, medindo 25,00 metros; por outro lado com o lote 06, medindo 12,00 metros; perfazendo uma área total de 300,00m². Sobre o referido lote foi edificado uma Residência composta por uma casa com 02 pavimentos, sendo térreo: cozinha, banheiro social, área de serviço/lavanderia e um dormitório, piso superior sala, dois quartos e uma varanda, construída em alvenaria. AVALIAÇÃO: R$ 140.350,17 (Cento e quarenta mil, trezentos e cinquenta reais e dezesete centavos) atualizado pela tabela do TJSP em (abril/2018). (LOTE-2) Um lote de terreno, situado ao lado do nº 362 da Rua Vale do Paracatu, com terreno em declive, medindo de 300,00m². AVALIAÇÃ

3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RIO CLARO/SP – 3º OFÍCIO CÍVEL Edital de 1º e 2º Praça de bem(ns) imóvel e para intimação do(a)(s) executado(a)(s) APOLO 12 RS AUTO POSTO LTDA (CNPJ 52.782.091/0001-68) na pessoa de seu representante legal, bem como na sua pessoa REMILDO DE SOUZA (CPF 562.930.899-87), e demais interessados, expedido nos autos da CARTA PERCATÓRIA nº 0000817-67.2015.8.26.0510 (oriunda da 1ª Vara Cível Comarca de Campinas/SP, Cumprimento de Sentença nº 0004064-66.2004.8.26.0114). Ajuizada por PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A (CNPJ 34.274.233/0003-06). A Dra. Cyntia Andraus Carretta, Juíza de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Rio Claro/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.canaljudicial.com.br/golddeloes) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação na 1ª Praça com início no dia 06/05/2019 às 14:00h, e com término no dia 08/05/2019 às 14:00h, entregando-o a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação, ficando desde já designado para a 2ª Praça com início no dia 08/05/2019 às 14:01h, e com término no dia 28/05/2019 às 14:00h, caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que os bens serão entregues a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 60% do valor de avaliação atualizada (Art. 891 parágrafo único do NCPC) do(s) bem(ns) abaixo descrito(s): OBS: Se o lance atingir valor entre 40% e 59%, estará condicionado à liberação pelo juízo - lance condicional. REALIZAÇÃO DO(S) BEM(NS): LOTE 1: Matrícula 42.047 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Rio Claro/SP: Um terreno situado nesta cidade, com frente para a Rua 21, lado impar, entre a Estrada de Batovi e a Avenida 40, localizado distante 169,79 metros da estrada de Batovi; medindo 14,52m face com a rua 21; 14,56m no fundo dos fundos, confrontando com o ribeirinho Matheus Mendes; 76,27m da frente com a Rua 21, lado impar, no lado direito de quem da frente olha o imóvel confrontando com Raquel Wenzel Cirilo de Almeida e seu marido João Paulino de Alves, Renato Wenzel Cirilo e Rogério Wenzel Cirilo, e 75,14m da frente aos fundos no lado esquerdo confrontando com Reinaldo Doranti, encerrando uma área total de 1.099,29m2. Contribuinte 01-17.111.0692.001. Conforme laudo de avaliação de fls. 269/270, Consta que sobre o referido terreno existem benfeitorias no interior correspondente a Galpões sendo: A) Galpão construído em alvenaria revestida com argamassa e com acabamento em tinta latex, esquadrias de ferro e cobertura com telhas de aço, com área construída de 626,00m2, com idade aparentemente de 10 anos, podemos classifica-la sendo de padrão comercial. B) Galpão construído em alvenaria e fechamento em tijolos aparentes e com tinta latex, esquadrias de ferro e cobertura com telhas de aço, com área construída de 244,20m2, com idade aparentemente de 10 anos, podemos classifica-la sendo do tipo "GALPÃO COMERCIAL". C) Cobertura construída sobre estrutura metálica, com telhas de aço, piso concreto, com área construída de 112,10m2, com idade aparente de 10 anos, podendo ser classificada como "GALPÃO COMERCIAL". AVALIAÇÃO: R$ 1.234.468,50 (Hum Milhão, duzentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos) atualizado pela tabela do TJSP, em Maio/2018. ÔNUS: Constam na matrícula do imóvel: R.3 HIPOTECA – em favor Texaco Brasil S/A; Av.4 – BLOQUEIO – em favor de Pina e Soares Advogados Associados, nos autos da Carta precatória 1486/2008, em tramite perante 3ª Vara Cível da Comarca de Rio Claro, oriunda dos autos em tramite pela 2ª Vara cível da Comarca de Piracicaba, Processo nº 2383/2005 – Execução. DEPOSITÁRIO: REMILDO DE SOUZA. As fotos e a descrições detalhadas do(s) bem(ns) a ser(em) levado(s) a leilão estão disponíveis no Portal www.canaljudicial.com.br/golddeloes. 2º VARA CÍVEL DO FORO REGIONAL DE SANTO AMARO/SP – 2º OFÍCIO CÍVEL Edital de 1º e 2º Praça de bem(ns) imóvel e para intimação do(a)(s) executado(a)(s) RAIMUNDO NONATO DE SOUZA (CPF 877.888.408-72) bem como sua esposa MARIA RAILDA NERES DE SOUZA (CPF 196.740.388-49), e terceira interessada PREFEITURA MUNICIPAL DA CIDADE DE SÃO PAULO. A Dra. Cristina Inoue, Juíza de Direito da 2ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.canaljudicial.com.br/golddeloes) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação na 1ª Praça com início no dia 06/05/2019 às 14:00h, e com término no dia 08/05/2019 às 14:00h, entregando-o a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação, ficando desde já designado para a 2ª Praça com início no dia 08/05/2019 às 14:01h, e com término no dia 28/05/2019 às 14:00h, caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que os bens serão entregues a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 60% do valor de avaliação atualizada (Art. 891 parágrafo único do NCPC) do(s) bem(ns) abaixo descrito(s): OBS: Se o lance atingir valor entre 40% e 59%, estará condicionado à liberação pelo juízo - lance condicional. REALIZAÇÃO DO(S) BEM(NS): LOTE 1: Matrícula 163.364 do Cartório de Itanhaém/SP: Apartamento nº 11, situado no 1º andar do Edifício Mombras-II, situado na Rua Gláucia, no município de Itanhaém, com área privativa de 70,71m², área de uso comum de 49,70m², área total construída de 120,41m², correspondendo ao terreno e nas partes comuns à fração ideal de 3,8129%, cabendo o apartamento o direito de uso de uma vaga na garagem coletiva, em lugar indeterminado, composto de dois dormitórios, sala, cozinha, banheiro e área de serviço, confrontando pela frente com a Rua Gláucia, do lado direito de quem dela olha para o imóvel, com apartamento de número 12, do lado esquerdo, com o apartamento de número 10, e nos fundos com o hall de circulação e como apartamento nº 15. Contribuinte 000.033.003.0005.126510. Localização: R. Maria Carrasco Arnal Viudes, 60 – Centro AVALIAÇÃO: R$ 260.000,00 (Duzentos e sessenta mil reais) em julho de 2017. ÔNUS: Constam na matrícula do imóvel: R.6 Hipoteca em favor do Banco do Brasil S/A; Av.7 Arresto referente a presente demanda. DEPOSITÁRIO: Janete Maria Barbiere Sansão. As fotos e a descrições detalhadas do(s) bem(ns) a ser(em) levado(s) a leilão estão disponíveis no Portal www.canaljudicial.com.br/golddeloes. VARA ÚNICA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE SANTA ROSA DE VITERBO/SP Edital de 1º e 2º Fase de Leilão Judicial Eletrônico e para intimação dos executados HELENA ROBEITO CARDOZO (CPF nº 032.247.608-93), e SANDRO DOS SANTOS CARDOZO, FERNANDO APARECIDO CARDOZO E SINIRA FERREIRA CARDOSO, SÉRGIO TADEU DE CASTRO, MARIA HELENA DE CARVALHO COSTA, GIOVANA GEÓRGIA CARDOZO, RAFAEL TOBIAS CARDOZO, LUIZ HENRIQUE GOMES DO NASCIMENTO CARDOSO, e demais interessados, expedido nos autos do Cumprimento de Sentença, Processo nº. 0000376-95.2017.8.26.0549, ajuizada por CID ANDRÉ RACHETTI. O Dr. Alexandre Cesar Ribeiro, Juiz de Direito da Vara Única Cível do Foro da Comarca de Santa Rosa de Viterbo/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 236 de 13.07.2016, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.canaljudicial.com.br/golddeloes) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação na 1ª Praça com início no dia 06/05/2019 às 14:00h, e com término no dia 08/05/2019 às 14:00h, entregando-o a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação, ficando desde já designado para a 2ª Praça com início no dia 08/05/2019 às 14:01h, e com término no dia 28/05/2019 às 14:00h, caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que os bens serão entregues a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 60% (sessenta por cento) do valor de avaliação atualizada (Art. 891 parágrafo único do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) do(s) bem(ns) abaixo descrito(s): BEM: Uma gleba de terras, sem benfeitorias, com a área de 9.967,75 ha com as seguintes medidas e confrontações em linhas retas: 1º ponto 23, canto da divisa com Dorcil Belchior Vito, vai até o ponto 22, divisando com Elmalpe Ribeiro, uma distância de 1.164,52 metros e rumo de 53º02'53SE; Do ponto 22 ao 23, divisando com Dorcil Belchior Vito, vai até o ponto 23, divisando com Elmalpe Ribeiro, uma distância de 1.164,52 metros e rumo de 53º02'53SE; Do ponto 23 ao 06, divisando com aparecido Ribeiro, uma distância de 718,80m e rumo de 34º14'NW; Do ponto 6 ao ponto 7, seguindo córrego abaixo divisando com Darci Belchior Vito, a uma distância de 95,81m em linha reta; do ponto 7, saindo do córrego e seguindo a cerca de divisa com Darci Belchior Vito, e uma distância de 107,30m e rumo 47º58'SE; Do ponto 9 ao ponto 10, divisando com Darci belchior Vito, a uma distância de 97,47m e rumo de 09º05'SE, chega ao ponto inicial, fechando assim a descrição perimétrica situada no município de Santa Rosa de Viterbo, denominado Sítio "COMADO". Cadastrado o INCRA n º 613.118.003.336-DV 9. Objeto de Matrícula nº 27.82 do Registro de Imóveis de Santa Rosa de Viterbo. AVALIAÇÃO: R$ 384.536,28 (Trezentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e trinta e seis reais e vinte e oito centavos) atualizados até março de 2019 pela tabela do Tribunal de Justiça de São Paulo, que será atualizado até a data do leilão. ÔNUS: Consta da referida matrícula, conforme R.04 de 27.12.1985, USUFRUTO VITALÍCIOS em favor de HELENA ROBEITO CARDOZO; R.05 de 25.10.1995, DOAÇÃO de ¼ do imóvel em favor de Rafael Tobias Cardozo, Giovana Georgia Cardozo e Endrigo dos Santos Cardozo; Av. 11 de 29.03.2012, PENHORA de 8,333% em favor de SICOOB, nos autos nº 922/10; Av. 14 de 14.06.2013, ARREMATAÇÃO de 1/12 (UM DOZE AVOS) por Cid André Rachetti, nos autos nº 549.01.2010.000826-5/000002-000; As fotos e a descrições detalhadas do(s) bem(ns) a ser(em) levado(s) a leilão estão disponíveis no Portal www.canaljudicial.com.br/golddeloes. 32ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE SANTO AMARO/SP – 32º OFÍCIO CÍVEL Edital de 1º e 2º Fase de Leilão Judicial Eletrônico e para intimação dos executados MARIA DE FÁTIMA MEIRA HENRIQUES PRAÇAS (CPF nº 032.247.608-93), e demais interessados, expedido nos autos do Cumprimento de Sentença da Ação de Cobranças de Despesas de Condomínio, processo nº. 0050061-60.2017.8.26.0100, ajuizada por CONDOMÍNIO DOS EDIFÍCIOS APOLOS, ALVORADA, GOVERNADOR E OPERA – GALERIA DE CENTRO CONJUNTO DOM JOSÉ (CNPJ nº 54.283.973/0001-04). A Dra. Priscilla Bittar Neves Netto, Juíza de Direito da 32ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 236 de 13.07.2016, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.canaljudicial.com.br/golddeloes) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação na 1ª Praça com início no dia 06/05/2019 às 14:00h, e com término no dia 08/05/2019 às 14:00h, entregando-o a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação, ficando desde já designado para a 2ª Praça com início no dia 08/05/2019 às 14:01h, e com término no dia 28/05/2019 às 14:00h, caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que os bens serão entregues a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor de avaliação atualizada (Art. 891 parágrafo único do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) do(s) bem(ns) abaixo descrito(s): BEM: Uma gleba de terras, sem benfeitorias, com a área de 9.967,75 ha com as seguintes medidas e confrontações em linhas retas: 1º ponto 23, canto da divisa com Dorcil Belchior Vito, vai até o ponto 22, divisando com Elmalpe Ribeiro, uma distância de 1.164,52 metros e rumo de 53º02'53SE; Do ponto 22 ao 23, divisando com Dorcil Belchior Vito, vai até o ponto 23, divisando com Elmalpe Ribeiro, uma distância de 1.164,52 metros e rumo de 53º02'53SE; Do ponto 23 ao 06, divisando com aparecido Ribeiro, uma distância de 718,80m e rumo de 34º14'NW; Do ponto 6 ao ponto 7, seguindo córrego abaixo divisando com Darci Belchior Vito, a uma distância de 95,81m em linha reta; do ponto 7, saindo do córrego e seguindo a cerca de divisa com Darci Belchior Vito, e uma distância de 107,30m e rumo 47º58'SE; Do ponto 9 ao ponto 10, divisando com Darci belchior Vito, a uma distância de 97,47m e rumo de 09º05'SE, chega ao ponto inicial, fechando assim a descrição perimétrica situada no município de Santa Rosa de Viterbo, denominado Sítio "COMADO". Cadastrado o INCRA n º 613.118.003.336-DV 9. Objeto de Matrícula nº 27.82 do Registro de Imóveis de Santa Rosa de Viterbo. AVALIAÇÃO: R$ 384.536,28 (Trezentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e trinta e seis reais e vinte e oito centavos) atualizados até março de 2019 pela tabela do Tribunal de Justiça de São Paulo, que será atualizado até a data do leilão. ÔNUS: Consta da referida matrícula, conforme R.04 de 27.12.1985, USUFRUTO VITALÍCIOS em favor de HELENA ROBEITO CARDOZO; R.05 de 25.10.1995, DOAÇÃO de ¼ do imóvel em favor de Rafael Tobias Cardozo, Giovana Georgia Cardozo e Endrigo dos Santos Cardozo; Av. 11 de 29.03.2012, PENHORA de 8,333% em favor de SICOOB, nos autos nº 922/10; Av. 14 de 14.06.2013, ARREMATAÇÃO de 1/12 (UM DOZE AVOS) por Cid André Rachetti, nos autos nº 549.01.2010.000826-5/000002-000; As fotos e a descrições detalhadas do(s) bem(ns) a ser(em) levado(s) a leilão estão disponíveis no Portal www.canaljudicial.com.br/golddeloes. 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MOGI DAS CRUZES/SP – 3º OFÍCIO CÍVEL Edital de 1º e 2º Fase de Leilão Judicial Eletrônico de bem móveis e para intimação da executada KAPLAN EQUIPAMENTOS MECÂNICOS E HIDRÁULICOS LTDA (CNPJ nº 66.816.414/0001-00), LAERCIO PORTO DE ALVARENGA (CNPJ nº 669.541.348-72), JOSÉ EDUARDO PORTO DE ALVARENGA (CPF nº 009.983.518-57), e demais interessados, expedido nos autos da Ação de Execução, processo nº. 1008889-22.2014.8.26.0361, ajuizada por BANCO VOTORANTIM S/A (CNPJ nº 59.588.111/0001-03). O Dr. Fabricio Henrique Canelas, Juiz de Direito da 3ª Vara Cível do Foro da Comarca de Mogi das Cruzes/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 236 de 13.07.2016, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.canaljudicial.com.br/golddeloes) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação na 1ª Praça com início no dia 06/05/2019 às 14:00h, e com término no dia 08/05/2019 às 14:00h, entregando-o a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação, ficando desde já designado para a 2ª Praça com início no dia 08/05/2019 às 14:01h, e com término no dia 28/05/2019 às 14:00h, caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que os bens serão entregues a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 70% (setenta por cento) do valor de avaliação atualizada (Art. 891 parágrafo único do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) do(s) bem(ns) abaixo descrito(s): BEM: Uma gleba de terras, sem benfeitorias, com a área de 9.967,75 ha com as seguintes medidas e confrontações em linhas retas: 1º ponto 23, canto da divisa com Dorcil Belchior Vito, vai até o ponto 22, divisando com Elmalpe Ribeiro, uma distância de 1.164,52 metros e rumo de 53º02'53SE; Do ponto 22 ao 23, divisando com Dorcil Belchior Vito, vai até o ponto 23, divisando com Elmalpe Ribeiro, uma distância de 1.164,52 metros e rumo de 53º02'53SE; Do ponto 23 ao 06, divisando com aparecido Ribeiro, uma distância de 718,80m e rumo de 34º14'NW; Do ponto 6 ao ponto 7, seguindo córrego abaixo divisando com Darci Belchior Vito, a uma distância de 95,81m em linha reta; do ponto 7, saindo do córrego e seguindo a cerca de divisa com Darci Belchior Vito, e uma distância de 107,30m e rumo 47º58'SE; Do ponto 9 ao ponto 10, divisando com Darci belchior Vito, a uma distância de 97,47m e rumo de 09º05'SE, chega ao ponto inicial, fechando assim a descrição perimétrica situada no município de Santa Rosa de Viterbo, denominado Sítio "COMADO". Cadastrado o INCRA n º 613.118.003.336-DV 9. Objeto de Matrícula nº 27.82 do Registro de Imóveis de Santa Rosa de Viterbo. AVALIAÇÃO: R$ 384.536,28 (Trezentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e trinta e seis reais e vinte e oito centavos) atualizados até março de 2019 pela tabela do Tribunal de Justiça de São Paulo, que será atualizado até a data do leilão. ÔNUS: Consta da referida matrícula, conforme R.04 de 27.12.1985, USUFRUTO VITALÍCIOS em favor de HELENA ROBEITO CARDOZO; R.05 de 25.10.1995, DOAÇÃO de ¼ do imóvel em favor de Rafael Tobias Cardozo, Giovana Georgia Cardozo e Endrigo dos Santos Cardozo; Av. 11 de 29.03.2012, PENHORA de 8,333% em favor de SICOOB, nos autos nº 922/10; Av. 14 de 14.06.2013, ARREMATAÇÃO de 1/12 (UM DOZE AVOS) por Cid André Rachetti, nos autos nº 549.01.2010.000826-5/000002-000; As fotos e a descrições detalhadas do(s) bem(ns) a ser(em) levado(s) a leilão estão disponíveis no Portal www.canaljudicial.com.br/golddeloes. 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BIRIGUI/SP – 1º OFÍCIO CÍVEL Edital de 1º e 2º Fase de Leilão Judicial Eletrônico de FRAÇÃO IDEAL bem imóvel e para intimação dos executados SIDNEI RIBEIRO DA SILVA (RG nº 30.616.028), VALTER LUIS DE MORAES (CPF nº 036.22.618-30), SANTA ROSA AGROPECUÁRIO LTDA. (CNPJ nº 44.443.950/0001-30), e demais interessados, expedido nos autos da Ação Indenizatória em fase de Cumprimento de Sentença, Processo nº. 0017728-03.2012.8.26.0077, ajuizada por GUILHERME INÁCIO JUNQUEIRA (CPF nº 332.674.818-03). O Dr. Fábio Renato Mazzo Reis, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Birigui/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 236 de 13.07.2016, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.canaljudicial.com.br/golddeloes) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação na 1ª Praça com início no dia 06/05/2019 às 14:00h, e com término no dia 08/05/2019 às 14:00h, entregando-o a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação, ficando desde já designado para a 2ª Praça com início no dia 08/05/2019 às 14:01h, e com término no dia 28/05/2019 às 14:00h, caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que os bens serão entregues a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor de avaliação atualizada (Art. 891 parágrafo único do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) do(s) bem(ns) abaixo descrito(s): BEM: Parte ideal do Executado Luiz Antonio Massafera, equivalente a 50% (cinquenta por cento) do lote 14 da quadra 26 do loteamento Jardim Universal desta cidade, com frente para Alameda das Camélias, medindo 12m de frente por 25,50m da frente aos fundos de ambos os lados, confrontando de um lado com o lote 13, do outro lado com o lote 15 e nos fundos com o lote 05. Objeto de Matrícula nº 9.073 – 1º Registro de Imóveis de Araçatuba. BENEFITORIAS: O imóvel objeto dos autos está localizado na Avenida Alberto Conversani nº 2.000, Bairro Dona Amélia Maihlo Barcha e Maria Helena Rosada Assis, Jardim Universal, com área de 306m², tratando-se de imóvel residencial geminado com área edificada de 45,00 M² PARA O IMÓVEL Nº 35-A e 74,00 m² para o imóvel nº 35-B. O imóvel 35- A é constituído por 01 sala, 01 cozinha, 02 dormitórios e 01 banheiros. A cobertura é de telhas de cimento amianto assentes sobre estrutura de madeira. As paredes são de alvenaria de tijolos. O forro é de lajota cerâmica sem revestimento. As esquadrias são de madeira e ferro. As instalações elétricas e hidráulicas são embutidas. O piso é cimentado, com exceção do banheiro em que o piso é cerâmico. A cozinha tem pia de granito. O banheiro tem bacia sanitária, lavatório e chuveiro. O estado de conservação do imóvel 35-A é considerado bom. O imóvel 35-B é constituído por 01 sala, 01 cozinha, 01 dormitório e 01 banheiro. A cobertura é de telhas de cimento amianto assentes sobre estrutura de madeira. As paredes são de alvenaria de tijolos. O forro é de lajota cerâmica sem revestimento. As esquadrias são de madeira e ferro. As instalações elétricas e hidráulicas são embutidas. O piso é cimentado, com exceção do banheiro em que o piso é cerâmico. A cozinha tem pia de granito. O banheiro tem bacia sanitária, lavatório e chuveiro. O estado de conservação do imóvel 35-B é considerado bom. Ambos os imóveis são de uso residencial, sendo que o imóvel 35-A é construído em um lote com dois fundos uma edícula construída por 01 quarto, 01 dormitório e 01 banheiro. A cobertura é de telhas de cimento amianto assentes sobre estrutura de madeira apenas na residência e na edícula não há cobertura. As paredes são de alvenaria de tijolos. O forro é de lajota cerâmica sem revestimento. As esquadrias são de madeira e ferro. As instalações elétricas e hidráulicas são embutidas. O piso é cimentado, com exceção do banheiro em que o piso é cerâmico. A cozinha tem pia de granito. O banheiro tem bacia sanitária. O estado de conservação do imóvel é desbotado. AVALIAÇÃO DA PARTE IDEAL (50%): R$ 72.948,97 (Setenta e dois mil e novecentos e quarenta e oito reais e quarenta e sete centavos) atualizado até março de 2019, pela tabela do Tribunal de Justiça de São Paulo, que será atualizado até a data do leilão. ÔNUS: Consta da referida matrícula, conforme R.2 de 14.09.2016, PENHORA EXEQUENDA. As fotos e a descrições detalhadas do(s) bem(ns) a ser(em) levado(s) a leilão estão disponíveis no Portal www.canaljudicial.com.br/golddeloes. 6ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE PIRACICABA/SP Edital de 1º e 2º Fase de Leilão Judicial Eletrônico de bens imóveis e para intimação dos executados JOSÉ ALVES DE BRITO FILHO (CPF nº 139.672.498-24), e demais interessados, expedido nos autos da Carta Precatória da Ação de Execução, processo nº. 1016676-97.2017.8.26.0451, ajuizada por FLÁVIO DOS SANTOSDE ABREU (CPF nº 527.574.988-00). O Dr. Rogério Sartori Astolphi, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Birigui/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 236 de 13.07.2016, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.canaljudicial.com.br/golddeloes) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação na 1ª Praça com início no dia 06/05/2019 às 14:00h, e com término no dia 08/05/2019 às 14:00h, entregando-o a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação, ficando desde já designado para a 2ª Praça com início no dia 08/05/2019 às 14:01h, e com término no dia 28/05/2019 às 14:00h, caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que os bens serão entregues a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 50% do valor de avaliação atualizada (Art. 891 parágrafo único do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) do(s) bem(ns) abaixo descrito(s): BEM: Parte ideal do Executado Luiz Antonio Massafera, equivalente a 50% (cinquenta por cento) do lote 14 da quadra 26 do loteamento Jardim Universal desta cidade, com frente para Alameda das Camélias, medindo 12m de frente por 25,50m da frente aos fundos de ambos os lados, confrontando de um lado com o lote 13, do outro lado com o lote 15 e nos fundos com o lote 05. Objeto de Matrícula nº 9.073 – 1º Registro de Imóveis de Araçatuba. BENEFITORIAS: O imóvel objeto dos autos está localizado na Avenida Alberto Conversani nº 2.000, Bairro Dona Amélia Maihlo Barcha e Maria Helena Rosada Assis, Jardim Universal, com área de 306m², tratando-se de imóvel residencial geminado com área edificada de 45,00 M² PARA O IMÓVEL Nº 35-A e 74,00 m² para o imóvel nº 35-B. O imóvel 35- A é constituído por 01 sala, 01 cozinha, 02 dormitórios e 01 banheiros. A cobertura é de telhas de cimento amianto assentes sobre estrutura de madeira. As paredes são de alvenaria de tijolos. O forro é de lajota cerâmica sem revestimento. As esquadrias são de madeira e ferro. As instalações elétricas e hidráulicas são embutidas. O piso é cimentado, com exceção do banheiro em que o piso é cerâmico. A cozinha tem pia de granito. O banheiro tem bacia sanitária, lavatório e chuveiro. O estado de conservação do imóvel 35-A é considerado bom. O imóvel 35-B é constituído por 01 sala, 01 cozinha, 01 dormitório e 01 banheiro. A cobertura é de telhas de cimento amianto assentes sobre estrutura de madeira apenas na residência e na edícula não há cobertura. As paredes são de alvenaria de tijolos. O forro é de lajota cerâmica sem revestimento. As esquadrias são de madeira e ferro. As instalações elétricas e hidráulicas são embutidas. O piso é cimentado, com exceção do banheiro em que o piso é cerâmico. A cozinha tem pia de granito. O banheiro tem bacia sanitária. O estado de conservação do imóvel é desbotado. AVALIAÇÃO DA PARTE IDEAL (50%): R$ 72.948,97 (Setenta e dois mil e novecentos e quarenta e oito reais e quarenta e sete centavos) atualizado até março de 2019, pela tabela do Tribunal de Justiça de São Paulo, que será atualizado até a data do leilão. ÔNUS: Consta da referida matrícula, conforme R.2 de 14.09.2016, PENHORA EXEQUENDA. As fotos e a descrições detalhadas do(s) bem(ns) a ser(em) levado(s) a leilão estão disponíveis no Portal www.canaljudicial.com.br/golddeloes. 2ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE BAURU/SP – 2º OFÍCIO CÍVEL Edital de 1º e 2º Praça de bem(ns)imóvel(s) e para intimação do(a)(s) executado(a)(s) SILVIA CHIOCA F DE ALMEIDA ME (CPF 03.247.487/0001-08), na pessoa de seu representante legal, bem como sua pessoa SILVIA CHIOCA FERRAZ DE ALMEIDA (CPF sob o nº. 061.777.498-60), e ainda do proprietário CELESTINO GARCIA FERRAZ DE ALMEIDA (CPF 49.728.258-55), e demais interessados, expedido nos autos da ação EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – Proc. 4000500-28.2013.8.26.0071 – Ajuizada por PRIDE MUSIC COMERCIAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA (CNPJ 68.570.543/0001-34). O Dr. João Thomaz Diaz Parra, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível do Foro da Comarca de Bauru/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.canaljudicial.com.br/golddeloes) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação na 1ª Praça com início no dia 06/05/2019 às 14:00h, e com término no dia 08/05/2019 às 14:00h, entregando-o a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação, ficando desde já designado para a 2ª Praça com início no dia 08/05/2019 às 14:01h, e com término no dia 28/05/2019 às 14:00h, caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que os bens serão entregues a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 70% do valor de avaliação atualizada (Art. 891 parágrafo único do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) do(s) bem(ns) abaixo descrito(s): BEM: Uma gleba de terras, sem benfeitorias, com a área de 9.967,75 ha com as seguintes medidas e confrontações em linhas retas: 1º ponto 23, canto da divisa com Dorcil Belchior Vito, vai até o ponto 22, divisando com Elmalpe Ribeiro, uma distância de 1.164,52 metros e rumo de 53º02'53SE; Do ponto 22 ao 23, divisando com Dorcil Belchior Vito, vai até o ponto 23, divisando com Elmalpe Ribeiro, uma distância de 1.164,52 metros e rumo de 53º02'53SE; Do ponto 23 ao 06, divisando com aparecido Ribeiro, uma distância de 718,80m e rumo de 34º14'NW; Do ponto 6 ao ponto 7, seguindo córrego abaixo divisando com Darci Belchior Vito, a uma distância de 95,81m em linha reta; do ponto 7, saindo do córrego e seguindo a cerca de divisa com Darci Belchior Vito, e uma distância de 107,30m e rumo 47º58'SE; Do ponto 9 ao ponto 10, divisando com Darci belchior Vito, a uma distância de 97,47m e rumo de 09º05'SE, chega ao ponto inicial, fechando assim a descrição perimétrica situada no município de Santa Rosa de Viterbo, denominado Sítio "COMADO". Cadastrado o INCRA n º 613.118.003.336-DV 9. Objeto de Matrícula nº 27.82 do Registro de Imóveis de Santa Rosa de Viterbo. AVALIAÇÃO: R$ 384.536,28 (Trezentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e trinta e seis reais e vinte e oito centavos) atualizados até março de 2019 pela tabela do Tribunal de Justiça de São Paulo, que será atualizado até a data do leilão. ÔNUS: Consta da referida matrícula, conforme R.04 de 27.12.1985, USUFRUTO VITALÍCIOS em favor de HELENA ROBEITO CARDOZO; R.05 de 25.10.1995, DOAÇÃO de ¼ do imóvel em favor de Rafael Tobias Cardozo, Giovana Georgia Cardozo e Endrigo dos Santos Cardozo; Av. 11 de 29.03.2012, PENHORA de 8,333% em favor de SICOOB, nos autos nº 922/10; Av. 14 de 14.06.2013, ARREMATAÇÃO de 1/12 (UM DOZE AVOS) por Cid André Rachetti, nos autos nº 549.01.2010.000826-5/000002-000; As fotos e a descrições detalhadas do(s) bem(ns) a ser(em) levado(s) a leilão estão disponíveis no Portal www.canaljudicial.com.br/golddeloes.

Maia quer aprovar reforma da Previdência na Câmara dois meses

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, reafirmou na terça-feira (29) que trabalha para aprovar a reforma da Previdência na Casa até o fim do semestre. Acompanhado do presidente da comissão especial, deputado Marcelo Ramos (PR-AM), e do relator da proposta, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), ele reuniu-se com o ministro da Economia, Paulo Guedes. Maia disse, no entanto, que não dependerá apenas dele encaminhar a reforma ao Senado no segundo semestre. Ele acrescentou que a comissão especial definirá um cronograma de trabalho nos próximos dias e cobrou empenho da base aliada para acelerar a tramitação do texto.

"Na Câmara, o trabalho é que gente consiga terminar essa matéria no primeiro semestre. Se a gente vai conseguir ou não, não depende da nossa vontade. Se o governo colocar quórum toda segunda e sexta, você, em duas semanas e um dia, tem 11 sessões. Não vai ser em 11 sessões que [o texto] vai ser votado. [A gente] precisa dos meses de maio e de junho. Na minha vontade, no máximo em dois meses, a gente encaminha a proposta ao Senado para votar no segundo semestre", declarou.

Maia disse que gradualmente constrói pontes com o presidente Jair Bolsonaro para ajudar na articulação da reforma que, segundo ele, é essencial para resolver o desequilíbrio nas contas públicas. Ele comparou a relação com o presidente com um namoro ainda no começo. "Um namoro muito rápido nunca termina bem. Um namoro que leva mais tempo acaba terminando num casamento sólido".

Maia, Guedes e o presidente e relator da comissão especial saíram do Ministério da Economia para se encontrarem com Bolsonaro no Palácio do Planalto. O presidente da Câmara ressaltou que o Executivo e o Legislativo estão trabalhando juntos, mas respeitando a independência entre os Poderes.

"Combinei agora de irmos todos ao presidente [Bolsonaro] para que a gente possa fazer o debate junto com ele para mostrar que a Câmara e o governo trabalhar-ão de forma conjunta, harmônica. Respeitando a independência entre os poderes, mas de forma majoritária, a Câmara entende que essa matéria é fundamental, que ela tem um bom debate, um

Sequoia Logística e Transporte S.A.

CNPJ n.º 01.599.101/0001-93

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31/12/2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Balanços patrimoniais

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Ativo		318.219	273.161
Circulante		117.602	78.236
Caixa e equivalentes de caixa	5	50.510	20.485
Contas a receber	6	66.935	45.653
Adiantamentos	7	1.792	20.390
Impostos a recuperar		3.057	4.221
Despesas antecipadas		901	1.141
Indenizações a receber		600	333
Demais contas a receber		4.334	4.915
Não circulante		198.617	194.925
IR e CS diferidos	19	29.558	30.141
Partes relacionadas			3.889
Depósitos judiciais	13.1	644	793
Mútuo conversível	21	1.500	
Imobilizado	8	38.666	42.137
Intangível	9	117.812	117.341

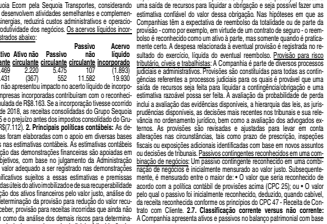
Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Informações sobre a Companhia. 1.1. Informações gerais: A Sequoia Logística e Transporte S.A. ("Companhia" ou "Sequoia Transportes") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada na Avenida Italino Victor de Moraes, nº 437, Bairro Vila Bonfim, Embu das Artes, Estado de São Paulo. Possui entre suas principais atividades a prestação de serviços de logística "indoor e outdoor" consolidada e fracionada, gestão operacional de armazém ("fulfillment"), transporte de mercadorias em bandeja para clientes diversos, principalmente, nos setores de comércio eletrônico, varejo de moda, sistemas de envase e exclusação e para bancos de varejo. Ainda, se destaca a atividade de prestação de serviços de logística, transporte, com uso intensivo de tecnologia e sistemas que suportam as atividades operacionais de clientes dos seus clientes, desenvolvendo sistemas customizados para atendimento pleno das operações. A Administração, de acordo com estimativas e projeções contidas em seu plano de negócios, espera que as atividades advindas das operações da Centro-Sul parnha, inclusive com expectativa de expansão de seus negócios, sejam suficientes para atender em operações de curto prazo e médio prazo, sem prejuízo aos seus projetos acumulados. Nesse contexto, a Companhia contará com o apoio de seus acionistas, que coordenam financeiramente os planos de negócio da Companhia, que inclusive, está ciente da necessidade de aporte de capital para o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo. Alterações societárias de 2017: Em AGE de 31 de dezembro de 2017, foi aprovada a incorporação pela Sequoia Transportes da affiliada e empresa operacional Sequoia Brasil. O principal objetivo desta operação foi promover ganhos operacionais para as empresas. O acervo líquido incorporado está demonstrado a seguir:

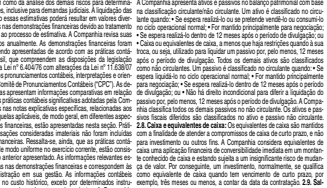
Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Acervo líquido incorporado
1.861	1.688	1.089	1.500	960

Alterações societárias de 2018: Em AGE de 31 de dezembro de 2018, foi aprovada a reorganização societária do Grupo Sequoia mediante a incorporação pela Sequoia Transportes de sociedades de participação não operacionais (holdings) de uma sociedade operacional. Abaixo é demonstrado o organograma do Grupo Sequoia antes da reorganização e os acervos líquidos incorporados:

Estrutura societária antes do evento de reorganização:



Eventos societários da reorganização, todos aprovados em 31 de dezembro de 2018: (i) Incorporação, pela Sequoia Log S.A. ("Sequoia Log"), de seus controladores Wasburg Pincus XI Participações III S.A. ("WP"), e (ii) incorporação, pela Sequoia Transportes, (a) da Sequoia Econ Operações e Logística ("Sequoia Econ"); e (b) de sua controlada Sequoia Log. Estrutura societária após o evento de reorganização:



A reorganização societária aprovada proporcionará a racionalização e simplificação da estrutura societária das empresas pertencentes ao Grupo Sequoia, trazendo benefícios administrativos, operacionais e econômico-financeiros. A incorporação e extinção da Sequoia Log e do fundo WPXI, sociedades de participação não operacionais (holdings), resultará na redução de despesas e custos de manutenção e gestão, em benefício do grupo. Além disso, como consequência da incorporação e, portanto, extinção da Sequoia Log, seus acionistas controladores passarão a diretamente e fortalecerem na capital social da Sequoia Transportes, principal sociedade operacional do grupo, permitindo seu envolvimento mais próximo no dia a dia operacional e acompanhamento mais de perto dos seus resultados. Já a incorporação da Sequoia Econ pela Sequoia Transportes, considerando que estas sociedades desenvolvem atividades semelhantes e complementares, ampliará as sinergias, reduzirá custos administrativos e operacionais e aumentará a produtividade entre as operações. Os acervos líquidos incorporados estão demonstrados abaixo:

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Acervo líquido incorporado
Sequoia Econ	32.431	2.205	5.415	10	1.860
Sequoia Log	32.431	(367)	552	11.582	19.930

A incorporação do WP não apresentou impacto no acervo líquido de transação. Em 2018, as empresas incorporadas contribuíram com o recebimento de receita acumulada de R$8.163. Se a incorporação tivesse ocorrido no início do exercício de 2018, as receitas líquidas consolidadas do Sequoia totalizariam R$429.145 e o prejuízo antes dos impostos consolidado do Grupo Sequoia seria de (R$17.112). **2. Principais políticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de outros ativos não operacionais, avaliação do ativo financeiro pelo valor justo, análise de risco de crédito para determinação da provisão para redução do valor recuperável de contas a receber, provisão para receitas incertas que não não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, incluindo demandas judiciais, provisão de IR e CS em transações envolvendo essas estimativas podem resultar em valores diversos dentro dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa as estimativas pelo menos anualmente. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e alterações da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao período anterior. As práticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão apresentadas nesta seção. Práticas contábeis de transações específicas consideradas materiais não foram incluídas nas demonstrações financeiras. Ressalta-se, ainda, que as práticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com o exercício anterior apresentado. As informações relevantes estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras e correspondem às utilizadas pela Administração de cada gestão. As demonstrações financeiras elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros pelos seus valores justos. A Companhia e suas controladas adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018. **2.1. Moeda funcional:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.2. Convenção de moeda estrangeira:** Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (Real) utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e do encerramento dos exercícios, caso cenário, são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.3. Reconhecimento de receita:** O Resultado da prestação de serviços inclui a receita de frete reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos de prestação de serviços celebrados com as partes ou na própria execução dos serviços, ou seja, quando os riscos significativos e benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas. **i)** Receita de serviço: A receita de serviço é reconhecida no período em que os serviços forem fornecidos e controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega do equipamento. O prazo normal de crédito é de 7 a 15 dias após a entrega. A Companhia considera se há outras promessas no contrato que são obrigações de performance distintas, às quais uma parcela do preço da transação precisa ser alocada (por exemplo, garantias, pontos de fidelidade, etc.). Ao determinar o preço de transação para a venda de equipamentos, a Companhia considera os efeitos da contraprestação variável, a existência de componentes de financiamento significativos, os bens não monetários e a contraprestação devida ao cliente (se houver). **ii)** Receita de aluguel: Para todos os investimentos locados em aluguel, a Companhia avalia se alguns financiamos que renderam juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada juntamente com a receita de juros efetiva, que incorpora todos os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira" nas demonstrações do resultado. **2.4. Impostos de renda e contribuição social - correntes:** Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados pelo valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias utilizadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor nas datas dos balanços. A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), sendo calculada no regime de lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis de IRPJ no montante vigor: 15% sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R$240 do lucro real por ano e CSLL no ano de 2018, 9% e no ano de 2017 9%. **2.4.2.** Imposto de renda e contribuição social - diferidos: O imposto de renda diferido ativo e passivo é reconhecido sobre as diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia revisa periodicamente os saldos dos ativos e passivos fiscais diferidos, de forma periodica, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com os estudos técnicos. **2.4.3.** Impostos diferidos: Ativos: As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos impostos descritos abaixo, e são apresentados líquidos da receita de vendas na demonstração do resultado. • Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social(COFINS) - 7,60%; • Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; • Imposto Sobre Serviços (ISS) - 2 a 5%; • Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - 7% a 12%; • Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta (CPRB) - 1,5%. **2.5. Instrumentos financeiros:** Ativos financeiros: *Reconhecimento inicial e mensuração:* Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados do custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber comerciais que não possuem um componente de financiamento significativo ou para as quais tem sido aplicado o expediente prático, inicialmente um ativo financeiro é mensurado ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não possuem um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. Vide políticas contábeis da Nota 2.3 - Receita de receita. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia não possuía ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Para contas a receber de vendas e ativos financeiros que engenham a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e ativos financeiros obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se tiver o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge. Ganhos ou perdas de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se aos critérios, ou seja, no momento em que o ativo financeiro atender aos critérios de classificação descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser classificados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas de valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Esta categoria contempla instrumentos derivativos e os ativos financeiros listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados também são reconhecidos como outras receitas na demonstração de resultado quando houver direito consolidado o direito ao pagamento. Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: a) as características e os riscos econômicos não estiverem estreitamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal; b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados a ser sujeito, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado. *Redução do valor recuperável de ativos financeiros:* A Companhia avaliará prospectivamente as perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluído fluxos de caixa da venda de garantias colaterais ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas, reconhecidas em duas etapas: (i) para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses); (ii) para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, o montante que provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento do inadimplemento (perda de crédito esperada vitalícia). Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia não possuía ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas, portanto, não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia mantém a matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos e quando informações internas ou externas indicam ser improvável o recebimento integral de valores contratuais em aberto antes de levar em conta qualquer melhoria de crédito. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. Passivos financeiros: *Reconhecimento inicial e mensuração:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja um valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos. **2.6. Provisões:** Gerais: As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formada) em virtude de um evento passado, é provável de que seja necessário uma saída de recursos para liquidar a obrigação e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. Na hipótese em que a Companhias tem a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão - como, por exemplo, em virtude de um contrato de seguro - o reembolso é reconhecido como um ativo à parte, mas somente quando é praticamente certo. A despesa relacionada à eventual provisão é registrada no resultado do exercício, líquido de qualquer reembolso. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar as respectivas obrigações e estimativas razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua influência no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Passivos contingentes reconhecidos em uma combinação de negócios: Um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado ao valor justo na data da aquisição. Posteriormente, é mensurado entre o maior de: • O valor seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões acima (CPC 25); ou • O valor pelo qual foi inicialmente reconhecido menos, quando cabível, a amortização da receita reconhecida conforme os princípios do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. **2.7. Classificação corrente versus não corrente:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Se espera realizar o ativo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • Não ter direito incondicional de adiar o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Companhia classifica todos os demais passivos no ciclo circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **2.8. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa os saldos em caixa e bancos e os investimentos de curto prazo, por ser o conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando, de forma geral, tem um vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menosa, a contar da data da contratação. **2.9. Saldos de contratos:** Saldo de contratos: Um ativo de contrato é o direito a uma contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Se a Companhia desempenhar suas atividades transferindo bens ou serviços ao cliente antes que este pague a contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, é reconhecido um ativo de contrato pela contraprestação adquirida, que é condicionada. Contas a receber de clientes: Um recebível é o direito da Companhia a um valor de contraprestação incondicional (ou seja, falta apenas o decurso do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido). São registrados e mantidos nos balanços pelos valores nominais das vendas e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída com base em análise de perdas e na análise de risco da totalidade da carteira de clientes e respectivos pagamentos vincendos. Passivos de contrato: Um passivo de contrato é o dever de transferir bens ou serviços a um cliente pelo qual a Companhia recebeu uma contraprestação (ou um montante devido) deste cliente. Se o cliente efetuar o pagamento antes de o bem ou serviço a Companhia lhe transfira bens ou serviços, um passivo de contrato é reconhecido quando o pagamento for efetuado ou quando for devido (o que for primeiro). Os passivos de contrato são reconhecidos como receita quando a Companhia cumprir as obrigações contratuais. **2.10. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** O teste de recuperação ("impairment test") tem por objetivo apresentar o valor líquido de realização de ativos. Este realizado pelo valor de uso ou pelo valor líquido, respectivamente, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades da Companhia. Ativos não circulantes são definidos são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação a perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico de ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perda por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. Anualmente, a Companhia efetua o teste de recuperação de seus ativos intangíveis ou sempre que houver qualquer evidência interna ou externa de que o ativo possa apresentar perda de valor recuperável. O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor justo deste ativo ou de uma unidade geradora de caixa (UGC), salvo se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam independentes daquelas de outros ativos ou grupos de ativos. Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para desvalorização no intuito de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto, que representa o custo de capital, antes dos impostos, que reflete as avaliações do mercado do mesmo quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas compatíveis com a função do respectivo ativo. Exceto no caso de ativos intangíveis, a reversão de reconhecimento anteriormente somente é revertida se houver alterações nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável do ativo, ou seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em períodos futuros. **2.11. Imobilizado:** O imobilizado é avaliado pelo custo histórico de aquisição ou construção, líquido de depreciação e perda acumulada por redução ao valor recuperável, se houver. O custo inclui o montante de reposição dos equipamentos e o custo de capitação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, a Companhia reconhece os ativos individuais, com vidas úteis e depreciação específica. Da mesma forma, quando realizada uma inspeção geral de grande escala, o custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos são reconhecidos no resultado do exercício como incorridos. A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a sua vida útil estimada. As taxas de depreciação são demonstradas a seguir:

Categorias	Taxa média de depreciação anual (%)
Veículos e caminhões	10
Instalações	10
Equipamentos de informática	62
Móveis e utensílios	10
Ferramentas de informática	10
Benfeitorias em bens de terceiros	Prazo de contrato

Benfeitorias em bens de terceiros: Os valores de imobilizado e eventuais partes significativas são baixados quando da sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados do seu uso ou alienação. Os ganhos ou perdas nos resultados de baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável. **2.12. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. Os ativos intangíveis compreendem principalmente softwares adquiridos de terceiros, softwares desenvolvido para uso próprio, ágio de fundo de comércio, marcas e patentes, carteira de clientes e direitos de exclusividade de não concorrência e softwares desenvolvidos internamente. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento de cada exercício. Os efeitos de quaisquer alterações previstas no período futuro são reconhecidos prospectivamente. Os ativos intangíveis incorporados no ativo são contabilizadas de acordo com o período de vida útil estimado. Os custos incorridos em projetos tratados de forma prospectiva como mudanças das estimativas contábeis. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável.

	Software e licenças (a)	Ágio (b)
Vida útil	Definida 5 anos	Indefinida
Método de amortização utilizado	Amortização linear	Não amortiza
Gerado internamente ou adquirido	Adquirido	Adquirido (Combinação de negócios)

a) Software: As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas como despesas quando incorridas. As despesas diretamente associadas com softwares desenvolvidos por fornecedores, incluem materiais, custos incorridos com empresas de desenvolvimento de software e custos de pessoal diretamente associados. Os custos diretamente associados e específicos que possibilitem o desenvolvimento de softwares de exclusividade da Companhia e que provavelmente gerarão benefícios econômicos em um período futuro superior a um ano são reconhecidos como ativos e são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento de cada exercício. Os custos de manutenção de softwares são reconhecidos como despesas. Os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas de acordo com o período de vida útil estimado. Os custos incorridos em projetos tratados de forma prospectiva como mudanças das estimativas contábeis. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável.

	Carteira de clientes	Cláusula de não concorrência	Mais valia do ativo imobilizado
Vida útil	Definida 3 e 10 anos	Definida 4 e 5 anos	Definida 8 e 10 anos
Método de amortização utilizado	Amortização linear	Amortização linear	Amortização linear
Gerado internamente ou adquirido	Adquirido (Combinação de negócios)	Adquirido (Combinação de negócios)	Adquirido (Combinação de negócios)

b) Ágio: Ágio decorrente de operações de combinação de negócios é demonstrado, por ocasião da aquisição, como o excedente do custo de aquisição sobre o valor justo da participação da Companhia nos ativos e passivos líquidos identificáveis da entidade adquirida na data da aquisição. Se o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado. Ágio é reconhecido inicialmente, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Ágio é revisado, no mínimo, uma vez por ano. Ágio é alocado em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades. Quando um ágio faz parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à operação alienada deve ser incluído no valor contábil da operação e seguro o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é baseado em seus valores proporcionais em relação à operação alienada e à unidade geradora de caixa mantida. Ágio e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém a perda de valor recuperável é testada, pelo menos anualmente. **2.16. Remuneração com base em ações:** A Companhia concede a seus principais executivos e administradores remuneração baseada em ações liquidadas em ações. Os custos dos planos de remuneração baseados em ações a seus funcionários são reconhecidos como despesas de pessoal, com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. Os custos estimados do valor justo das opções são reconhecidos como despesas ao longo do período de aquisição, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e dividendos esperados. Para refletir o número de instrumentos patrimoniais que se espera estarem a valor justo das opções baseadas em ações são divulgadas nas notas explicativas nº 16.5. **i)** Impostos: Em virtude da natureza e complexidade dos negócios da Companhia, as despesas de impostos diferidos e as premissas adotadas no cálculo dos ativos fiscais diferidos e a estimativa de lucros futuros tributáveis dependem de julgamentos e estimativas da Administração. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos para as perdas fiscais e base negativa de contribuição social, diferenças temporárias e outras adições e exclusões, em relação aos lucros tributáveis. A Companhia reconhece os ativos fiscais diferidos, quando não for provável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor junto. O julgamento inclui considerações sobre o valor e natureza, o momento, o lucro tributável e a extensão de futura volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor contábil dos ativos fiscais diferidos. **2.17. Provisão para perdas de ágio de investimentos:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as perdas de ágio de contas a receber. Para determinar a suficiência da provisão sobre contas a receber de clientes são avaliados o montante e as características de cada operação e os saldos vencidos e a vencer. Também é considerado o risco de crédito, considerando a possibilidade de recebimento. Ao final do exercício de classificação através da realização do cálculo dos valores a receber, considerando o prazo médio de recebimento de cada operação, e a diferença entre o valor a receber e o valor presente, conforme determinado em "Termo de ajuste de preço", assinado em 30/05/17. **i)** Perdas imobilizadas incorridas.

5. Caixa e equivalentes de caixa:	2018	2017
Caixa	56	58
Banco Conta Movimento	1.454	2.427
Aplicações financeiras - CDB	44.241	18.000
	45.751	20.485
Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera como equivalentes de caixa os saldos em caixa e bancos e os investimentos de curto prazo, ou seja, a partir da data da aquisição, tem um vencimento de três meses ou menos, sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. A Companhia considera como equivalentes de caixa os saldos em caixa e bancos e os investimentos de curto prazo, ou seja, o prazo de vencimento de três meses ou menos, sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia operou com aplicações financeiras em CDB, que são classificadas como equivalentes de caixa.		
6. Contas a receber:	2018	2017
Clientes nacionais	38.011	21.597
Cartões a receber	28.185	24.268
	66.196	45.865
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.225)	(4.195)
	61.971	41.670
(-) Serviços prestados que serão faturados em período posterior	4.964	3.983
Os registrados pelo regime de competência. O prazo médio de recebimento de aproximadamente 63 dias (53 dias em 2017).	66.935	45.653

A vencer	2018	2017
Vencidos	63.837	42.713
Vencidos de 1 a 30 dias	2.604	1.403
Vencidos de 31 a 90 dias	3.100	340
Vencidos de 91 a 180 dias	1.893	1.424
Vencidos de 181 a 365 dias	1.701	1.233
Vencidos acima de 365 dias	14.225	14.195
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.225)	(4.195)
	66.935	45.653

A Companhia avalia periodicamente sua carteira de recebíveis, são, deste provisão para liquidação de créditos duvidosos para todos os títulos cujo processo de recebimento esteja sob âmbito judicial. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa: **Em 31/12/16 - (4.313):** Adições - (75); Reversões - 193; **Saldo em 31/12/17 - (4.195):** Adições - (1.030); Reversões - 72; **Saldo em 31 de dezembro de 2018 - (4.225).**

7. Adiantamentos:	2018	2017
Adiantamento de viagens (a)	1.408	1.653
Adiantamento de fornecedores (b)	1.408	1.653
Adiantamentos para viagens e estadias	96	32
Outros adiantamentos	288	717
	1.792	2.102

a) Refere-se a valores antecipados de carreteiros a fim de cobrir parte dos custos da viagem. (b) Refere-se a valores antecipados a fornecedores de bens e prestadores de serviços.

8. Imobilizado:	Principal Jours Mobile Ltda. 2018	2017
PIS (2014)	188.143	188.143
COFINS (2014)	4.332.1.618	4.332.6.817
IRPJ (2014)	67	27 13

(*) continuação

de reorganização societária de 31 de dezembro de 2018. **14.2. Ações preferenciais Classe B, C, D, E, F, G, H e I:** Gozam das seguintes prerrogativas: • Prioridade na distribuição de dividendos, direito a dividendos mínimos cumulativos calculados conforme termos previstos no Estatuto Social e ações, inclusive, contra reserva de capital da Companhia. • São resgatáveis, nos termos do artigo 200 da Lei das Sociedades por Ações, pelo valor fixo de R$ 1,00 por ação, sem correção ou atualização, a único e exclusivo critério da Assembleia Geral, a qualquer tempo, por meio da utilização de lucros ou reservas, inclusive a Reserva de Capital da Companhia. • Exceto conforme disposto no primeiro item anterior, as ações preferenciais Classes B, C, e D não farão jus a qualquer outra distribuição com base nos lucros da Companhia, e também não teão direito a voto nas Assembleias Gerais de Acionistas. Além disso, o não pagamento de dividendos por três exercícios consecutivos não conferirão direito a voto às ações preferenciais acima **14.3. Reserva de capital/prejuízos negativos:** Tal conta deverá receber de capital é proporcionar durante o período de não geração de resultados positivos, o fluxo financeiro de dividendos aos acionistas da Companhia detentores das ações preferenciais Classes B, C e D, conforme descrito anteriormente. O estatuto da Controladora assegura ainda as vantagens mencionadas no item (a) do artigo 200 da Lei das S.A., descrito abaixo: (i) Absorção de prejuízos, quando estes ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros, exceto no caso da insuficiência de lucros acumulados e de reservas de lucros, quando os prejuízos serão absorvidos primeiramente por essas contas; (ii) Resgate, reembolso ou compra de ações; (iii) Resgate de partes beneficiárias; (iv) Incorporação ao capital social. (v) Pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada. **14.4. Dividendos:** A Companhia, em seu Estatuto Social, prevê a distribuição de dividendos mínimos aos acionistas de 25% sobre o lucro líquido, ressalvadas as hipóteses previstas em Lei e a distribuição de dividendos mínimos previstos no Estatuto Social aos detentores das ações preferenciais Classe B, preferenciais Classe C e preferenciais Classe D. Conforme prova de destinação do lucro líquido, o saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas. **14.5. Plano de pagamento baseado em ações:** Em 31/01/17 o Conselho de Administração reuniu-se para estabelecer e aprovar o Plano 4 de outorga de opções, indicando os colaboradores que receberão opções de compra de ações da Companhia, a quantidade total a ser distribuída. Os planos de remuneração com base em ações da Companhia têm por objeto a outorga de opções de compra de ações aos colaboradores e administrados aos participantes com o objetivo de atrair, motivar e reter executivos chave. O preço de exercício das opções corresponde à o valor justo de mercado das ações no momento da outorga das opções ("Preço de Exercício"), definido nos contratos celebrados com cada participante, corrigido de pela variação do índice de preços ao consumidor (CDI) desde a data da outorga das opções até a data do seu efetivo exercício nos termos do plano. As tranches emitidas para o plano são as seguintes:

Detalhes	Plano 1 concedido	Plano 2 concedido	Plano 3 concedido	Plano 4 (*) concedido
Data de início (primeira outorga)	30/06/2010	15/07/2015	31/07/2014	31/07/2017
Quantidade de opções	13.399.620	50.474.205	4.485.380	157.197.761
Preço de exercício - R$	R$ 0,09	R$0,14	R$0,14	R$0,03
Volatilidade anualizada esperada	37,94%	37,94%	37,94%	39,39%
Prazo maturidade estimado	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos
Valor justo da opção	R$0,0298	R$0,0548	R$0,0562	R$0,0165

As características das tranches são as seguintes: (i) Período de vesting: quatro anos, a partir da data em que o plano foi aprovado, sendo que 25% do lote de opção foi vested a cada ano. (ii) Preço de exercício - O preço de exercício será atualizado por CDI a partir da data de cada tranche até data de notificação do interessado de exercer a opção de compra. (iii) Período de lock-up - não há. (iv) Preço-exercício - em caso de término do vínculo empregatício, o optante terá 30 dias para exercício de suas opções vested; caso esse término de vínculo ocorra até o segundo ano do aniversário da assinatura do contrato de outorga e, 120 dias para exercício, caso esse término ocorra após o referido prazo. A Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada ("constructive obligation") de recomprar ou liquidar opções exercíveis. Os contratos de outorga de opções prevêem que, caso ocorra parcialmente pelo tipo de opção. O valor justo das opções de característica de "tempo de permanência do executivo" foi calculado com base no modelo de avaliação contínua de Black & Scholes. Em AGE de 31 de dezembro de 2018, em conjunto com a aprovação da reorganização societária, foi aprovada a substituição ao Plano 4 de outorga de opções de compra de ações da Sequoia (ou pelo Plano 1 do Grupo de Controle da Companhia, Companhia, o Conselho de Administração e a Diretoria autorizados a tomar as medidas necessárias para a implantação do Plano ora aprovado. As opções outorgadas sob o Plano 4 da Sequoia Log serão homologa, agora, pelo mesmo número de opções sob o Plano 1 e, consequentemente, deverão ser provocar a substituição de tais opções por novas opções sob o Plano da Companhia, promovendo os ajustes eventualmente necessários para manutenção dos direitos dos outorgados e demais Beneficiários do Plano da Sequoia Log (Planos 1, 2 e 3) foram automaticamente cancelas. As variações na quantidade de opções de compra de ações em aberto e seus respectivos preços médios ponderados do exercício estão apresentados a seguir:

	Preço médio de exercício por ação em reais	Opções
Em 31 de dezembro de 2016		**77.358.195**
Concedidas	0,0358	157.197.761
Cancelamento de opções (a)	–	(49.903.543)
Em 31 de dezembro de 2017		**184.616.303**
Concedidas	0,0358	57.684.000
Cancelamento de opções (b)	–	(91.129.754)
Em 31 de dezembro de 2018	–	**151.170.549**

(a) Cancelamento de opções devido a saída de executivos da Companhia.
(b) Cancelamento de opções, referente aos Planos 1, 2 e 3, devido a reorganização societária ocorrida em 31/12/2018.

	2018	2017
Custo dos serviços prestados	**361.808**	211.198
Custo das mercadorias vendidas	**59.174**	122.867
Custo dos serviços prestados	**420.982**	334.055
Impostos incidentes	**(56.610)**	(45.317)
Descontos	**(1.936)**	(604)
Receita operacional líquida	**362.436**	288.134
15. Custos e despesas por natureza: A reconciliação dos custos e despesas por natureza para os saldos apresentados na demonstração de resultado é como segue:		
Custo das mercadorias vendidas	**(169.692)**	(129.136)
Custos com pessoal	**(84.106)**	(76.995)
Custos com infraestrutura	**(23.271)**	(11.856)
Custos com depreciação e amortização	**(8.982)**	(4.550)
	(306.051)	(222.537)
Despesas gerais e administrativas	**(471)**	(1.236)
Despesas com pessoal	**(23.799)**	(23.326)
Despesas comerciais	**(2.916)**	(2.168)
Despesas com serviços de terceiros	**(1.410)**	(6.410)
Despesas com depreciação e amortização	**(14.280)**	(13.990)
	(42.641)	(47.131)
	(347.692)	(270.011)

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Sequoia Logística e Transporte S.A.

17. Outras despesas e receita:

	2018	2017
Outras receitas	**641**	2.366
Créditos extemporâneos de PIS e COFINS	**2.811**	—
Outras despesas e receitas (a)	**(3.452)**	(5.366)
	(0)	**(3.000)**

(a) Em 2017, contempla valores de perdas de ITP e IPTU de imóveis, débitos fiscais aderidos ao Programa de Regularização Tributária (PERT) e reversão de provisão para demandas judiciais e administrativas.

18. Receitas e despesas financeiras:

	2018	2017
Despesas financeiras	**(17.979)**	(19.778)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e efeitos	**(14.533)**	(16.707)
Despesas bancárias	**(1.019)**	(992)
Despesas com descontos	**(23)**	(1.529)
IOF	**(930)**	(547)
Comissão sobre fiança e aval	**(760)**	(1.003)
Outras despesas financeiras	**(119)**	(357)
Receitas financeiras	**872**	2.867
Rendimentos sobre aplicações financeiras	**470**	2.867
Descontos obtidos	**304**	323
Outras receitas financeiras	**98**	785
	(17.106)	(16.911)

19. Imposto de renda e contribuição social: a) Composição dos impostos de renda e contribuição social diferidos ativos:

Impostos diferidos sobre:	2018	2017
Prejuízo fiscal e base negativa	**(14.988)**	(11.285)
Prejuízo fiscal e base negativa	**36.659**	33.578
Outras diferenças temporárias	**2.867**	2.867
	24.538	25.160

b) Movimentação dos impostos diferidos sobre outras diferenças temporárias:

	2018	2017
Provisão para demandas judiciais	**(1.074)**	(1.436)
Provisão para perdas em crédito recuperável do contas a receber	**0**	(64)
Provisão para outras recebidas/despesas operacionais, líquidas	**1.074**	2.564
Diferenças Temporárias - Alocações do Intangível	**360**	4.456
	360	5.520

c) Realização do imposto de renda diferido ativo: Impostos diferidos ativos não reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para que os ativos fiscais diferidos ativos temporários, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas por estudos técnicos internos e premissas econômicas que podem, portanto, sofrer alterações, e que para 31 de dezembro de 2018 não estão registrados no ativo não circulante da Companhia e não foram registrados conforme demonstrado abaixo: 2019: 3.959; 2020: 8.008; 2021: 8.901; 2022: 8.901; Após 2022: 2.767. **Total: 24.538.** b) Prejuízo fiscal e base negativa: A Companhia possui saldo de prejuízo fiscal e base negativa com tributos diferidos no montante abaixo:

	2018	2017
Sequoia Transportes	**(114.911)**	
Sequoia Log	**(114.911)**	

1) Conciliação do despesa tributária com a alíquota nominal: O cálculo do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos, a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social o lucro) em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	2018	2017
Prejuízo antes dos tributos	**(1.026)**	(2.917)
Expectativa do imposto de renda e contribuição social		
Alíquota vigente - 34%	**(871)**	(1.236)
Diferenças permanentes: Outras diferenças permanentes	**(212)**	(417)
Base de imposto de renda diferido (a)	**(60)**	(1.653)
Efeito no resultado	**(1.143)**	(3.306)
Imposto de renda e contribuição social corrente	**(683)**	(798)
Imposto de renda e contribuição social diferido	**(460)**	(2.508)
Taxa efetiva	**59%**	225%

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

a sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento das projeções com suas oscilações e a suficiência das disposições em notas explicativas. Nos cálculos de recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos, a Companhia sobre o teste de valor recuperável do ágio, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ágio estão adequados e suficientes para suportar os ativos fiscais diferidos e suas divulgações na nota explicativa nº 9, são acéleiros, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Mensuração do imposto de renda e contribuição social diferidos:** A Companhia reconhece imposto de renda e contribuição social diferido ativo sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, conforme divulgado na nota explicativa 19. Em 31 de dezembro de 2018, o montante de imposto social diferido ativo não reconhecido R$ 25.958 mil. A Companhia não reconhecem tributos diferidos na extensão em que haja lucro tributável futuro. Esse item foi considerado um principal assunto de auditoria, tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade do ágio é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como, é baseado em diversas premissas tais como taxas de desconto, aquisição de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia em exercícios futuros. Tais premissas podem ser afetadas, de forma relevante, pelas condições futuras, incertas, de natureza econômicos futuros do Brasil, que ainda não podem ser estimados com precisão. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos principais procedimentos de auditoria relacionados aos assuntos incluíram, entre outros: • Envolvimento de nossos especialistas em avaliação para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia, em particular relacionadas às estimativas de vendas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa descontados e margem de lucro. • Avaliação da adequação das informações divulgadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade do ágio, as quais estão incluídas nas notas explicativas anteriormente mencionadas. • Verificação da acuratidade matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados no cálculo do valor recuperável do ágio e os controles internos da Companhia. • Avaliamos a sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento das projeções com suas oscilações; e • Avaliamos as divulgações das demonstrações financeiras sobre o teste de redução ao valor recuperável do imposto de renda e contribuição social diferidos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as projeções de lucros tributáveis futuras, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do imposto de renda diferido ativo e suas divulgações na nota explicativa nº 19 são acéleiros, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para possibilitar a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando normalmente, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso de base contábil de continuidade operacional, a menos que pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para fazer isso. Os responsáveis pela governança são responsáveis por supervisionar o processo de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em seu conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções existentes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes, individualmente ou em conjunto, que possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários baseadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Para isso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de detecção de distorção relevante não detectada em fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver ação intencional e falsificação, omissão intencional, representações intencionais ou sobreposição de controles internos. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, a fim de planejamento de procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa quanto à capacidade de a Companhia operar operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluse as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança, entre outros aspectos, a respeito do escopo planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22/03/19

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Alessandro Aur Reso
Contadora - CRC-1SP248878/O-7

Heleno & Fonseca Construtécnica S.A.

CNPJ n° 61.573.184/0001-73 - NIRE 35.3000458-0

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

A Diretoria da **Heleno & Fonseca Construtécnica S.A.** (Companhia), vem na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404/76 (**"Lei das S.A."**) convocar os acionistas da Companhia para reunirem-se **Assembleia Geral Ordinária** que será realizada às 10h00 (desseis horas) do dia 06 de maio de 2019, na sede Social da Companhia, localizada na Rua Guaraxupes, nº 1909 - 8º andar, na cidade e Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte matéria constante da Ordem do Dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018; (ii) deliberar sobre a remuneração da administração para o exercício social de 2019. As demonstrações financeiras, documentos e informações relativas ao exercício findo em 2018 estão à disposição dos acionistas na sede da companhia desde 29/03/2019, conforme Aviso aos Acionistas de mesma data, publicado nos termos da Lei das S.A.

São Paulo, 26 de abril de 2019

Diretoria

GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 14.876.090/0001-93 - NIRE: 35.300.418.514

Edital de Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1º, 2º e 3º Séries da 24ª Emissão da Gaia Agro Securitizadora S.A. ("Emissão")

A Gaia Agro Securitizadora S.A. ("Emissora"), pelo presente edital de convocação, observando o disposto no Termo de Securitização da Emissão, convoca os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Emissão, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA, a se realizar, em primeira convocação, no dia 28 de maio de 2019, às 16:00 horas na sede da Emissora, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Rio Mim, Jesuíno Cardoso, nº 633, 8º andar, CEP 04544-051 para deliberar sobre as demonstrações contábeis do patrimônio separado que foram emitidas sem ressalvas, nos termos da Instrução CVM nº 600 de 1º de agosto de 2018. Os Titulares dos CRA que se fizerem representar por procuração deverão encaminhar o instrumento de mandato com poderes específicos com ao menos 24 horas de antecedência da referida assembleia. Sem prejuízo, em benefício do tempo, os Titulares dos CRA deverão encaminhar os documentos comprobatórios de sua representação para o e-mail gerf.agente@oliveiratrust.com.br São Paulo, 29 de abril de 2019. GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A.

GAIA SECURITIZADORA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 07.587.384/0001-30

Edital de Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1º, 2º e 3º Séries da 11ª Emissão da Gaia Securitizadora S.A. ("Emissão")

A Gaia Securitizadora S.A. ("Emissora"), pelo presente edital de convocação, observando o disposto no Termo de Securitização da Emissão, convoca os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Emissão, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA, a se realizar, em primeira convocação, no dia 29 de maio de 2019, às 11:30 horas na sede da Emissora, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Rio Mim, Jesuíno Cardoso, nº 633, 8º andar, CEP 04544-051 para deliberar sobre as demonstrações contábeis do patrimônio separado que foram emitidas sem ressalvas, nos termos da Instrução CVM nº 600 de 1º de agosto de 2018. Os Titulares dos CRA que se fizerem representar por procuração deverão encaminhar o instrumento de mandato com poderes específicos com ao menos 24 horas de antecedência da referida assembleia. Sem prejuízo, em benefício do tempo, os Titulares dos CRA deverão encaminhar os documentos comprobatórios de sua representação para o e-mail gerf.agente@oliveiratrust.com.br São Paulo, 29 de abril de 2019. GAIA SECURITIZADORA S.A.

COMPANHIA JARDIM ARUJÁ SHOPPING

Extrato da Ata de Assembleia Geral de Constituição, Realizada em 06 de Abril de 2015

Data, hora e local: 06.04.2015, às 10hs, na Avenida João Manoel 360, Centro, Araçá-SP com o objetivo de constituir a **Companhia Jardim Arujá Shopping**, mesmo/ame se partes abaixo assinadas, a saber: **(a) Abdul Aziz Miguel**, brasileiro, casado, empresário, civil, RG 2.336.030 SSP/SP, CPF/MF nº 428.102.488-34; **(b) William Salomão Miguel**, brasileiro, solteiro, empresário, civil, RG 20.884.451-X SSP/SP, CPF/MF nº 275.291.418-70, ambos residentes em São Paulo-SP; e **(c) BEC - Baquirivú Engenharia e Comércio Ltda.**, CNPJ/MF nº 43.247.568/0001-14, com sede em Barueri-SP, neste ato representada por seu sócio administrador **Abdul Aziz Miguel**, acima qualificado. **Mesa:** Presidente: **Abdul Aziz Miguel**, Secretário: **William Salomão Miguel**. **Deliberações Aprovadas**: constituição de uma S/A, regida pela Lei nº 6.404/76, e alterações posteriores, sob a denominação **Companhia Jardim Arujá Shopping**. A leitura do projeto de Estatuto Social, aprovado por unanimidade. A subscrição do capital social conforme Boletim de Subscrição: Acionista - Nº de Ações Ordinárias Subscritas - Nº Total de Ações Subscritas - Valor das Ações Subscritas - Valor Integralizado em R$ Abdul Aziz Miguel - 750, 750, 150,00 - 150,00 William Salomão Miguel- 750, 750, 750,00 - 750,00 BEC - Baquirivú Engenharia e Comércio Ltda.- 780, 780, 780,00, 780,00, o restante em dinheiro, depósito da importância recebida dos subscritores em moeda corrente nacional, feito junto ao Banco do Brasil S/A., o título de interpleo no 100% do valor do capital social, R$1.000,00. Declaro definitivamente constituída a **Companhia Jardim Arujá Shopping** para todos os efeitos de direito. Eleição dos membros da Diretoria: **(a) Abdul Aziz Miguel** - Diretor Presidente; **(b) William Salomão Miguel** - Diretor Executivo, ambos qualificados acima; e **(c) Ronaldo Salomão Miguel**, brasileiro, casado, médico, RG 20.884.366-8 SSP/SP, CPF/MF nº 254.867.858-01, residente em Osasco-SP, para Diretor Executivo, todos com mandato unificado de 02 anos a contar da presente data. Os diretores eleitos declaram não estarem incursos em nenhum crime que lhe impeça de exercer atividades mercantis. Fixação da sede: instalação do Conselho Fiscal. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 06.04.2015. **Abdul Aziz Miguel**, Presidente; **William Salomão Miguel** - Secretário. **Acionista: Abdul Aziz Miguel, William Salomão Miguel, BEC - Baquirivú Engenharia e Comércio Ltda.** - Por: Abdul Aziz Miguel - Sócio Administrador. **Administradores eleitos: Abdul Aziz Miguel - Diretor Presidente, William Salomão Miguel** - Diretor Executivo, **Ronaldo Salomão Miguel** - Diretor Executivo. Advogado: Adriano Nagoli, OAB/SP nº: 238.404. JUCESP nº 187.**** de 25/30/04/2015 em 03/08/2015. Flávia Regina Britto - Secretária Geral em exercício.

Anexo I - Estatuto Social - Capítulo I - Denominação, Objeto, Sede, Foro e Prazo de Duração: Artigo 1º - A **Companhia Jardim Arujá Shopping** é uma sociedade por ações, que se regge por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º** - A Companhia tem sede e foro na Avenida João Manoel 360 Centro Araçá- SP CEP 07400-410, podendo, por deliberação da Diretoria, abrir, manter e fechar filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Artigo 3º** - A Companhia tem por objeto social: (i) a exploração comercial e o planejamento de shopping centers; (ii) a prestação de serviços de administração de shopping centers regionais e de complexos imobiliários de uso misto; (iii) a compra e venda de imóveis, financiamento e/ou arrendamento a prática pela Companhia de operações de arrendamento intermediação de negócios imobiliários que demandem registro em órgão de classe específico, incluindo, mas não se limitando ao Conselho Regional de Corretores de Imóveis - CRECI; (iv) a exploração de estacionamento rotativo; (v) a intermediação na locação de espaços promocionais; (vi) a elaboração de estudos, projetos e planejamento em promoção e merchandising; (vii) o exercício das atividades afins ou correlatas ao seu objeto social; e (viii) a participação em outras sociedades como sócia, acionista ou associada por qualquer forma permitida em lei. **Artigo 4º** - O prazo de duração será por tempo indeterminado. **Capítulo II - Capital Social e Ações: Artigo 5º** - O capital social é de R$1.000,00, dividido em 1.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. §1º - Cada ação ordinária dará o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Acionistas. §2º - É vedada a criação de ações preferenciais. §3º - As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. §4º - Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. §5º - A Companhia poderá adquirir suas próprias ações, com o objetivo de cancelá-las ou mantê-las em tesouraria, para posterior alienação. §6º - As ações são nominativas e a sua propriedade será comprovada pela anotação nos livros sociais competentes. Mediante solicitação de acionista neste sentido, serão emitidos títulos ou certificados representativos de ações, assinados pelo Diretor Presidente, isoladamente. 7º - A Companhia poderá, nos aumentos de capital social, emitir ações ordinárias ou ações preferenciais, ou somente de um tipo, sem quebrar proporção existente entre as ações de cada espécie ou classe, observando-se quanto as ações preferenciais, o limite máximo de 50% do total das ações emitidas, de acordo com o disposto no artigo 15, § 2º, da Lei das S.A. 8º - As emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações deverão ser aprovadas pela Assembleia Geral. 9º - É assegurado direito de preferência aos acionistas para subscrição dos aumentos do capital social da Companhia, na proporção do número de ações que possuírem, respeitado o prazo decorrente de decisão que com a legislação aplicável. **Capítulo III - Assembleia Geral: Artigo 6º** - A assembleia geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 04 meses seguintes ao término de cada exercício social, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, mediante aviso de convocação, instalação e realização as disposições legais aplicáveis e este estatuto social. §1º - As assembleias gerais serão convocadas com, no mínimo, 08 dias de antecedência, em primeira convocação, ou 5 dias, em segunda convocação. §2º - Além das demais hipóteses previstas em lei e neste estatuto social, a assembleia geral poderá ser convocada por qualquer membro da Diretoria. §3º - As deliberações da assembleia geral, ressalvadas as disposições deste estatuto social e as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco. **Artigo 7º** - A assembleia geral será presidida por qualquer membro da Diretoria, que escolherá, dentre os presentes, alguém para servir de secretário. §1º - O Presidente da assembleia geral deverá observar e fazer cumprir as disposições de Acordo de Acionistas arquivado na sede social, se houver, não permitindo que se computem os votos proferidos em contrariedade com o conteúdo de tal acordo. **Artigo 8º** - Compete à assembleia geral, além das atribuições conferidas em Lei, deliberar acerca das seguintes matérias: (i) reformar este Estatuto Social; (ii) eleger e destituir, a qualquer tempo, os administradores da Companhia; (iii) tomar, anualmente, as contas dos administradores, deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (iv) escolher auditores independentes devidamente registrados na Comissão de Valores Mobiliários para serem responsáveis pela auditoria anual das demonstrações financeiras da Companhia, podendo destituí-los a qualquer momento; (v) autorizar a emissão de debêntures; (vi) suspender o exercício dos direitos dos acionistas; (vii) deliberar sobre a avaliação de bens com que os acionistas concorrerem para a formação do capital social; (viii) deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução, eleger o liquidante e julgar-lhes as contas; (ix) autorizar os administradores a confessar falência e pedir recuperação judicial ou extrajudicial; e (x) deliberar as diretrizes da participação da Companhia em outras sociedades. §1º - Dos - As deliberações da assembleia geral serão tomadas por maioria de votos, ressalvadas quanto a: (i) a Lei das S.A. **Capítulo IV - Administração da Sociedade: Artigo 9º** - A Sociedade será administrada por Diretores, que, se assembleia geral deverá nomeá-la, a remuneração dos administradores da Companhia, a qual será fixada em bases globais, cabendo à Diretoria Executiva estabelecer a remuneração individual de cada um dos seus membros. §2º - Os administradores da Companhia tem o dever de responsabilidade estabelecido neste estatuto social e na legislação societária vigente. §3º - Os administradores responderão perante a Companhia e terceiros pelos atos que praticarem no exercício de suas funções, nos deste estatuto social e de lei. **Artigo 10** - A administração da Companhia deverá zelar pela observância da legislação aplicável, deste estatuto social e de acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, bem como do plano de negócios e orçamento anual da Companhia. **Artigo 11** - A Diretoria será composta por 03 Diretores, sendo 01 Diretor Presidente e 02 Diretores Executivos, todos residentes no País, acionistas ou não, eleitos pelos acionistas reunidos em Assembleia Geral, sendo mandato unificado de 02 anos, podendo ser reeleitos. §1º - Os diretores serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado em livro próprio. §2º - Os diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores. §3º - Em caso de renúncia ou vacância de qualquer cargo de diretor, convocada assembleia geral de acionistas, no prazo de 05 dias contados da ocorrência da renúncia ou vacância, para eleição do substituto, que deverá completar o restante do mandato. **Artigo 12** - Os diretores terão todos os poderes para gerir e administrar a Companhia, observado o disposto neste estatuto social, competindo-lhes: I - a representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, observado o disposto no artigo 15; II - o exercício das atribuições previstas neste estatuto social; e III - a execução do plano de negócios e do orçamento anual aprovados. **Artigo 13** - Compete a diretoria, como colegiado: I - submete, anualmente, à apreciação da assembleia geral, o relatório da administração e as contas dos diretores, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior; II - definir as diretrizes básicas de provimento e administração de pessoal da Companhia; III - elaborar o plano de organização da Companhia e emitir as normas correspondentes; e IV - decidir sobre os assuntos que não sejam de competência privativa da assembleia geral. **Artigo 14** - A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, e a sua convocação cabe ao Diretor Presidente, que também presidirá a reunião. § Único - Ao término de toda reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os diretores presentes, e posteriormente transcrita no livro de registro de atas da diretoria. **Artigo 15** - A Companhia será representada e somente se obrigará da seguinte forma: I - pela assinatura conjunta dos Diretores Executivos; II - pela assinatura de qualquer Diretor Executivo em conjunto com o Diretor Presidente; III - pela assinatura de qualquer Diretor Executivo em conjunto com

Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A.

CNPJ 19.943.730/0001-54

Demonstrações Financeiras Encerradas em 31 de dezembro de 2018 e 2017 - Em milhares de reais

Balanço patrimonial	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Ativo/Circulante	**7.302**	**68.412**	**18.939**	**13.500**
Caixa e equivalentes de caixa	232	2.728	2.662	1.268
Contas a receber	–	–	6.239	7.438
Adiantamento a fornecedores	115	116	983	1.391
Despesas antecipadas	–	–	724	452
Dividendos a receber - Partes relacionadas	4.612	4.585	–	–
Impostos a recuperar	2.543	809	2.933	1.185
Outros ativos	–	–	352	362
Mútuos - Partes relacionadas	–	62.182	–	–
Não circulante	**269.616**	**216.515**	**503.415**	**108.838**
Títulos e valores mobiliários	8.155	2.487	34.993	20.419
Contas a receber	–	–	1.000	–
Mútuos - Partes relacionadas	1.154	–	–	–
Impostos a recuperar	–	–	246	246
Investimento	260.307	214.028	–	–
Imobilizado	–	–	457.658	474.014
Intangível	–	–	13.545	14.159
Total do ativo	**277.118**	**284.927**	**522.354**	**122.338**
Passivo/Circulante	**5.153**	**83.398**	**28.999**	**124.389**
Fornecedores	29	29	9.819	15.788
Empréstimos e financiamentos	–	–	9.819	15.788
Mútuos - Partes relacionadas	–	76.200	–	–
Debêntures	2.982	4.984	2.982	4.984
Obrigações fiscais e trabalhistas	8	48	2.391	1.761
Contas a pagar - Partes relacionadas	–	–	1.732	1.732
Dividendos - Partes relacionadas	2.134	2.134	2.134	2.134
Penalidades contratuais	–	–	4.280	–
Provisões - Terceiros	–	–	212	212
Não circulante	**46.443**	**48.643**	**267.842**	**245.953

OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.
CNPJ nº 36.113.876/0001-91
AVISO AOS INVESTIDORES
RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

Comunica que os Relatórios Anuais deste Agente Fiduciário Relativos ao Exercício Social de 2018, das Emissões de **Debêntures**, **CRI**, **CRA**, **LF** e **NP**, encontram-se à disposição no site: **www.oliveiratrust.com.br**

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2019

Gaia Agro Securitizadora S.A.
Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 14.876.090/0001-93 - NIRE: 35.300.418.514
Edital de Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª e 2ª Séries da 25ª Emissão da Gaia Agro Securitizadora S.A. ("Emissão")

A Gaia Agro Securitizadora S.A. ("Emissora"), pelo presente edital de convocação, observando o disposto no Termo de Securitização da Emissão, convoca os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Emissão, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA, a se realizar, em primeira convocação no dia 28 de maio de 2019, às 11:30 horas na sede da Emissora, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Min. Jesuíno Cardoso, nº 633, 8º andar, CEP 04544-051 para deliberar sobre as demonstrações contábeis do patrimônio separado que foram emitidas sem ressalvas, nos termos da Instrução CVM nº600 de 1º de agosto de 2018. Os Titulares dos CRA que se fizerem representar por procuração deverão entregar o instrumento de mandato com poderes específicos com ao menos 24 horas de antecedência da referida assembleia. Sem prejuízo, em benefício do tempo, os Titulares dos CRA deverão encaminhar os documentos comprobatórios de sua representação para o e-mail fiduciario@oliveiratrust.com.br São Paulo, 29 de abril de 2019. GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A.

GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A.
Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 14.876.090/0001-93 - NIRE: 35.300.418.514
Edital de Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 7ª Emissão da Gaia Agro Securitizadora S.A. ("Emissão")

A Gaia Agro Securitizadora S.A. ("Emissora"), pelo presente edital de convocação, observando o disposto no Termo de Securitização da Emissão, convoca os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Emissão, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA, a se realizar, em primeira convocação no dia 28 de maio de 2019, às 17:00 horas na sede da Emissora, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Min. Jesuíno Cardoso, nº 633, 8º andar, CEP 04544-051 para deliberar sobre as demonstrações contábeis do patrimônio separado que foram emitidas sem ressalvas, nos termos da Instrução CVM nº600 de 1º de agosto de 2018. Os Titulares dos CRA que se fizerem representar por procuração deverão entregar o instrumento de mandato com poderes específicos com ao menos 24 horas de antecedência da referida assembleia. Sem prejuízo, em benefício do tempo, os Titulares dos CRA deverão encaminhar os documentos comprobatórios de sua representação para o e-mail fiduciario@oliveiratrust.com.br São Paulo, 29 de abril de 2019. GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A.

R.C.N.O.N. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 09.594.570/0001-21

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 29 de abril de 2019 **A Administração**

BALANÇO PATRIMONIAL Levantado em 31 de Dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

Ativo	2018	2017	Patrimônio Líquido	2018	2017
Não Circulante			Capital social	582.725	582.725
Investimentos:			Ajustes de avaliação patrimonial	(28.062)	(53.125)
			Reservas de lucros	101.066	275.588
Participação em sociedade investida	655.729	805.188	Total do Patrimônio Líquido	655.729	805.188
Total do Ativo	655.729	805.188	**Total do Patrimônio Líquido**	655.729	805.188

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Legal	Reserva de lucros Estatutária	Reserva de lucros Transações com Sócios	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 1º de Janeiro de 2017	582.725	24.540	138.137	(77.775)	(17.271)	–	650.356
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(185.004)	(185.004)
Equivalência patrimonial em investida	–	–	–	–	(35.854)	–	(35.854)
Transação de capital com sócios	–	–	–	375.690	–	–	375.690
Destinação:							
Absorção do prejuízo do exercício com reserva de lucros	–	–	–	(185.004)	–	185.004	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	582.725	24.540	138.137	112.911	(53.125)	–	805.188
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(232.749)	(232.749)
Equivalência patrimonial em investida	–	–	–	–	(31.245)	–	(31.245)
Transação de capital com sócios	–	–	–	38.587	–	358	38.945
Adoção do CPC 47 - receita da apropriação imobiliária HM	–	–	19.282	–	–	–	19.282
Adoção do CPC 42/IAS 29 - economia hiperinflacionaria	–	–	–	–	56.308	–	56.308
Destinação:							
Absorção do prejuízo do exercício com reserva de lucros	–	–	(80.893)	(151.498)	–	232.391	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	582.725	24.540	76.526	–	(28.062)	–	655.729

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

	2018	2017
Receitas (Despesas) Operacionais de Participações		
Resultado da equivalência patrimonial	(232.749)	(185.004)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

	2018	2017
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(232.749)	(185.004)
Ajuste ao lucro para apuração do resultado abrangente		
Efeito reflexo de investida	25.063	(35.854)
Resultado Abrangente Total	(207.686)	(220.858)

A DIRETORIA

NELSON NÓBREGA DA COSTA - Contador CRC 1SP 202165/O-9

"As Demonstrações Financeiras completas, estão à disposição dos Acionistas na sede da Companhia"

R.R.R.P.N. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 09.608.284/0001-78

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 29 de abril de 2019 **A Administração**

BALANÇO PATRIMONIAL Levantado em 31 de Dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

Ativo	2018	2017	Patrimônio Líquido	2018	2017
Não Circulante			Capital social	5.741	5.741
Investimentos:			Ajustes de avaliação patrimonial	(294)	(541)
			Reservas de lucros	1.011	2.729
Participação em sociedade investida	6.458	7.929	Total do patrimônio líquido	6.458	7.929
Total do Ativo	6.458	7.929	**Total do Patrimônio Líquido**	6.458	7.929

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Legal	Reserva de Lucros Estatutária	Reserva de Lucros Transações com Sócios	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 1º de Janeiro de 2017	5.741	189	1.428	(766)	(188)	–	6.404
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(1.822)	(1.822)
Equivalência patrimonial em investida	–	–	–	–	(353)	–	(353)
Transação de capital com sócios				3.700	–	–	3.700
Destinação:							
Absorção do prejuízo do exercício com reserva de lucros	–	–	–	(1.822)	–	1.822	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	5.741	189	1.428	1.112	(541)	–	7.929
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(2.292)	(2.292)
Equivalência patrimonial em investida	–	–	–	–	(308)	–	(308)
Transação de capital com sócios	–	–	–	380	–	4	384
Adoção do CPC 47 - receita da apropriação imobiliária HM	–	–	190	–	–	–	190
Adoção do CPC 42/IAS 29 - economia hiperinflacionária	–	–	–	–	555	–	555
Destinação:							
Absorção do prejuízo do exercício com reserva de lucros	–	–	(796)	(1.492)	–	2.288	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	5.741	189	822	–	(294)	–	6.458

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

	2018	2017
Receitas (Despesas) Operacionais de Participações		
Resultado da equivalência patrimonial	(2.292)	(1.822)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

	2018	2017
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(2.292)	(1.822)
Ajuste ao lucro para apuração do resultado abrangente		
Efeito reflexo de investida	247	(353)
Resultado Abrangente Total	(2.045)	(2.175)

A DIRETORIA

NELSON NÓBREGA DA COSTA - Contador CRC 1SP 202165/O-9

"As Demonstrações Financeiras completas, estão à disposição dos Acionistas na sede da Companhia"

R.C.A.B.P.N. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 09.594.459/0001-35

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 29 de abril de 2019 **A Administração**

BALANÇO PATRIMONIAL Levantado em 31 de Dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

Ativo	2018	2017	Patrimônio Líquido	2018	2017
Não Circulante			Capital social	1.163.959	1.163.959
Investimentos:			Ajustes de avaliação patrimonial	(56.052)	(106.113)
			Reservas de lucros	201.875	550.472
Participação em sociedade investida	1.309.782	1.608.318	Total do patrimônio líquido	1.309.782	1.608.318
Total do Ativo	1.309.782	1.608.318	**Total do Patrimônio Líquido**	1.309.782	1.608.318

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Legal	Reserva de Lucros Estatutária	Reserva de Lucros Transações com Sócios	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 1º de Janeiro de 2017	1.163.959	49.014	275.925	(155.352)	(34.497)	–	1.299.049
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(369.536)	(369.536)
Equivalência patrimonial em investida	–	–	–	–	(71.616)	–	(71.616)
Transação de capital com sócios	–	–	–	750.421	–	–	750.421
Destinação:							
Absorção do prejuízo do exercício com reserva de lucros	–	–	–	(369.536)	–	369.536	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	1.163.959	49.014	275.925	225.533	(106.113)	–	1.608.318
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(464.903)	(464.903)
Equivalência patrimonial em investida	–	–	–	–	(62.410)	–	(62.410)
Transação de capital com sócios	–	–	–	77.075	–	716	77.791
Adoção do CPC 47 - receita da apropriação imobiliária HM	–	–	38.515	–	–	–	38.515
Adoção do CPC 42/IAS 29 - economia hiperinflacionária	–	–	–	–	112.471	–	112.471
Destinação:							
Absorção do prejuízo do exercício com reserva de lucros	–	–	(161.579)	(302.608)	–	464.187	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	1.163.959	49.014	152.861	–	(56.052)	–	1.309.782

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

	2018	2017
Receitas (Despesas) Operacionais de Participações		
Resultado da equivalência patrimonial	(464.903)	(369.536)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

	2018	2017
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(464.903)	(369.536)
Ajuste ao lucro para apuração do resultado abrangente		
Efeito reflexo de investida	50.061	(71.616)
Resultado Abrangente Total	(414.842)	(441.152)

A DIRETORIA

NELSON NÓBREGA DA COSTA - Contador CRC 1SP 202165/O-9

"As Demonstrações Financeiras completas estão à disposição dos Acionistas na sede da Companhia"

R.C.P.O.D.P.N. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 09.594.468/0001-26

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 29 de abril de 2019 **A Administração**

BALANÇO PATRIMONIAL Levantado em 31 de Dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

Ativo	2018	2017	Patrimônio Líquido	2018	2017
Não Circulante			Capital social	1.163.959	1.163.959
Investimentos:			Ajustes de avaliação patrimonial	(56.052)	(106.113)
			Reservas de lucros	201.875	550.472
Participação em sociedade investida	1.309.782	1.608.318	Total do Patrimônio Líquido	1.309.782	1.608.318
Total do Ativo	1.309.782	1.608.318	**Total do Patrimônio Líquido**	1.309.782	1.608.318

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Legal	Reserva de lucros Estatutária	Reserva de lucros Transações com Sócios	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	1.163.959	49.014	275.925	(155.352)	(34.497)	–	1.299.049
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(369.536)	(369.536)
Equivalência patrimonial em investida	–	–	–	–	(71.616)	–	(71.616)
Transação de capital com sócios	–	–	–	750.421	–	–	750.421
Destinação:							
Absorção do prejuízo do exercício com reserva de lucros	–	–	–	(369.536)	–	369.536	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	1.163.959	49.014	275.925	225.533	(106.113)	–	1.608.318
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(464.903)	(464.903)
Equivalência patrimonial em investida	–	–	–	–	(62.410)	–	(62.410)
Transação de capital com sócios	–	–	–	77.075	–	716	77.791
Adoção do CPC 47 - receita da apropriação imobiliária HM	–	–	38.515	–	–	–	38.515
Adoção do CPC 42/IAS 29 - economia hiperinflacionária	–	–	-	–	112.471	–	112.471
Destinação:							
Absorção do prejuízo do exercício com reserva de lucros	–	–	(161.579)	(302.608)	–	464.187	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	1.163.959	49.014	152.861	–	(56.052)	–	1.309.782

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

	2018	2017
Receitas (Despesas) Operacionais de Participações		
Resultado da equivalência patrimonial	(464.903)	(369.536)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

	2018	2017
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(464.903)	(369.536)
Ajuste ao lucro para apuração do resultado abrangente		
Efeito reflexo de investida	50.061	(71.616)
Resultado Abrangente Total	(414.842)	(441.152)

A DIRETORIA

NELSON NÓBREGA DA COSTA - Contador CRC 1SP 202165/O-9

"As Demonstrações Financeiras completas estão à disposição dos Acionistas na sede da Companhia"

Trabalhadores pedem saída da Petrobras do Uruguai

Após o anúncio de que o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a venda de uma rede de postos no Uruguai, na última sexta-feira (26), trabalhadores do setor de gás pedem a saída da empresa do país, além da recontratação de 20 empregados que estão em seguro-desemprego.

A Petrobras é dona das empresas MontevideoGas e Conecta, que prestam os serviços de distribuição de gás na capital e no interior do país, respectivamente. Na semana passada, mais de 150 empregados invadiram a sede da empresa em Montevidéu e instalaram o chamado "controle operário" (control obrero, em espanhol). No mesmo dia, uma decisão judicial proibiu a iniciativa e ordenou que os trabalhadores desocupassem o prédio. Eles dizem que a Petrobras não tem mais interesse em investir no país. Além disso, afirmam que a empresa já demitiu 20 empregados e que pretende demitir mais 37. Para os trabalhadores, o serviço de distribuição de gás no país está sendo prejudicado.

A Petrobras, em nota emitida na sexta-feira passada, afirmou que "as novas diretrizes consideram a venda de ativos com destaque para o segmento de refino e distribuição, incluindo a venda integral da Petrobras Uruguay Distribución SA (PUDSA), rede de postos no Uruguai, oito refinarias que totalizam capacidade de refino de 1,1 milhão de barris por dia, e a venda adicional de participação na Petrobras Distribuidora (BR), permanecendo a Petrobras como acionista relevante".

O sindicato dos trabalhadores de gás emitiu comunicado oficial em que afirma que, "diante da confirmação da intenção da empresa, é necessário iniciar rapidamente negociações entre o MIEM (Ministério de Indústria, Energia e Mineração) e Petrobras para um acordo em relação à sua saída do Uruguai, para resguardar o serviço público, os usuários e os trabalhadores, o que implica reintegrar os trabalhadores em seguro-desemprego e cancelar as demissões previstas".

O senador Álvaro Delgado (Partido Nacional) afirmou no Twitter que o ministro da Indústria, Guillermo Moncecchi, será convocado para ir ao Senado, a fim de explicar qual será a atitude do governo do presidente Tabaré Vázquez diante da situação.

Em nota, a empresa brasileira lembra que já anunciou a venda integral da PUDSA. Em relação às empresas MontevideoGas e da Conecta, a Petrobras lembra que ambas são deficitárias, e que a estatal brasileira investiu US$ 112 milhões nos últimos 15 anos, tendo um prejuízo de US$ 116 milhões no mesmo período.

A Petrobras afirma que continuará administrando a distribuição de gás natural no Uruguai, mas que "aguarda os resultados das discussões com o Estado uruguaio para a efetiva recomposição da equação econômico-financeira das concessões de gás natural". Segundo a nota, "A Petrobras está determinada a não continuar acumulando prejuízos". A nota diz ainda que a empresa vem suportando pressões e hostilidades, "como a invasão por 12 horas na última quinta-feira (25) de trabalhadores uruguaios na MontevideoGas".

Na semana passada, o Conselho de Administração da estatal aprovou as novas diretrizes para a gestão de carteira de ativos da empresa. A empresa destacou que as diretrizes seguem o Plano de Resiliência, divulgado em março, e que é parte do processo de elaboração do Plano de Negócios e Gestão 2020-2024, que deve ser aprovado e divulgado no quarto trimestre deste ano. (Agencia Brasil)

E-Construmarket Tecnologia e Serviços S.A.

CNPJ/NF 03.706.177/0001-04 | NIRE 35300485645

Relatório do conselho de Administração

Prezados Senhores, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017. Ficamos à disposição de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. À Administração.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Ativo circulante	31/12/18	31/12/17
Caixa e equivalentes de caixa	1.108	3.907
Contas a receber	1.489	1.427
Impostos a recuperar	131	360
Outros ativos circulantes	345	336
Total circulante	**3.073**	**6.031**
Não circulante		
Depósitos judiciais	22	6
Crédito com partes relacionadas	135	125
Outras contas a receber	7	7
Investimentos	-	-
Imobilizado	1.600	725
Intangível	9.802	11.070
Total do ativo não circulante	**11.566**	**11.932**
Total do ativo	**14.639**	**17.962**

Passivo circulante	31/12/18	31/12/17
Fornecedores	107	142
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	1.282	1.125
Obrigações tributárias	565	181
Adiantamentos de clientes	122	212
Total circulante	**2.191**	**1.823**
Não circulante		
Débito com partes relacionadas	20	20
Provisões para riscos processuais	138	50
IR e CSLL diferidos	1.385	2.117
Compromisso com terceiro para investimentos	1.373	1.815
Outras contas a pagar	542	210
Total do não circulante	**3.458**	**4.212**
Patrimônio líquido		
Capital social	11.566	11.566
Prejuízos acumulados	(3.314)	(567)
Outros resultados abrangentes	447	545
Transação de capital	(379)	(386)
Total do patrimônio líquido	**8.320**	**11.158**
Não controladores	**670**	**768**
Total do passivo e patrimônio líquido	**14.639**	**17.962**

Demonstração do fluxo de caixa exercícios findos 31 dez 2018 e 2017

Fluxo de Caixa das atividades operacionais	31/12/18	31/12/17
Prejuízo antes dos impostos	(2.876)	(940)
Constituição (Reversão) de créditos de liquidação duvidosa	(132)	164
Depreciação/Amortização	1.798	1.614
Alienação de ativo imobilizado /Intagível	642	2.487
Resultado Equivalência patrimonial	-	-
Redução em Investimentos - Dividendos Desproporcionais	-	-
Provisão para demandas judiciais	88	-
Participação dos não controladores	99	95
Prejuízo do exercício ajustado	(381)	3.420
Aumento líquido/(diminuição) das contas do ativo		
Contas a Receber	194	(632)
Impostos a Recuperar	229	(235)
Depósitos judiciais	(16)	-
Outros Ativos	(9)	(115)
Aumento líquido/(diminuição) das contas do passivo	**398**	**(982)**
Fornecedores	(35)	56
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	137	(33)
Ajuste Avaliação Patrimonial	-	4
Adiantamento Clientes	(90)	163
Outras passivos circulantes e não circulantes	(713)	4.651
	(317)	**4.841**
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	331
Fluxo de caixa aplicado pelas atividades operacionais	(300)	7.610
Aquisição de Imobilizado e Intangível	(2.047)	(7.785)
Investimento	-	-
Transação com Partes Relacionadas	(10)	(105)
Compromisso com Terceiros para Investimento	(442)	(2.200)
Ajuste Avaliação Patrimonial	-	545
Transação de Capital	-	(386)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos	(2.499)	(9.831)
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	(2.799)	(2.221)
Caixa e equivalentes de caixa início do exercício	3.907	6.128
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.108	3.907
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	(2.799)	(2.221)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	Capital social	Transação de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	AAP	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31/12/2016	11.566	-	204	7	-	-	11.777
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	(878)	(878)	(878)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	645	-	-	645
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(100)	100	-	-
Absorção de reserva de lucros	-	-	(204)	(7)	211	-	-
Mudança na participação em controlada	-	(386)	-	-	-	-	(386)
Saldos em 31/12/2017	11.566	(386)	-	-	545	(567)	11.158
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	-	(2.845)	(2.845)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(98)	98	-
Mudança na participação em controlada	-	7	-	-	-	-	7
Saldos em 31/12/2018	11.566	(379)	-	-	447	(3.314)	8.320

*** As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.**

*** (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)**

João Alberto Malpetti - CPF: 775.163.228-04 | David Coppola - CRC 1SP 167.760/O-7

Demonstrações do resultado individuais e consolidados exercícios findos em 31 dez. de 2018 e 2017

	31/12/18	31/12/17
Receita líquida	18.662	17.581
Custo dos serviços prestados	(8.270)	(6.102)
Lucro bruto	10.393	11.479
Despesas administrativas e comerciais	(12.433)	(12.742)
Outras receitas (despesas)	(815)	11
Despesas operacionais	(13.249)	(12.732)
Receitas financeiras	173	427
Despesas financeiras	(193)	(114)
Resultado financeiro líquido	(19)	313
Resultado de equivalencia patrimonial	-	-
Resultado antes da provisão para IR e Contribuição Social	(2.876)	(940)
IR e Contribuição Social corrente	(518)	(439)
IR e Contribuição Social diferidos	450	405
Prejuízo do exercício	(2.944)	(973)
Participação dos controladores	(2.845)	(878)
Participação dos não controladores	(99)	(95)
Total	(2.944)	(973)

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidados Exercícios findos em 31 dez. de 2018 e 2017

	31/12/18	31/12/17
Prejuízo do exercício	(2.944)	(973)
Ajuste de avaliação Patrimonial	447	542
Total do resultado abrangente	447	542
Outros resultados abrangente	(2.497)	(431)
Total do resultado abrangente atribuível a:		
Participação dos controladores	(2.398)	(336)
Participação dos não controladores	(99)	(95)
Total:	(2.497)	(431)

ERRATA

Informamos que por uma falha técnica em nosso departamento de diagramação não foi publicado na edição do dia 27 de abril 2019 o balanço da empresa E-Construmarket Tecnologia e Serviços S.A.

9ª Vara Cível do Foro Regional da Lapa/SP. 1º Ofício Cível. Edital de Intimação. Prazo: 30 dias. Processo nº 1014709-89.2015.8.26.0004. O Dr. João Cesar Sliva de Ulhoroa Franco, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível do Foro Regional da Lapa/SP. Faz Saber a Impressuliom Comércio e Prestação de Serviços Ltda (CNPJ. 03.358.238/0001-81), que nos autos da ação Execução, ajuizada por Indústria Dyko Ltda, procedeu-se a penhora sobre a quantia bloqueada judicialmente de R$ 12.575,83. Estando a executada em local ignorado, foi determinada a intimação da penhora por edital, para que em 05 dias, a fluir após os 30 dias supra, ofereça impugnação, na ausência da qual prosseguirá o feito em seus ulteriores termos. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. SP, 19/04/2019.

3094 e 01/05/2019

Votorantim Energia — SANTA CRUZ GERAÇÃO DE ENERGIA S.A. — Demonstrações Financeiras 2018

CNPJ nº 07.614.088/0001-80

RELATORIO DA ADMINISTRAÇÃO

Estas demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes em 31 de dezembro de 2018 e consideram também a legislação societária brasileira. **Perfil** - A Santa Cruz Geração de Energia S.A. ("Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, Brasil, foi constituída em 1º de agosto de 2005. A Companhia é controlada direta da Votorantim S.A. ("VSA"). A VSA é uma companhia de capital fechado integralmente controlada pela família "Ermírio de Moraes" e que constitui a holding das empresas Votorantim, com sede na cidade de São Paulo, Brasil. **Sistema Elétrico e Operação** - A Companhia possui duas centrais geradoras hidroelétricas (CGHs) em operação, com capacidade instalada de 1,8 MW ou 15 GWh/ano. **Resultado do Exercício** - A Companhia atua no segmento de geração de energia e apresentou prejuízo após os impostos de R$ 163 mil no exercício de 2018. **Recursos Humanos** - A Companhia oferece a seus colaboradores, planos de benefícios destinados à alimentação, assistência médica e odontológica, participação nos resultados e plano de previdência privada com contribuição definida através da Fundação Senador José Ermírio de Moraes (FUNSEJEM).

Balanço patrimonial em 31 de dezembro – Em milhares de reais

Ativo	2018	2017
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	125	231
Aplicações financeiras	6.048	1.562
Concessionárias e permissionários	124	110
Tributos a recuperar	25	46
Ativo financeiro de indenização	4.025	4.025
Outras contas a receber	106	86
	10.453	6.060
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Ativo financeiro de indenização	11.094	15.608
Depósitos judiciais e outros	452	385
	11.546	15.993
Imobilizado	1.089	1.143
	1.089	1.143
Total ativo não circulante	12.635	17.136
Total do ativo	23.088	23.196

Passivo e patrimônio líquido	2018	2017
Circulante		
Fornecedores	51	120
Dividendos a pagar	9.383	9.383
Tributos e contribuições sociais a pagar	281	288
Provisões	2.521	2.384
Outros Passivos	78	84
	12.314	12.259
Não circulante		
Outros Passivos	22	22
	22	22
Total do passivo	12.336	12.281
Patrimônio líquido		
Capital social	12.153	12.153
Prejuízo acumulado	(1.401)	(1.238)
Total do patrimônio líquido	10.752	10.915
Total do passivo e patrimônio líquido	23.088	23.196

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro – Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Operações continuadas	2018	2017
Receita líquida dos produtos vendidos	1.547	794
Custo dos produtos vendidos	(1.678)	(3.519)
	(131)	(2.725)
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais e administrativas	(282)	(260)
Outras receitas operacionais	50	39
	(232)	(221)
Prejuízo operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	(363)	(2.946)
Resultado financeiro líquido		
Receitas financeiras	1.231	2.373
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	868	(573)
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(1.031)	(1.262)
Prejuízo do exercício	(163)	(1.835)
Ações em circulação ao final do exercício	12.153	12.153
Prejuízo diluído por lote de mil ações - em R$	(13,41)	(150,99)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido – Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital subscrito	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Total
Em 1 º de Janeiro de 2017	12.153	597	–	12.750
Prejuízo do exercício	–	–	(1.835)	(1.835)
Reserva Legal	–	(597)	597	–
Em 31 de Dezembro de 2017	12.153	–	(1.238)	10.915
Em 1 º de Janeiro de 2018	12.153	–	(1.238)	10.915
Prejuízo do exercício	–	–	(163)	(163)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	12.153	–	(1.401)	10.752

Demonstração do fluxos de caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro – Em milhares de reais

	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	868	(573)
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa		
Depreciação e amortização	54	54
Juros sobre aplicações financeiras	(225)	(386)
Ganho pelo valor do ativo financeiro de indenização	(1.072)	(2.080)
	(375)	(2.985)
Decréscimo (acréscimo) em ativos		
Concessionárias e permissionários	(14)	201
Ativo financeiro de indenização	5.586	6.788
Depósitos judiciais e outros	(67)	(109)
Outros ativos	1	63
Decréscimo (acréscimo) em passivos		
Fornecedores	(69)	102
Tributos e contribuições sociais	(7)	(130)
Pesquisa e desenvolvimento	65	91
Provisões	72	1.377
Outros passivos	(6)	(45)
Caixa gerado pelas operações	5.186	5.353
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(1.031)	(1.262)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	4.155	4.091
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Dividendos pagos	-	(5.500)
Aplicações financeiras	(4.261)	1.428
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(4.261)	(4.072)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Caixa líquido provenientes das atividades de financiamentos	–	–
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(106)	19
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	231	212
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	125	231

Diretoria

FABIO ROGERIO ZANFELICE – Diretor Presidente
CESAR AUGUSTO CONSERVANI – Diretor
RAUL ALMEIDA CADENA Diretor Financeiro
CARLOS GUERRA FARIAS – Diretor

Contador

RODRIGO TEIXEIRA COCCHI
CRC 1SP243650/O-2

Saepart Sociedade de Administração, Empreendimentos e Participações Ltda.

CNPJ nº 68.969.419/0001-90

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2018 e 2017 *(Valores expressos em reais)*

Balanço patrimonial (Em reais)	Dez/2018	Dez/2017
Ativo: Circulante	**2.193.905,83**	**1.456.925,78**
Caixa e equivalentes de caixa	**1.395.096,06**	618.533,55
Contas a receber	**739.680,81**	782.405,43
Impostos a antecipados a recuperar	**41.140,80**	33.934,69
Despesas antecipadas	**519,28**	-
Partes relacionadas	**17.469,88**	22.052,11
Total ativo	**2.193.905,83**	1.456.925,78
Passiv: Circulante	**1.713.429,07**	1.374.556,00
Fornecedores	**63.793,44**	19.252,84
Obrigações Tributárias	**10.870,01**	9.339,82
Adiantamento de clientes	**850.699,40**	525.757,77
Partes relacionadas	**788.066,22**	820.205,57
Total passivo	**1.713.429,07**	1.374.556,00
Patrimônio líquido	**480.476,76**	82.369,78
Capital social	**3.182.553,00**	2.532.553,00
Prejuízos acumulados	**(2.702.076,24)**	(2.450.183,22)
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.193.905,83**	**1.456.925,78**

Demonstração do resultado	Dez/2018	Dez/2017
Receita líquida dos serviços prestados	**434.235,58**	337.153,29
Custo dos serviços prestados	**(389.880,95)**	(313.928,98)
Lucro bruto	**44.354,63**	23.624,31
Receita (despesas) operacionais	**(331.605,81)**	(376.922,94)
Gerais e administrativas	**(331.601,20)**	(376.922,94)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	**(4,61)**	-
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	**(287.251,18)**	(353.298,63)
Resultado financeiro	**35.358,16**	21.452,21
Receitas financeiras	**44.773,17**	59.080,75
Despesas financeiras	**(9.415,01)**	(37.587,54)
Prejuízo antes do IR e da CS	**(251.893,02)**	(331.805,42)
IR e contribuição social	-	-
Prejuízo do exercício	**(251.893,02)**	(331.805,42)

Diretoria

Emílio Sanches Salgado Junior
Paulo Fernando Zillo

Contador: Leandro Pinheiro Domingues - CRC 1SP225473/O-8

TICKETSEG CORRETORA DE SEGUROS S/A

C.N.P.J. 03.063.174/0001-91

Demonstrações Financeiras

Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 - (Em milhares de reais - R$)

Ativo	2018	2017
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4.267	4.322
Impostos a recuperar	19	117
Total do ativo circulante	**4.286**	**4.439**
Total do Ativo	**4.286**	**4.439**

Passivo e Patrimônio Líquido	2018	2017
Circulante		
Obrigações tributárias	5	3
Imposto de renda e contribuição social a recolher	44	39
Dividendos obrigatórios	295	275
Outras contas a pagar	25	-
Total do passivo circulante	**369**	**317**
Não Circulante		
Provisões para riscos tributários	-	267
Total do passivo não circulante	**-**	**267**
Patrimônio Líquido		
Capital social	2.526	2.526
Reserva de lucros	1.391	1.329
Total do patrimônio líquido	**3.917**	**3.855**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**4.286**	**4.439**

Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R$)

	2018	2017
Receita Operacional Líquida	**1.125**	**1.131**
Lucro Operacional Bruto	**1.125**	**1.131**
Despesas Operacionais		
Com pessoal	(140)	(36)
Assessoria e representação	(136)	(152)
Despesas gerais e administrativas	(17)	(21)
Outras receitas operacionais, líquidas	277	3
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	**1.109**	**925**
Resultado Financeiro		
Receitas financeiras	294	455
Despesas financeiras	(3)	(1)
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**1.400**	**1.379**
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Correntes	(219)	(280)
Lucro Líquido do Exercício	**1.181**	**1.099**

(*) A Companhia não possui itens registrados como resultados abrangentes; portanto, não é aplicável a apresentação da demonstração do resultado abrangente.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R$)

	Capital social	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Outras reservas	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	**2.526**	**505**	**950**	-	**3.981**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.099	1.099
Dividendos distribuídos	-	-	-	(950)	(950)
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(275)	(275)
Constituição de reservas	-	-	(126)	126	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	**2.526**	**505**	**824**	-	**3.855**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.181	1.181
Dividendos distribuídos	-	-	-	(824)	(824)
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(295)	(295)
Constituição de reservas	-	-	62	(62)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	**2.526**	**505**	**886**	-	**3.917**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R$)

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	2018	2017
Lucro líquido do exercício	1.181	1.099
Reconciliação do lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Provisões para riscos tributários	(267)	5
	914	1.104
(Aumento) redução nos ativos:		
Circulante:		
Contas a receber de clientes	-	4
Impostos a recuperar	98	15
Outras contas a receber	-	1
Aumento (redução) nos passivos:		
Circulante:		
Fornecedores	-	(5)
Obrigações tributárias	2	(5)
Imposto de renda e contribuição social a recolher	5	(27)
Outras contas a pagar	25	(15)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.044	1.072
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Pagamentos de dividendos	(1.099)	(1.267)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.099)	(1.267)
Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa	**(55)**	**(195)**
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Saldo final	4.267	4.322
Saldo inicial	4.322	4.517
Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa	**(55)**	**(195)**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto se de outra forma indicado)

1. Contexto Operacional: A Companhia tem por objeto: A corretagem de seguros dos ramos elementares, vida, saúde, capitalização e previdência privada; A prestação de serviços de administração, assessoria especializada e de consultoria para os ramos elementares, vida, saúde, capitalização e previdência privada. **2. Base de Elaboração das Demonstrações Financeiras e Resumo Das Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e também os Pronunciamentos técnicos, as interpretações e orientações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. **2.2. Base de elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **As Principais Práticas Contábeis adotadas foram as Seguintes: a) Resultado das operações:** Apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. **b) Reconhecimento das receitas:** As receitas são reconhecidas no momento da efetiva prestação de serviços. **c) Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R$), que foi designado como moeda funcional, por ser a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, e também a moeda de apresentação das demonstrações financeiras. **d) Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo são reconhecidos imediatamente no resultado. A Companhia classifica seus ativos financeiros como empréstimos e recebíveis representados por contas a receber de clientes e caixa e equivalentes de caixa. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e é determinada no reconhecimento inicial. **e) Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no fim de cada exercício, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **f) Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. **g) Ajuste a valor presente:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao seu valor presente, quando aplicável. A Administração da Companhia concluiu que não existem efeitos a serem registrados nas demonstrações financeiras decorrentes de ajustes a valor presente de ativos e passivos monetários. **h) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 25% e para a contribuição social à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. **i) Dividendos Obrigatórios:** A proposta de distribuição de dividendos que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos obrigatórios" por ser considerada como uma obrigação estatutária da Companhia. **3. Principais fontes de Julgamento e Estimativas:** Na aplicação das práticas contábeis descritas na nota explicativa nº2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros. **4. Aplicações Financeiras:** Estão representadas por investimentos temporários e registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, não superando seus valores de mercado, são resgatáveis a qualquer tempo e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2018, as aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários - CDBs remunerados a média de 97,5% de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI com liquidez diária. **5. Receita Operacional Líquida:** A receita operacional bruta gerada no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é de R$1.232 e os impostos incidentes sobre os serviços prestados são de R$107. **6. Capital Social:** O capital social inteiramente subscrito e integralizado é de R$ 2.526, dividido em 252.600 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. A política e distribuição determina que os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, dividendos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido, apurado na forma da Lei. **7. Aprovação para Emissão das Demonstrações Financeiras:** As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em reunião ocorrida em 26 de abril de 2019.

Diretoria **Alaor Barra Aguirre** - Diretor Executivo **João Carlos Rodrigues** - Diretor Técnico **Contador** **Leandro Rocha Rovarotto** - CRC.SP.N° 258907/O-4

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
CNPJ – 01.371.158/0001-30

Nos termos dos artigos 47 e 50, 51 e 52 do Estatuto Social da **Associação Brasileira de Criadores do Cavalo de Puro Sangue Lusitano,** ficam convocados os Senhores Sócios Efetivos Criadores e Remidos da Associação, para se reunirem no dia 29 de maio de 2019, às 10 horas, em primeira convocação, e às 10h30, em segunda convocação, na sede social da Associação, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua General Jardim, nº 618, conjunto 62, CEP 01223-010, com a seguinte ordem do dia: **(i)** deliberar sobre o balanço geral relativo ao exercício social encerrado em 31.12.2018. São Paulo, 24 de abril de 2019. Ismael Gonçalves da Silva. Presidente do Conselho Deliberativo da ABPSL.

A Associação Brasileira de Endometriose e Ginecologia Minimamente Invasiva – neste ato representada por seu Presidente, Dr. Carlos Alberto Petta, em conformidade com o disposto no artigo 25º do Estatuto da Associação vem à presença de Vossa Senhoria, em nome da diretoria, convocá-lo para a **Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 17 de Maio de 2019, às 18:00 hs,** em primeira convocação e às 18:30 hs em segunda e última convocação, no Hotel GranMareiro, situado na Rua Oswaldo Araújo,100 – Praia do Futuro I, Fortaleza – CE, 60177-325, durante A JORNADA NORTE NORDESTE DE ENDOMETRIOSE E CIRURGIA MINIMAMENTE INVASIVA, com a seguinte ordem do dia: 1. Deliberação sobre a alteração do estatuto social (art.26 do Estatuto Social); 2. Assuntos Gerais (art.26 do Estatuto Social). Carlos Alberto Petta – Presidente.

SINDICATO RURAL DE SÃO PAULO
ELEIÇÕES SINDICAIS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

SINDICATO RURAL DE SÃO PAULO- Rua Arcabas, 118- Vila Leopoldina-SP- CNPJ nº 61.984.332/0001-42. ELEIÇÕES SINDICAIS- Aviso resumido. Serão realizadas eleições no dia 04 de junho de 2019, no período de 07h00 às 13h00 em 1ª convocação ou das 13h30 às 19h30 em 2ª convocação, na sede da entidade acima mencionada, para a composição da Diretoria, Conselho Fiscal, Delegados representantes ao Conselho da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo, bem como suplentes, devendo o Registro de Chapas ser apresentado na Secretaria da entidade, no horário das 08h00 às 17h00, no prazo de 10 (dez) dias, a contar do dia seguinte à publicação deste Aviso. Edital de Convocação da eleição encontra-se afixado na sede deste Sindicato. São Paulo, 29 de abril de 2019.**Yuichi Ide – Presidente.**

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1105631-53.2013.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 33ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Sergio da Costa Leite, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) LM INDUSTRIA E COMÉRCIO DE COPOS E IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ 07.558.657/0001-18, com endereço à Avenida Tenentes Marques, 909, Paraíso, CEP 07793-620, Cajamar - SP, que Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ajuizou uma Ação com Procedimento Comum, objetivando condenar a ré ao pagamento de R$ 93.614,92 (12/2013), corrigidos e acrescido de encargos legais, bem como ao pagamento dos valores correspondentes a todas as faturas de energia elétrica que vierem a ser emitidas, vencidas e inadimplidas, referente ao débito das faturas de fornecimento de energia elétrica do imóvel situado na Avenida Tenentes Marques, n.º 909, Paraíso (Polvilho), Cajamar, SP, Imóvel nº 0010000612 - instalação nº 6100028 e/ou qualquer outro imóvel que seja de seu real e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial na pessoa de seu representante legal. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. B 27 e 30/04

RICARDO NAHAT, Oficial do 14º Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento do ITAÚ UNIBANCO S/A, FAZ SABER, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, **MÁRCIO CASSIANO ZILLIG MATIAS,** brasileiro, solteiro, maior, médico, RG nº 28.796.479-6-SSP/SP, CPF nº 271.911.908-33, domiciliado nesta Capital, residente na Rua David Neto, nº 26, fica intimado a purgar a mora mediante o pagamento referente a 08 (oito) prestações em atraso, vencidas de 31/07/2018 a 28/02/2019, no valor de R$28.670,86 (vinte e oito mil, seiscentos e setenta reais e oitenta e seis centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R$31.931,94 (trinta e um mil, novecentos e trinta e um reais e noventa e quatro centavos), que atualizado até 17/06/2019, perfaz o valor de R$38.470,33 (trinta e oito mil, quatrocentos e setenta reais e trinta e três centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pelo ITAÚ UNIBANCO S/A, para aquisição do imóvel localizado na Rua Santa Cruz nº 722, conjunto comercial nº 312, Condomínio Gallery Offices Saúde Vila Mariana, na Saúde – 21º Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrado sob nº 3 na matrícula nº 216.116. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:00hs e das 12:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Fica o devedor desde já advertido de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pelo fiduciário, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome do fiduciário, ITAÚ UNIBANCO S/A, nos termos do art.26, § 7º, da Lei 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 25 de abril de 2019. 26, 29 e 30/04

**R

R.C.A.B.O.N. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 09.594.448/0001-55

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 29 de abril de 2019

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL Levantado em 31 de Dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

Ativo	2018	2017
Não Circulante		
Investimentos:		
Participação em sociedade investida	655.729	805.188
Total do Ativo	655.729	805.188

Patrimônio Líquido	2018	2017
Capital social	582.725	582.725
Ajustes de avaliação patrimonial	(28.062)	(53.125)
Reservas de lucros	101.066	275.588
Total do patrimônio líquido	655.729	805.188
Total do Patrimônio Líquido	655.729	805.188

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

	2018	2017
Receitas (Despesas) Operacionais		
de Participações		
Resultado da equivalência patrimonial	(232.749)	(185.004)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Lucros: Legal	Reserva de Lucros: Estatutária	Reserva de Lucros: Transações com Sócios	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 1º de Janeiro de 2017	582.725	24.540	138.137	(77.775)	(17.271)	–	650.356
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(185.004)	(185.004)
Equivalência patrimonial em investida	–	–	–	–	(35.854)	–	(35.854)
Transação de capital com sócios	–	–	–	375.690	–	–	375.690
Destinação:							
Absorção do prejuízo do exercício com reserva de lucros	–	–	–	(185.004)	–	185.004	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	582.725	24.540	138.137	112.911	(53.125)	–	805.188
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(232.749)	(232.749)
Equivalência patrimonial em investida	–	–	–	–	(31.245)	–	(31.245)
Transação de capital com sócios	–	–	–	38.587	–	358	38.945
Adoção do CPC 47 - receita da apropriação imobiliária HM	–	–	19.282	–	–	–	19.282
Adoção do CPC 42/IAS 29 - economia hiperinflacionária	–	–	–	–	56.308	–	56.308
Destinação:							
Absorção do prejuízo do exercício com reserva de lucros	–	–	(80.893)	(151.498)	–	232.391	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	582.725	24.540	76.526	–	(28.062)	–	655.729

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

	2018	2017
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(232.749)	(185.004)
Ajuste ao lucro para apuração		
do resultado abrangente		
Efeito reflexo de investida	25.063	(35.854)
Resultado Abrangente Total	(207.686)	(220.858)

A DIRETORIA

NELSON NÓBREGA DA COSTA - Contador CRC 1SP 202165/O-9

"As Demonstrações Financeiras completas estão à disposição dos Acionistas na sede da Companhia"

R.C.N.P.N. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 09.594.480/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 29 de abril de 2019

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL Levantado em 31 de Dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

Ativo	2018	2017
Não Circulante		
Investimentos:		
Participação em sociedade investida	1.309.782	1.608.318
Total do Ativo	1.309.782	1.608.318

Patrimônio Líquido	2018	2017
Capital social	1.163.959	1.163.959
Ajustes de avaliação patrimonial	(56.052)	(106.113)
Reservas de lucros	201.875	550.472
Total do Patrimônio Líquido	1.309.782	1.608.318
Total do Patrimônio Líquido	1.309.782	1.608.318

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

	2018	2017
Receitas (Despesas) Operacionais		
de Participações		
Resultado da equivalência patrimonial	(464.903)	(369.536)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Estatutária	Reserva de lucros: Transações com Sócios	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	1.163.959	49.014	275.925	(155.352)	(34.497)	–	1.299.049
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(369.536)	(369.536)
Equivalência patrimonial em investida	–	–	–	–	(71.616)	–	(71.616)
Transação de capital com sócios	–	–	–	750.421	–	–	750.421
Destinação:							
Absorção do prejuízo do exercício com reserva de lucros	–	–	–	(369.536)	–	369.536	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	1.163.959	49.014	275.925	225.533	(106.113)	–	1.608.318
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(464.903)	(464.903)
Equivalência patrimonial em investida	–	–	–	–	(62.410)	–	(62.410)
Transação de capital com sócios	–	–	–	77.075	–	716	77.791
Adoção do CPC 47 - receita da apropriação imobiliária HM	–	–	38.515	–	–	–	38.515
Adoção do CPC 42/IAS 29 - economia hiperinflacionária	–	–	–	–	112.471	–	112.471
Destinação:							
Absorção do prejuízo do exercício com reserva de lucros	–	–	(161.579)	(302.608)	–	464.187	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	1.163.959	49.014	152.861	–	(56.052)	–	1.309.782

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

	2018	2017
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(464.903)	(369.536)
Ajuste ao lucro para apuração do		
resultado abrangente		
Efeito reflexo de investida	50.061	(71.616)
Resultado Abrangente Total	(414.842)	(441.152)

A DIRETORIA

NELSON NÓBREGA DA COSTA - Contador - CRC 1SP 202165/O-9

"As Demonstrações Financeiras completas estão à disposição dos Acionistas na sede da Companhia"

MOVER PARTICIPAÇÕES S.A.

(Anteriormente denominada Camargo Corrêa S.A.)
CNPJ nº 01.098.905/0001-09

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 26 de abril 2019

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL Levantado em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - (Em milhares de reais - R$)

Ativos	2018	2017
Circulantes		
Caixa e equivalentes de caixa	27.714	87.735
Títulos e valores mobiliários	6.958	126.143
Contas a receber	–	71.165
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	44.760	9.640
Partes relacionadas	292	25
Impostos a recuperar	20.470	9.184
Outros créditos	4.647	75.477
Total dos ativos circulantes	104.841	379.369
Não Circulantes		
Partes relacionadas	1.498.598	1.237.528
Impostos a recuperar	2.244	2.187
Depósitos judiciais	1.572	1.851
Outros créditos	13.475	18.138
Investimentos:		
Em empresas controladas	7.091.305	8.445.743
Imobilizado e intangível	24.018	3.062
Total dos ativos não circulantes	8.631.212	9.708.509
Total dos Ativos	8.736.053	10.087.878

Passivos e Patrimônio Líquido	2018	2017
Circulantes		
Fornecedores	1.324	2.638
Obrigação para aquisição de ações de controlada	480.546	362.873
Salários e férias a pagar	20.207	47.442
Impostos e contribuições a recolher	25.563	13.923
Dividendos e juros sobre o capital próprio	27.511	6.619
Partes relacionadas	602	600
Outras obrigações	3.982	1.746
Total dos passivos circulantes	559.735	435.841
Não Circulantes		
Obrigações por conta de aquisição de investimentos	35.137	34.360
Obrigações para aquisição de ações de controlada	1.542.174	1.540.203
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	11.451	14.210
Provisão para perda em controladas	479.883	412.965
Partes relacionadas	426.000	571.566
Impostos e contribuições a recolher	49.448	60.834
Outras obrigações	11.707	–
Total dos passivos não circulantes	2.555.800	2.634.138
Patrimônio Líquido		
Capital social	5.769.875	5.769.875
Reservas de lucros	588.551	2.184.275
Ajustes de avaliação patrimonial	(737.908)	(936.251)
Total do patrimônio líquido	5.620.518	7.017.899
Total dos Passivos e do Patrimônio Líquido	8.736.053	10.087.878

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais - R$, exceto o lucro (prejuízo) líquido por ação)

	2018	2017
Resultado de Participações		
Resultado de equivalência patrimonial	(1.574.855)	(1.248.529)
Dividendos e juros sobre o capital próprio de investimentos avaliados ao custo	715	–
	(1.574.140)	(1.248.529)
Receitas (Despesas) Operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(31.115)	(110.093)
Honorários da Administração	(19.326)	(18.838)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	885	284.498
	(49.556)	155.567
Prejuízo Operacional antes do Resultado Financeiro	(1.623.696)	(1.092.962)
Resultado Financeiro		
Receitas financeiras	240.251	79.546
Despesas financeiras	(210.567)	(448.221)
	29.684	(368.675)
Prejuízo Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(1.594.012)	(1.461.637)
Imposto de Renda e Contribuição Social	–	(319)
Prejuízo das Operações Continuadas	(1.594.012)	(1.461.956)
Resultado das Operações Descontinuadas	(490.043)	1.285
Prejuízo Líquido do Exercício	(2.084.055)	(1.460.671)
Prejuízo por Ação das Operações Continuadas - Básico e Diluído por Ação - R$	(11.221,80)	(10.292,13)
Lucro (Prejuízo) por Ação das Operações Descontinuadas - Básico e Diluído por Ação - R$	(3.449,89)	9,05

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais - R$)

	2018	2017
Prejuízo Líquido do Exercício das Operações Continuadas	(1.594.012)	(1.461.956)
Item que não será reclassificado subsequentemente para o resultado:		
Entidade de previdência privada	979	4.880
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:		
Ajustes de variação cambial de investimentos no exterior	(334.407)	99.185
Adoção do CPC 42/IAS 29 - economia hiperinflacionária	506.890	–
Resultado com instrumentos financeiros	40.232	61.310
Efeitos fiscais sobre instrumentos financeiros e outros	204	(2.258)
Total dos efeitos de investidas	213.898	163.117
Item reclassificados para o resultado do exercício -		
Ajustes de variação cambial de investimentos no exterior	–	(485.604)
	–	(485.604)
Total dos outros resultados abrangentes	213.898	(322.487)
Resultado Abrangente Total do Exercício de Operações Continuadas	(1.380.114)	(1.784.443)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício das Operações Descontinuadas	(490.043)	1.285
Item que não será reclassificado subsequentemente para o resultado:		
Entidade de previdência privada	(20.874)	–
Item reclassificado para o resultado do exercício:		
Ajustes de variação cambial de investimentos no exterior	12.672	–
Resultado Abrangente Total do Exercício de Operações Descontinuadas	(498.245)	1.285
Resultado Abrangente Total do Exercício	(1.878.359)	(1.783.158)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 - (Em milhares de reais - R$, exceto valores por ação)

	Capital social	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Reservas de lucros: Transações com sócios	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2016 (Reapresentado)	5.769.875	441.274	2.215.434	(700.027)	(608.557)	(1.150.491)	5.967.508
Outras transações de capital com sócios	–	–	–	205.655	–	–	205.655
Venda de participação não controladora	–	–	–	3.164.915	–	–	3.164.915
Resultado abrangente total do exercício	–	–	–	–	(322.487)	(1.460.671)	(1.783.158)
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado	–	–	–	–	(5.207)	5.207	–
Dividendos pagos	–	–	(537.021)	–	–	–	(537.021)
Absorção de prejuízos acumulados com reserva de lucros	–	–	–	(2.605.955)	–	2.605.955	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	5.769.875	441.274	1.678.413	64.588	(936.251)	–	7.017.899
Adoção do CPC 47 - receita da apropriação imobiliária	–	–	173.584	–	–	–	173.584
Adoção do CPC 42/IAS 29 - economia hiperinflacionária	–	–	–	–	506.890	–	506.890
Outras transações de capital com sócios	–	–	–	347.402	–	3.226	350.628
Resultado abrangente total do exercício	–	–	–	–	(301.194)	(2.084.055)	(2.385.249)
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado	–	–	–	–	(7.353)	7.353	–
Dividendos pagos e propostos	–	–	(43.234)	–	–	–	(43.234)
Absorção de prejuízos acumulados com reserva de lucros	–	–	(1.661.486)	(411.990)	–	2.073.476	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	5.769.875	441.274	147.277	–	(737.908)	–	5.620.518

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 - (Em milhares de reais - R$)

	2018	2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.594.012)	(1.461.637)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	418	782
Resultado de equivalência patrimonial	1.574.855	1.248.529
Constituição (reversão) de provisões, líquidas	(12.103)	1.211
Juros, encargos e variações cambiais provisionadas	(67.936)	340.193
Perda na venda de participação acionária	(401)	–
Baixa de bens do ativo imobilizado	–	4.220
Baixa de outros resultados abrangentes e reserva de capital pela dissolução de investida	–	(279.948)
Variação nos ativos operacionais:		
Contas a receber	71.165	(71.165)
Impostos a recuperar	(4.643)	(6.907)
Outros créditos	31.114	3.710
Variação nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(6.025)	(20.035)
Salários e férias a pagar	(11.393)	6.623
Impostos e contribuições a recolher	(2.093)	(12.221)
Outras obrigações	(114)	(22.601)
	(21.168)	(269.246)
Dividendos recebidos de coligadas, controladas e controladas em conjunto	214.879	1.341.913
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	(96.094)
Juros pagos sobre empréstimos e debêntures	–	(143.634)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	193.711	832.939
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Resgates de títulos e valores mobiliários	117.545	(103.585)
Recebimento (pagamento) de empréstimos com partes relacionadas líquidos	(124.398)	(1.763.840)
Recebimento de venda de participação societária	23.457	4.691.520
Aporte de capital em investidas	(739.969)	(700.570)
Redução de capital em investidas	513.350	–
Caixa líquido recebido na incorporação/dissolução de controlada	–	89.052
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(21.375)	(1.439)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(231.390)	2.211.138
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Pagamentos de empréstimos e debêntures	–	(2.479.265)
Dividendos pagos	(22.342)	(537.011)
Resgate (pagamento) de swap	–	(4.627)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(22.342)	(3.020.903)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(60.021)	23.174
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	87.735	64.561
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício	27.714	87.735

A DIRETORIA

NELSON NÓBREGA DA COSTA - Contador CRC 1SP 202165/O-9

"As Demonstrações Financeiras completas, estão à disposição dos Acionistas na sede da Companhia"

Governo não vai intervir em juros de bancos públicos, diz Planalto

O porta-voz da Presidência da República, Otávio Rêgo Barros, disse na segunda-feira (29), em coletiva de imprensa, que o governo não vai intervir na definição dos juros praticados pelos bancos estatais. Mais cedo, ao participar da abertura da Agrishow, maior feira de agronegócio do país, em Ribeirão Preto (SP), o presidente Jair Bolsonaro se dirigiu ao presidente do Banco do Brasil (BB), Rubem Novaes, durante o seu discurso, e pediu para que os juros do crédito rural cobrados pelo banco "caiam um pouco mais". A declaração fez com que ações do BB na Bolsa de Valores de São Paulo sofressem uma ligeira queda, mas logo se recuperaram, fechando o dia estáveis.

"Foi um comentário num ambiente muito amigável. Obviamente que o presidente não quer e não intervirá em qualquer aspecto relacionado a juros nos bancos que estão, em tese, sob o guarda-chuva do governo", disse o porta-voz.

Rêgo Barros reforçou a posição do presidente em não criar qualquer tipo de novo imposto no país, especialmente sobre igrejas. Ele descartou problemas na relação entre Bolsonaro e o secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra. Em uma entrevista publicada pelo jornal Folha de S. Paulo, Cintra informou que a proposta de reforma tributária deve incluir uma nova contribuição previdenciária, que substituirá o atual imposto sobre folha de pagamento, e será cobrada sobre todas as transações financeiras, inclusive sobre o dízimo pago pelos fiéis às igrejas. A medida foi logo descartada pelo presidente, em um vídeo divulgado em uma rede social.

"Não há fricção entre o presidente e o secretário. Apenas o nosso presidente, diante de seus conceitos e percepções políticas, entendeu que não se deve mesmo bitributar as igrejas. Ele, como presidente, de pronto, já resolveu destacar que encontrava-se contrário a essa posição", disse o porta-voz. Durante a tarde, Marcos Cintra e Bolsonaro se reuniram no Palácio do Planalto, mas Rêgo Barros descartou qualquer possibilidade de o secretário da Receita deixar o cargo no momento.

O governo federal também deve editar uma norma com diretrizes para o conteúdo de publicidade oficial de ministérios, órgãos e empresas públicas, informou o porta-voz da Presidência da República. A decisão ocorre dias depois do Banco do Brasil, a pedido de Bolsonaro, ter determinado a retirada do ar de um comercial que incentivava a abertura de contas no banco. A peça, de 30 segundos, exibia imagens de homens e mulheres jovens de diferentes estilos. Em entrevista no dia 27, o presidente disse que a linha de publicidade do governo mudou.

"É apenas uma questão de traçar diretrizes, a partir de traçar diretrizes, a Segov [Secretaria de Governo] e a Secom [Secretaria Especial de Comunicação] disponibilizam essas diretrizes, por meio das normativas, que são peculiares nesse momento, aos órgãos, aos ministérios, e eles vão seguir essas diretrizes", disse Rêgo Barros.

Sobre a eventual retirada do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Ministério da Justiça, o presidente Jair Bolsonaro disse ser pessoalmente contra, segundo informou o porta-voz do governo. O Coaf, que é especializado em identificar ocorrências suspeitas de "lavagem" ou ocultação de bens, pertencia ao então Ministério da Fazenda (atual Ministério da Economia), mas passou a ser subordinado à pasta de Justiça e Segurança Pública com a entrada em vigor da Medida Provisório 870, editada por Jair Bolsonaro no primeiro dia de governo.

"O senhor presidente também pediu para confirmar que, do ponto de vista pessoal dele neste momento, o Coaf permanece sob a égide do Ministério da Justiça", disse Rêgo Barros. A MP 870, que reduziu o número de ministérios de 29 para 22, vence no próximo dia 3 de junho e precisa ser convertida em lei, pelo Congresso Nacional, antes do fim desse prazo. O porta-voz ponderou, no entanto, que há estudos sendo feitos no governo para embasar a manutenção do Coaf na pasta da Justiça ou repassá-lo, de volta, ao Ministério da Economia. (Agencia Brasil)

Voltalia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.

CNPJ 21.278.819/0001-45

Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 - Em milhares de reais

Balanço Patrimonial	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Ativo/Circulante	**2.343**	**2.141**	**19.149**	**13.586**
Caixa e equivalentes de caixa	205	3	7.503	2.695
Contas a receber	-	-	6.239	7.438
Adiantamento a fornecedores	2	2	965	1.373
Despesas antecipadas	-	-	724	452
Dividendos - Partes relacionadas	2.134	2.134	-	-
Impostos a recuperar	2	-	2.936	1.186
Outros ativos	2	2	382	382
Não circulante	**225.523**	**153.131**	**593.615**	**508.828**
Títulos e valores mobiliários	-	-	24.993	20.419
Contas a receber	-	-	7.173	-
Mútuos - Partes relacionadas	-	245	-	-
Impostos a recuperar	-	-	246	246
Investimentos	225.523	152.886	-	-
Imobilizado	-	-	457.658	474.014
Intangível	-	-	13.545	14.149
Total do ativo	**227.866**	**155.272**	**612.764**	**522.414**
Passivo/Circulante	**2.210**	**2.214**	**30.011**	**24.468**
Fornecedores	19	17	5.903	21.799
Empréstimos e financiamentos	-	-	9.819	15.768
Mútuos - Partes relacionadas	-	-	-	76.200
Debêntures	-	-	2.982	4.984
Obrigações fiscais e trabalhistas	2	3	2.393	1.764
Outras obrigações	-	-	-	2
Contas a pagar - Partes relacionadas	-	-	2.520	1.737
Dividendos - Partes relacionadas	2.194	2.194	2.194	2.194
Penalidades contratuais	-	-	4.280	-
Não circulante	**-**	**-**	**267.042**	**244.606**
Debêntures	-	-	46.442	48.343
Empréstimos e financiamentos	-	-	220.188	194.198
Penalidades contratuais	-	-	-	1.829
Outras obrigações	-	-	414	236
Total passivo	**2.210**	**2.214**	**297.113**	**269.074**
Patrimônio líquido	**225.651**	**153.058**	**225.651**	**153.058**
Capital social	227.484	148.813	227.484	148.813
Reserva de lucro	6.245	4.245	6.245	4.245
Prejuízos acumulados	(1.843)	-	(1.843)	-
Total do passivo e patrimônio líquido	**227.861**	**155.272**	**522.764**	**422.134**

Demonstração dos resultados	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita operacional líquida	**-**	**-**	**10.083**	**67.621**
Custos operacionais	**-**	**-**	**(11.388)**	**(19.821)**
Resultado bruto	**-**	**-**	**(1.305)**	**47.798**
Despesas operacionais				
Despesas administrativas	(102)	(113)	(8.225)	(10.464)
Outras receitas (despesas)	-	-	418	-
Resultado das participações societárias	(7.815)	(1.048)	-	-
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	**Capital Social**	**Reserva Legal**	**Reserva de Lucros**	**Total**
Saldos em 31/12/2016	**146.813**	**498**	**6.699**	**7.397**
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.152)
Absorção de prejuízos	-	-	(1.152)	(1.152)
Saldos em 31/12/2017	**146.813**	**498**	**5.747**	**6.245**
Aumento de capital	80.681	-	-	80.681
Prejuízo do exercício	-	-	-	(8.088)
Absorção de prejuízos	-	(498)	(5.747)	(6.245)
Saldos em 31/12/2018	**227.494**	**-**	**-**	**(1.843)**

Demonstração dos fluxos de caixa -	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	(8.088)	(1.152)	(5.562)	928
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com recursos provenientes das atividades operacionais				
Resultado em equivalência patrimonial	7.815	1.048	-	-
Resultado financeiro - Provisão de juros	-	-	31.869	34.299
Penalidades contratuais - Provisão	-	-	(1.297)	-
Depreciação e amortização	-	-	20.220	10.233
Variações em:				
(Aumento)/redução no contas a receber	-	-	1.199	(1.743)
(Aumento)/redução em adiantamento a fornecedores	-	-	408	(709)
(Aumento)/redução nas despesas antecipadas	-	-	(272)	624
(Aumento)/redução em outros ativos	-	-	(1)	(1.740)
Aumento(redução) em fornecedores	-	2	(11)	(15.896)
Aumento(redução) em obrigações fiscais e trabalhistas	(1)	2	105	(53)
Aumento(redução) outras obrigações	-	-	(3.454)	2.572
Recursos gerados pelas atividades operacionais	**(272)**	**(103)**	**18.361**	**37.934**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Despesas financeiras	-	-	(21.137)	(56.636)
Receitas financeiras	-	-	9	11
Resultado financeiro	**-**	**-**	**(21.128)**	**(56.625)**
Lucro (prejuízo) antes do IR e CS	**(8.088)**	**(1.152)**	**(2.767)**	**(18.691)**
IR e CS	-	-	(2.526)	(2.080)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**(8.088)**	**(1.152)**	**(8.088)**	**(1.152)**
Aumento/redução em investimentos	(13.451)	-	-	-
Aumento de capital nos investimentos	6.725	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	(4.574)	(20.419)
Aquisições/baixas de imobilizado	-	-	(1)	(161)
Aquisições/baixas de imobilizado	-	-	(3.250)	(18.507)
Recursos adicionais nas atividades de investimento	**(6.726)**	**-**	**(7.834)**	**(39.087)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Financiamento com partes relacionadas	200	(245)	15.584	12.614
Pagamento de debêntures	-	-	(5.875)	(7.511)
Pagamento de empréstimos	-	-	(10.660)	(20.039)
Recebimento de empréstimos	-	-	25.385	-
AFAC	-	310	-	-
Aumento de capital social	7.000	-	6.999	-
Caixa gerados (aplicados) pelas atividades de financiamento	**7.200**	**65**	**31.433**	**(17.936)**
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	**202**	**(38)**	**5.238**	**(19.088)**
no início do exercício	3	41	2.695	21.783
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	**202**	**(38)**	**5.238**	**(19.088)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	205	3	7.933	2.695
Transações que não afetaram caixa:				
Aumento de capital social mediante conversão de mútuo	73.682	-	73.682	-
Aumento de capital nos investimentos	(73.726)	-	-	-

Demonstração dos resultados abrangentes	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(8.088)	(1.152)	(8.088)	(1.152)
Resultado abrangente total	**(8.088)**	**(1.152)**	**(8.088)**	**(1.152)**

A Diretoria

Olivia Raquel Vieira dos Santos - CRC: RJ 118.229/O-4

ORGANOSOLVI SOLUÇÕES ORGÂNICAS PARA A VIDA S.A. - CNPJ: 12.589.885/0001-95

Relatório da Administração

"Senhores Acionistas, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Individuais da Organosolvi Soluções Orgânicas para a Vida S.A. relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, acompanhadas de Notas Explicativas. As Demonstrações Financeiras consolidadas em sua integra, juntamente com o Parecer da KPMG Auditores Independentes encontram-se à disposição na sede da Companhia."

Balanços Patrimoniais - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Notas explicativas	Controladora 2018	2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	97	13
Contas a receber de clientes	8	1.263	982
Outras contas a receber		27	19
Impostos a recuperar		323	200
Estoques	9	2.028	1.402
Adiantamento a fornecedores		985	883
Total do ativo circulante		**4.723**	**3.499**
Não Circulante			
Realizável a longo prazo:			
Mútuos a receber de partes relacionadas	15	11.431	9.665
Outras contas a receber		-	1
		11.432	**9.666**
Investimentos	10	3.394	3.395
Imobilizado	11	15.616	16.488
Intangível		2	2
		19.012	**19.885**
Total do ativo não circulante		**30.444**	**29.535**
Total do Ativo		**35.147**	**33.025**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas explicativas	Controladora 2018	2017
Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	12	810	1.091
Mútuos a pagar a partes relacionadas		-	2.959
Empréstimos e financiamentos	13	21.298	15.588
Salários, encargos sociais	14	254	219
Impostos, taxas e contribuições		35	39
Adiantamentos de clientes		41	3
Total do passivo circulante		**22.438**	**19.905**
Não Circulante			
Mútuos a pagar a partes relacionadas	15	71.320	43.061
Empréstimos e financiamentos	13	20.227	38.679
Perda no investimento		11.675	9.584
Total do passivo não circulante		**102.622**	**91.324**
Patrimônio Líquido	16		
Capital social		5.680	5.680
Prejuízos acumulados		(95.593)	(83.884)
Total do patrimônio líquido dos controladores		**(89.913)**	**(78.204)**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**35.147**	**33.025**

Demonstrações dos Resultados - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas Explicativas	Controladora 2018	2017
Receita Operacional Bruta	17	**3.774**	**3.974**
Impostos incidentes sobre serviços prestados	17	(203)	(119)
Receita Operacional Líquida		**3.571**	**3.855**
Custo dos serviços prestados	18	(4.219)	(4.179)
Prejuízo Bruto		**(636)**	**(321)**
Receitas e Despesas Operacionais			
Despesas comerciais		95	(84)
Despesas administrativas	19	(1.000)	(1.004)
Outras receitas (despesas)		-	-
operacionais, líquidas	20	(38)	(599)
Resultado de equivalência patrimonial		(1.499)	(1.398)
Receitas e Despesas Operacionais Líquidas		**(2.439)**	**(3.085)**
Prejuízo antes das Receitas e Despesas Financeiras		**(3.078)**	**(3.406)**
Receitas e Despesas Financeiras			
Receitas financeiras		770	932
Despesas financeiras		(5.800)	(11.639)
Resultado Financeiro Líquido		**(5.030)**	**(10.707)**
Prejuízo Líquido do Exercício		**(11.108)**	**(14.377)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora 2018	2017
Prejuízo líquido do exercício	(11.108)	(14.377)
Total do Resultado abrangente	**(11.108)**	**(14.377)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31.12.2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido dos controladores
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	**5.680**	**(69.507)**	**(63.827)**
Prejuízo líquido do exercício	-	(14.377)	(14.377)
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	**5.680**	**(83.884)**	**(78.204)**
Prejuízo líquido do exercício	-	(11.108)	(11.108)
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	**5.680**	**(95.593)**	**(89.913)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

A DIRETORIA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marcio Aparecido Ubrila - Contador - CRC 1SP235229/O-2

"As Demonstrações Financeiras completas estão à disposição na sede da Companhia."

Essencis Soluções Ambientais S.A.

CNPJ: 40.263.170/0001-83

Relatório de Administração

Senhores acionistas, submetemos a apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras da Essencis Soluções Ambientais S.A., relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017. As Notas Explicativas em sua integra, juntamente com o parecer da KPMG, encontra-se à disposição na sede da Companhia e no site: www.essencis.com.br"

Balanços Patrimoniais - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 *(Valores expressos em milhares de reais)*

ATIVO	Notas	Controladora 2018	2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	3.421	6.850
Títulos e valores mobiliários		-	678
Contas a receber de clientes	9	99.605	81.325
Mútuos a receber de partes relacionadas		12.000	-
Estoques		8.480	9.611
Dividendos a receber	10	12.418	5.978
Impostos a recuperar		4.929	16.595
Outras contas a receber		914	907
Adiantamento a fornecedores		123	1.311
Total do ativo circulante		**141.950**	**122.247**
Não Circulante			
Realizável a longo prazo:			
Títulos e valores mobiliários		6.821	6.393
Contas a receber de clientes	9	73	-
Ativo fiscal diferido		118.594	139.823
Mútuos a receber de partes relacionadas		52.813	66.167
Outras contas a receber		5.798	8.258
Depósitos judiciais		1.355	2.067
		185.454	**221.708**
Investimentos	11	99.066	79.672
Imobilizado	12	268.327	265.641
Intangível		2.243	906
		369.636	**346.219**
Total do ativo não circulante		**554.090**	**568.127**
Total do Ativo		**696.040**	**690.374**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	Controladora 2018	2017
Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	13	53.838	41.692
Empréstimos e financiamentos	14	40.200	30.120
Debêntures	15	17.155	17.258
Salários, benefícios e encargos sociais	16	10.452	9.439
Impostos, taxas e contribuições		8.183	14.392
Imposto de renda e contribuição social		-	5.668
Dividendos a pagar		-	10.412
Adiantamentos de clientes		8.432	9.264
Total do passivo circulante		**138.060**	**138.250**
Não Circulante			
Exigível a longo prazo:			
Mútuos a pagar a partes relacionadas		-	17.130
Empréstimos e financiamentos	14	74.160	93.065
Debêntures	15	62.500	79.167
Parcelamentos fiscais		-	142
Provisões	17	49.977	37.906
Perda no investimento		819	-
Total do passivo não circulante		**187.256**	**227.410**
Patrimônio Líquido	**18**		
Capital social		129.196	129.196
Reserva de capital		123.846	123.846
Reservas de lucros		117.682	71.669
Total do patrimônio líquido		**370.724**	**324.711**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**696.040**	**690.374**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas Explicativas	Controladora 2018	2017
Receita Operacional Bruta	19	**364.061**	**315.638**
Impostos incidentes sobre serviços prestados	19	(147.352)	(43.769)
Receita Operacional Líquida		**316.756**	**271.902**
Custo dos serviços prestados	20	(213.677)	(177.517)
Lucro Bruto		**102.879**	**94.415**
Receitas e Despesas Operacionais			
Despesas comerciais		(483)	(878)
Despesas administrativas	21	(12.610)	(16.514)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	(8.958)	(897)
Resultado de equivalência patrimonial		4.851	3.229
Receitas e Despesas Operacionais Líquidas		**(16.400)**	**(15.062)**
Lucro antes das Receitas e Despesas Financeiras		**86.479**	**79.353**
Receitas e Despesas Financeiras			
Receitas financeiras	23	8.206	9.099
Despesas financeiras	23	(25.515)	(30.749)
Resultado Financeiro Líquido		**(17.309)**	**(21.649)**
Lucro antes do IR e Contribuição Social		**67.110**	**57.704**
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Corrente		(1.394)	(19.327)
Diferido		(20.228)	1.042
Lucro Líquido do Exercício		**45.488**	**39.419**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 *(Valores expressos em milhares de reais)*

	Controladora 2018	2017
Lucro líquido do exercício	45.488	39.419
Resultado abrangente total	**45.488**	**39.419**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Participações em empreendimentos controlados em conjunto

Empresa	Capital social	Participação sociária (%)	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial 2018	Equivalência patrimonial 2017	Saldo de investimento 31/12/ 2018	Saldo de investimento 31/12/ 2017
Essencis MG Soluções Ambientais S.A.	6.083	66,67%	27.065	5.122	3.415	17.041	17.483	-
Catarinense Engenharia Ambiental S.A.	2.800	54,00%	20.681	6.568	3.547	11.168	9.588	-
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda	-	65,00%	-	1.234	802	-	4.558	-
				Total (b)	**7.764**	**28.209**	**31.629**	

Participações em coligadas

Empresa	Capital social	Participação sociária (%)	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial 2018	Equivalência patrimonial 2017	Saldo de investimento 31/12/ 2018	Saldo de investimento 31/12/ 2017
Kolete Ambiental S.A.	101.017	31,65%	58.675	(7.317)	(2.562)	27.928	9.930	-
				Total (a)	**(2.562)**	**27.928**	**9.930**	
Ágio por expectativa de rentabilidade futura - Individual (d)					-	26.303	28.489	
Provisão para perda no investimento (e)					-	819	-	
Total dos investimentos individual: (a) + (b) + (c) + (d)					**5.202**	**98.660**	**79.872**

12. Imobilizado: É composto como segue:

	Taxa Media Anual %	Custo	Depreciação	Líquido 2018	Líquido 2017
Aterro e infra em aterros	(*)	308.525	(199.904)	109.602	120.524
Benfeitorias em bens de terceiros	-	30.697	(21.438)	9.259	10.544
Edificações	4	76.926	(26.076)	50.847	49.391
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	114.443	(58.871)	545.72	58.102
Móveis e utensílios e instalações	10	2.915	(2.128)	795	1.007
Hardwares e equipamentos de informática	20	3.382	(3.062)	310	207
Imobilizado em andamento	-	48.302	-	48.302	27.446
		581.191	**(311.479)**	**269.712**	**265.641**

(*) O aterro e suas respectivas benfeitorias referem-se as centrais de tratamento de resíduos nas cidades de Curitiba, Caieiras, Itaboraho, Macaé, Belém, Juiz de Fora, Joinville, Capela Santana e São José dos Campos, e são amortizados de acordo com a quantidade de resíduos efetivamente depositados, com relação à capacidade total estimada dos aterros.

13. Fornecedores e outras contas a pagar

	Controladora 2018	2017
Fornecedores	43.221	39.268
Partes relacionadas	9.065	1.262
Outras contas a pagar	1.332	822
	53.638	**41.692**

14. Empréstimos e financiamentos: As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

	Taxas de juros	Vencimentos	Controladora 2018	2017
Finame/Finep BNDES	Pré fixado de 5,00% a.a.	Até setembro/2024	450	849
	Pré fixado de 1,40% a.a. e 7,85% a.a - TJLP + 1,00% a.a.	De setembro/2023 a janeiro/2024	68.863	81.652
Capital Giro	CDI de 3,00% a.a. e 4,40% a.a.	De fevereiro/2021 a setembro/2021	44.223	39.990
Crédito Direto ao Consumidor	Pré fixado de 1,77% a.a. a 15,2% a.a	De novembro/2020	594	-
Leasing	Pré-fixado de 2,91% a.a.	De setembro/2020	224	694
Total			**114.360**	**123.185**
Circulante			40.200	30.120
Não circulante			74.160	93.065

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora 2018	2017
2019	-	22.477
2020	24.762	22.497
2021	21.985	22.220
2022	13.214	13.468
2023	13.205	13.442
2024	996	1.046
Total	**74.160**	**93.065**

15. Debêntures: Composição: Em 1 de setembro de 2011, a controladora emitiu 15.000 debêntures simples, no valor nominal total de R$150.000 não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e sem garantia flutuante em série única, integralizadas em 21 de outubro de 2011 em favor da Carteira Administrada de Sanemento do FGTS, operado pela Caixa Econômica Federal, com amortização mensal a partir de outubro de 2014 e vencimento final em setembro de 2021. As cláusulas restritivas foram atendidas em 31 de dezembro de 2018 e 2017. **16. Salários, benefícios e encargos sociais:** São compostos como segue:

	Controladora 2018	2017
Salários	935	848
Encargos trabalhistas	1.251	1.214
Férias	4.051	3.914
Participação no resultado	4.215	3.654
Total	**10.452**	**9.630**

17. Provisões

	Controladora 2018	2017
Contingências	10.279	2.942
Fechamento e pós fechamento de aterro	39.698	34.964
	49.977	**37.906**

18. Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital subscrito em 31 de dezembro de 2018 está representado por 129.195.979 ações (129.195.979 em 2017) ordinárias nominativas sem valor nominal. Conforme a Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2017, foi aprovada em decorrência da cisão da CPA, o aumento de capital da Companhia no montante de R$16.625, passando o capital dos atuais R$112.571 para R$129.196 com a emissão de 16.625 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas atribuídas à única acionista da Solvi Participações S.A. **b. Reserva de capital:** Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia constituiu a reserva de capital no montante de R$123.846 em decorrência do recebimento de ativos fiscais diferido proveniente da baixa de goodwill e mais valia inerentes à incorporação da CPA, conforme descrito na nota explicativa nº 21. **c. Reserva legal:** Constituída a parcela de 5% do lucro líquido do exercício observado o limite estabelecido em lei. **d. Destinação do lucro líquido:** O estatuto da Companhia estabelece a distribuição de dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido, ressalvadas as hipóteses previstas em lei. **19. Receita de contratos com clientes:** É composta como segue:

	Controladora 2018	2017
Receita:		
Receita de resíduos	307.674	283.694
Receita vendas de sucata	24.341	25.381
Receita de venda de biogás	6.106	6.563
Receita crédito de carbono	25.940	-
Total	**364.061**	**315.638**
Deduções receita bruta:		
ISS	(14.750)	(13.792)
PIS	(5.353)	(5.058)
Cofins	(24.651)	(23.297)
ICMS	(102.598)	(1.622)
Total	**(147.352)**	**(43.769)**
Receita operacional líquida	**216.756**	**271.902**

(a) As receitas de prestação de serviços são provenientes basicamente das obrigações de desempenho conforme descrito na nota explicativa nº 6.c: • Destinação de resíduos – 84,5% • Venda de crédito de carbono – 7,1% • Venda de sucata – 6,7% • Venda de biogás – 1,7%. **20. Custos dos serviços prestados:** É composta como segue:

	Controladora 2018	2017
Salários e encargos	(54.276)	(48.312)
Aluguel	(25.206)	(17.268)
Depreciações	(28.551)	(26.262)
Materiais aplicados nos serviços	(25.503)	(25.503)
Serviços de terceiros	(59.288)	(53.608)
Outros custos de produção (b)	(24.418)	(15.644)
Créditos fiscais (c)	(10.549)	(7.380)
Total	**(213.672)**	**(177.517)**

(a) As principais naturezas em serviços de terceiros é referente a transporte de resíduos, tratamentos de efluentes, destinações em aterros e manutenção de equipamentos, máquinas e veículos. (b) Referem-se substancialmente a energia elétrica, vigilância e provisões para fechamento de aterro. (c) As principais naturezas relativas aos créditos fiscais são de PIS e COFINS. **21. Despesas administrativas:** São compostos como segue:

	Controladora 2018	2017
Remuneração mão de obra direta	(1.893)	(6.338)
INSS	(829)	(1.180)
FGTS	(176)	(327)
Benefícios	(856)	(771)
Aluguéis	(599)	(789)
Depreciação	(315)	(362)
Serviços de terceiros (a)	(5.538)	(5.040)
Tributos, seguros e contribuições	(956)	(534)
Vagares e estadias	(132)	(217)
Outros	(533)	(937)
Total	**(12.610)**	**(16.514)**

(a) Refere-se substancialmente a despesas com serviços compartilhados e consultoria administrativa financeira. **22. Outras receitas e despesas operacionais, líquidas:** São compostos como segue:

	Controladora 2018	2017
Despesas e provisões contingenciais	(8.121)	(461)
Outras (despesas) receitas, líquidas	(442)	(292)
Patrocínios e doações	(8)	(148)
Ganhos / Perdas investimentos de investimentos	450	457
Resultado vendas de imobilizado	(244)	(438)
Reversão de PPR de exercícios anteriores	681	-
Multa contratual	(1.186)	(96)
Receitas eventuais	12	05
Total	**(9.858)**	**(897)**

23. Resultado financeiro: É composto como segue:

	Controladora 2018	2017
Despesas financeiras:		
Juros sobre financiamento	(17.138)	(20.165)
Variação monetária	(1.765)	(3.364)
Descontos concedidos	(974)	(365)
Juros sobre pagamento de tributos e tributos em atraso	(249)	(148)
Tarifas bancárias	(4.482)	(4.674)
Tributos sobre movimentações financeiras	(448)	(708)
Despesas juros sobre contratos de mútuo	(429)	(1.309)
	(25.515)	**(30.749)**
Receitas financeiras:		
Juros sobre mútuo	5.187	5.907
Variação monetária	1.335	57
Rendimentos sobre aplicações financeiras	172	1.066
Juros recebidos e descontos obtidos	1.512	2.069
	8.206	**9.099**
Resultado financeiro líquido	**(17.309)**	**(21.649)**

24. Eventos subsequentes: 24.1. *Contrato Global de Reconhecimento de Dívigações e Dívidas Avenças:* • Em janeiro de 2019, a Companhia realizou a amortização extraordinária de dívidas renegociadas no escopo do "Contrato Global de Reconhecimento de Dívidas" ("Acordo"), firmado em 16 de dezembro de 2016 com os bancos Itaú, Santander, Bradesco, Original e CCB, no montante de R$3.100.

A DIRETORIA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CONTADOR - Marcio Aparecido Ubrila - Contador - CRC 1SP235229/O-2

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1011574-64.2018.8.26.0004. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível, do Foro Regional IV - Lapa. Terceiro Distrito da Capital - São Paulo, Dr(a). Adriana Dietre Fiore Basso, na forma da lei, etc. FAZ SABER a(o) MILLA BARONI ORLANDO, Brasileira, RG 21.230.618, CPF 700.712.476-97, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Condomínio Edifício Parque Residencial Santa Mônica, objetivando o recebimento da quantia de R$ 1.814,66, referente as cotas condominiais não pagas do período de novembro/2016 a fevereiro/2017 e janeiro/2018 do apartamento 34, Bloco 04, localizado no Condomínio Exequente, situado nesta Capital na Av. Santa Mônica, 593, Pirituba. Estando a executada em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que no prazo de 3 (três) dias, a fluir os 30 dias supra, fluindo da data da publicação, pague o débito, devendo o mesmo ser atualizado e acrescido das custas e honorários na época do pagamento com a advertência de que esta verba será reduzida pela metade na hipótese de integral (art. 827, § 1º, do CPC) ou oferença embargos no prazo de 15 (quinze) dias (art. 231, do CPC), podendo ainda depositar 30% do valor em execução (incluindo custas e honorários de advogado), no prazo para oferta dos embargos, permitindo ao executado requerer seja admitido o pagamento do saldo remanescente em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês. Não efetuado o pagamento procederá a penhora e avaliação de tantos bens quantos bastem para a satisfação da dívida, ficando advertido que será nomeado curador especial em caso de revelia. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. 30/04 e 01/05

EDITAL DE CITAÇÃO Processo Digital nº: 0002845-35.2019.8.26.0003 Classe: Assunto: Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Duplicata Requerente: sakamoto lubrificantes peças e serviços ltda Requerido: MAGIS DISTRIBUIDORA IMPORTADORA LTDA. e outros EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0002845-35.2019.8.26.0003 Nº(s) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a). Gustavo Santini Teodoro, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) MARIA VALDILENE DE SOUZA SANTANA, Brasileira, CPF 280.981.535-68, RG: 38.449.990-8 SSP/SP e ARÃO DE SOUZA SANTANA, Brasileiro, RG 48.118.452-1, CPF 412.652.968-39, que lhes foi proposto um Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica por parte de SAKAMOTO LUBRIFICANTES PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, requerendo a despersonificação da empresa Magis Distribuidora Importadora LTDA, para que se tornem executados no processo 1008443-26.2014.8.26.0003 passando a responder com seu patrimônio. Encontrando-se os réus em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, os réus serão considerados revéis, dando-se em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 26 dias do mês de abril de 2019.

EDITAL de Citação. Prazo: 20 dias. Processo nº 1095101-48.2017.8.26.0100. A Dra. Anna Paula Dias da Costa, Juíza de Direito da 44ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, Faz Saber a Carlos Marques Leite Gerevine (CPF. 125.327.668-40), que Carmen Lúcia Bueno Valle Pereira ajuizou ação de Execução por Danos Morais e Materiais, de Procedimento Comum, objetivando que a presente ação seja julgada procedente para condenar o requerido ao pagamento de R$ 82.411,67, a título de danos materiais e de R$ 82.411,67, a título de danos morais, assim como o ressarcimento de despesas e custas processuais. Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados na inicial, sendo contestada a ação, o requerido será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. 30/04 e 01/05/2019

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0041542-85.2018.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 14ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São

GRUPO ZDA

ZD Alimentos S.A.

CNPJ nº 56.073.307/0001-77

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 *(Em milhares de Reais)*

Balanços patrimoniais - Ativo	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Circulante	**109.408**	**81.441**	**109.833**	**91.007**
Caixa e equivalentes de caixa	8.464	8.605	8.508	9.236
Contas a receber	52.543	42.920	52.759	48.313
Estoques	27.572	20.722	27.572	22.849
Tributos a recuperar	19.278	8.064	19.299	9.110
Outros créditos	1.549	1.131	1.695	1.498
Não circulante	**120.758**	**106.547**	**120.764**	**132.152**
Tributos a recuperar	7.256	6.598	7.256	13.892
Depósitos judiciais	64	64	64	64
Outros créditos	2.941	741	3.068	2.381
Imposto de renda e contribuição social diferidos	559	-	559	-
Investimentos	253	20.879	-	548
Imobilizado	78.289	63.940	78.421	81.698
Intangível	31.396	14.325	31.396	33.470
Total do ativo	**230.166**	**187.988**	**230.597**	**223.159**

Balanços patrimoniais - Passivo	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Circulante	**103.779**	**71.980**	**104.210**	**88.275**
Fornecedores, risco sacado e outras contas a pagar	58.052	41.398	58.113	51.957
Empréstimos e financiamentos	34.461	21.197	34.461	23.527
Provisões e encargos trabalhistas	5.159	4.137	5.205	5.006
Impostos, taxas e contribuições	5.227	2.430	5.338	4.789
Dividendos a pagar	666	2.361	666	2.361
Adiantamento de clientes	215	457	428	635
Não circulante	**40.352**	**25.501**	**40.352**	**44.382**
Outras contas a pagar	2.474	2.444	2.474	5.527
Empréstimos e financiamentos	26.334	21.896	26.334	21.896
Impostos, taxas e contribuições	10.200	-	10.200	12.404
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	117	-	3.869
Provisões para contingências	1.264	556	1.264	686
Patrimônio líquido	**86.035**	**90.507**	**86.035**	**90.507**
Capital social	70.000	70.000	70.000	70.000
Ajuste de avaliação patrimonial	6.779	6.779	6.779	6.779
Reserva de lucros	9.256	13.729	9.256	13.729
Total do passivo e patrimônio líquido	**230.166**	**187.988**	**230.597**	**223.159**

Demonstrações do resultados

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Receita operacional líquida	**441.424**	**382.918**	**442.363**	**375.128**
Custo das vendas	**(353.950)**	**(282.486)**	**(355.061)**	**(293.988)**
Lucro bruto	**88.374**	**80.032**	**87.302**	**81.142**
Despesas operacionais:				
Despesas com vendas	(69.502)	(53.561)	(69.880)	(55.068)
Despesas administrativas	(18.626)	(13.419)	(18.862)	(15.936)
Outras receitas e (despesas) líquidas	(658)	1.362	(714)	(2.173)
	(4.412)	14.414	(2.154)	7.965
Resultado de equivalência patrimonial	(1.283)	(8.018)	-	(181)
Resultado antes do resultado financeiro líquido e impostos	(1.695)	6.396	(2.154)	7.784
Receitas financeiras	3.425	3.661	3.431	4.990
Despesas financeiras	(8.829)	(6.312)	(8.836)	(7.398)
Resultado financeiro líquido	(5.404)	(1.645)	(5.405)	(2.408)
Resultado antes dos impostos	**(7.099)**	**4.751**	**(7.559)**	**5.376**
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	(3.770)	190	(3.770)
Imposto de renda e contribuição social diferido	2.474	(150)	2.744	(775)
Resultado líquido do exercício	**(4.625)**	**831**	**(4.625)**	**831**

Demonstrações dos resultados abrangentes

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(4.625)	831	(4.625)	831
Resultado abrangente	(4.625)	831	(4.625)	831

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de lucros legal	Reserva de lucros lucros	Reserva de avaliação patrimonial	Ajuste (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31.12.2016	**60.000**	**2.929**	**23.888**	**6.827**	**-**	**93.644**
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado	-	-	-	(48)	48	-
Aumento de capital com reserva de lucros	10.000	-	(10.000)	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	(3.889)	-	-	(3.889)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	831	831
Destinação/ Reserva legal	-	42	-	-	(42)	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	(79)	(79)
Retenção de lucros	-	-	759	-	(759)	-
Saldos em 31.12.2017	**70.000**	**2.971**	**10.758**	**6.779**	**-**	**90.507**
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(4.625)	(4.625)
Outros	-	-	152	-	-	152
Destinações:						
Absorção de prejuízos	-	-	(4.625)	-	4.625	-
Saldos em 31.12.2018	**70.000**	**2.971**	**6.285**	**6.779**	**-**	**86.035**

Diretoria: Luiz Henrique dos Santos
Diretor Presidente e Diretor Administrativo/ Financeiro
Elisabete Paglioni - Contadora: CRC-SP 15P219421/O-6

O relatório da administração, parecer dos auditores independentes e notas explicativas na íntegra, estão disponíveis na sede da Companhia.

Demonstrações do fluxos de caixa

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Recebido (pagos) de clientes antes dos impostos	(7.099)	4.751	(7.559)	5.376
Ajustes ao lucro (prejuízo) do exercício				
Depreciação e amortização:	2.844	2.652	2.844	2.979
Juros provisionados de empréstimos e financiamentos	4.210	3.787	4.557	4.887
Provisões para contingências	579	126	579	160
Provisão para perdas de liquidação duvidosa	683	186	603	186
Provisão para obsolescência dos estoques	406	200	406	200
Valor residual de ativo imobilizado baixado	4.512	321	4.509	321
Resultado de equivalência patrimonial	1.283	8.018	-	181
Variações nas contas de ativo e passivo:				
Contas a receber de clientes	(2.780)	(6.271)	(5.049)	(9.560)
Estoques	(5.856)	931	(5.129)	(207)
Impostos a recuperar	(3.470)	552	(3.453)	(277)
Outros créditos	(40)	788	(297)	3.543
Depósitos judiciais	-	30	-	30
Fornecedores e outras contas a pagar	2.640	8.100	6.156	774
Provisões e encargos trabalhistas	(113)	33	199	(216)
Impostos, taxas e contribuições	(1.896)	(43)	(1.655)	(756)
Adiantamentos de clientes	(241)	165	(210)	1.010
Outros passivos	(662)	(171)	(2.074)	(171)
Impostos pagos	-	(3.770)	-	(3.770)
Juros pagos a empréstimos e financiamentos	(3.537)	(3.962)	(3.882)	(6.812)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(8.617)	16.423	(9.455)	(4.297)
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Caixa advindo da controladas incorporadas/adquiridas	609	-	-	171
Aquisições de empresas, líquidos de caixa adquirido	-	(4.292)	-	(4.292)
Aporte de capital em investida	-	(20.893)		
Aquisição de imobilizado	(3.943)	(7.901)	(3.943)	(7.901)
Aquisições de ativo intangível	(333)	(576)	(333)	(1.479)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(3.667)	(33.662)	(4.276)	(10.543)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos pagos	-	(2.930)	(1.696)	(2.930)
Empréstimos e financiamentos tomados	39.661	52.188	45.460	56.890
Empréstimos e financiamentos pagos	(25.822)	(45.123)	(30.763)	(51.591)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	12.143	4.135	13.001	2.369
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	(141)	(13.104)	(730)	(12.471)
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	8.605	21.709	9.238	21.709
No fim do exercício	8.464	8.605	8.508	9.238
Redução líquido no caixa e equivalentes de caixa	**(141)**	**(13.104)**	**(730)**	**(12.471)**

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0008021-20.2016.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 12ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, D(r)a. Daniel Serpertino, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) LUCIANO D'ASSUNPÇÃO LIMA, RG 30048518, CPF 107.137.229-47, com endereço à Rua Pinela Dutra, 1516, Cond. Atlântica Park - Casa 03, Miragem, CEP 2700-000, Lauro de Freitas BA, e a LEONARDO D'ASSUNPÇÃO LIMA, RG 259855178, CPF 167.042.568-14, com endereço à Rua Gando, 26, Pratige, CEP 40820-300, Salvador BA, que nos autos da ação Cominatória de cumprimento de Obrigações Pós-Contratuais, ajuizada por Pedras e Danos, ajuizada por Pedras e Danos e Formação Profissional Ltda (Instituto Embelezze), procedeu-se a penhora sobre as quantias bloqueadas judicialmente de R$ 45,53 e R$ 1.353,70. Estando os executados em local ignorado, foi deferida a intimação da penhora por edital, para que em 05 dias, a fluir após os 20 dias supra, ofereçam impugnação, na ausência dos quais prosseguirá o feito em seus ulteriores termos. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 25 de março de 2019.

39ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. 39ª Ofício Cível. Edital de Citação. Prazo 20 dias. Processo nº 1002207-92.2013.8.26.0100. A Dra. Juliana Pilelli da Guia, Juíza de Direito da 39ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, Faz Saber a Luciane Miranda de Paula (CPF: 052.802.758-03), que HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo ajuizou ação Monitória, para cobrança da quantia de R$ 55.458,60 (fevereiro de 2013), decorrente do Contrato de Crédito Especial nº 0405-05263-94, Contrato de Crédito Parcelado Giro Fácil nº 0405-06034-48 e Contrato de Crédito Parcelado Giro Fácil nº 0405-06473-54. Estando o requerido em local ignorado e citado por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito (ficando isenta de custas e honorários advocatícios, reduzidos a 5% do valor do débito (artigo 701 do NCPC), ou ofereça embargos, sob pena de converter-se o mandado inicial em mandado executivo. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito, nos moldes do artigo 257, IV do NCPC. Será o presente, afixado e publicado.
27 e 30 / 04 / 2019.

BEC - Baquirivú Engenharia e Comércio Ltda. - CNPJ Nº 43.247.588/0001-14 - NIRE 35.200.572.287

RESOLUÇÃO

Abdul Aziz Miguel, brasileiro, engenheiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 2.336.930 SSP/SP e CPF/MF sob nº 428.102.488/04; **Ruth Salomão Miguel**, brasileira, do lar, casada, portadora da cédula de identidade RG nº 7.624.132 SSP/SP e CPF/MF nº 160.556.278/50; **Ronaldo Salomão Miguel**, brasileiro, casado, médico, portador da cédula de identidade RG nº 20.894.286-8 SSP/SP, e CPF/MF nº 254.867.858/01; **William Salomão Miguel**, brasileiro, solteiro, maior, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 20.894.451-X SSP/SP, e CPF/MF nº 255.291.418/70; **Markus Salomão Miguel**, brasileiro, solteiro, maior, médico, portador da cédula de identidade RG nº 20.894.450-8 SSP/SP, e CPF/MF nº 222.388.048-93; todos residentes e domiciliados em São Paulo/SP, na Rua João Ramalho, nº 145, apartamento 91, Perdizes, CEP 05008-000, únicos Sócios da sociedade limitada, do tipo empresária, BEC - Baquirivú Engenharia e Comércio Ltda., CNPJ/MF nº 43.247.588/0001-14, com sede na Avenida João Manoel nº 360, Centro, cidade de Araçá/SP, CEP 07400-000, com seu Contrato Social devidamente registrado na Jucesp sob NIRE 35.200.572.287, em 14.04.1980, e última Alteração Contratual registrada na Jucesp sob nº 180.137/11-6, em 17.05.2011, aprovam, por unanimidade, a redução do capital **social** da Sociedade em R$ 11.686.000,00, passando **de** R$ 22.043.300,00 **para R$ 10.357.300,00**, cancelando-se 11.686.000 de quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada. Decorrido o prazo de 90 dias para oposição de credores, contados da publicação desta Resolução, os Sócios levarão a registro a competente Alteração Contratual, consolidando o Contrato Social. São Paulo, 18/04/2019. **Abdul Aziz Miguel, Ruth Salomão Miguel, Ronaldo Salomão Miguel, William Salomão Miguel, Markus Salomão Miguel**.

ISEC SECURITIZADORA S.A. - Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 08.769.451/0001-08

Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 1ª Emissão da Isec Securitizadora S.A. - Edital de Convocação

A ISEC Securitizadora S.A. (**"Securitizadora"**), vem por meio destes, convocar os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 1ª Emissão da Securitizadora (**"CRI"**), nos termos do Código Civil e do Termo de Securitização dos CRI (**"Termo de Securitização"**), a se reunirem, em **2ª convocação**, para Assembleia Geral de Titulares de CRI, que será realizada no dia **10 de maio de 2019, às 11h00**, na sede da Securitizadora, localizada Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1.123, 21º Andar, Itaim Bibi, CEP 04533-004, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias constantes da seguinte ordem do dia, de acordo com a proposta da Devedora: (i) Extensão do Prazo Total para Conclusão do Registro das Garantias nos termos dos itens 2.3.3 e seguintes do Contrato de Cessão, especificamente do imóvel Casa 1.500 objeto da matrícula de nº 14.368, do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Recife/PE; (ii) Extensão do prazo para constituição da cessão fiduciária dos contratos de locação dos "Novos Imóveis", caso existentes, conforme estabelecido no Aditamento dos Certificados de Recebíveis Imobiliários de 13 de novembro de 2018, (iii) Caso aprovada a extensão dos prazos mencionados nos itens (i) e (ii) acima, dispensa de realização para Securitizadora de utilização da ata deste instrumento para o Banco do Brasil S/A, conforme previsto para a Emissão na Amortização Extraordinária Obrigatória do saldo devedor da CCB em razão, exclusivamente, das deliberações desta assembleia.; Os termos aqui utilizados em maiúsculo devem ser interpretados de Operação A Securitizadora deles registrado, para fins de esclarecimento, que o **quórum de instalação** da assembleia em primeira convocação e de titulares do CRI que representem no mínimo 2/3 (dois terços) do valor total dos CRI em circulação e **na segunda convocação por qualquer quórum** em primeira convocação e segunda convocação e **quórum de deliberação** em primeira convocação e segunda convocação de 50% (cinquenta por cento) mais um dos titulares de CRI presentes na referida Assembleia. Os titulares dos CRI poderão se fazer representar na assembleia por instrumento particular, ou particular, acompanhado de cópia do documento de identidade do outorgado, bem como todos e demais documentos necessários para a verificação dos poderes, inclusive, mas não exclusivamente, regulamentos de fundos e contrato social de gestores deste fundo. Todas as procurações devem ser apresentadas em formato de firma ou abono bancário do signatário. Para que a verificação do quórum seja feita com certa celeridade e de forma eficaz, solicitamos que os instrumentos de mandato com poderes para representação e voto na referida assembleia sejam encaminhados à Securitizadora e à Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (**"Agente Fiduciário"**): (i) por e-mail, para gestao@isecbrasil.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br; ou (ii) endereçados à Securitizadora e ao Agente Fiduciário em suas sedes, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência em relação à data de realização da assembleia, devendo apresentar-se com 30 (trinta) minutos de antecedência, munidos do respectivo documento de identidade, bem como, dos documentos originais previamente encaminhados por e-mail à Securitizadora e ao Agente Fiduciário. São Paulo, 30 de abril de 2019. **Isec Securitizadora S.A**

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0024624-86.2018.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, D(r)a. ADEVANIR CARLOS MOREIRA DA SILVEIRA, na forma da Lei. FAZ SABER a(o) KE CHANG KIM, CPF 991.121.408-72, e MZ SUEL COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRÇÃO LTDA- ME, CNPJ 00.886.738/0001-06, que o mandado monitório, expedido nos autos da ação Monitória, ajuizada por Banco Bradesco S/A, sucessor por incorporação do Banco BankBoston S/A - Banco Múltiplo, convertou-se em mandado executivo, constituindo-se título executivo judicial da quantia de R$ 103.581,92 (julho de 2018). Encontrando-se os executados em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pagar a quantia supra devidamente atualizada, sob pena de 10% sobre o valor do débito e honorária advocatícia de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, nomeando-se Curador Especial em caso de silêncio. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. 27 e 30 / 04 / 2019.

CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A. - CNPJ: 01.554.285/0001-75

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V.Sas., as **Demonstrações Financeiras** bem como as **Notas Explicativas** relativas ao exercício encerrado em 31/12/2018. São Paulo, 26 de Abril de 2019. **A Diretoria.**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017 (Reapresentado)	01/01/2017 (Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	7	67.135	86.882	96.863
Instrumentos derivativos	25.2d	918	918	1.836
Contas a receber de clientes	9	23.394	16.502	11.576
Estoques	10	5.256	6.132	5.337
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	24	7.851	978	12.380
Outros créditos	11	12.203	10.162	11.815
Total do ativo circulante		116.757	121.574	138.890
Aplicação financeira vinculada	8	1.757	1.757	2.299
Impostos diferidos	24	10.504	9.746	9.354
Outros créditos	11	770	627	31
Total do realizável a longo prazo		13.031	12.130	11.684
Investimentos	12	952	1.107	1.605
Imobilizado	13	15.628	16.834	14.778
Intangíveis	14	65.195	58.550	49.268
Total do ativo não circulante		94.806	88.621	65.651
Total do ativo		**211.563**	**210.195**	**216.541**

Passivo	Nota	2018	2017 (Reapresentado)	01/01/2017 (Reapresentado)
Fornecedores	15	8.653	9.895	10.841
Salários a pagar	16	8.473	-	-
Empréstimos e financiamentos		99	-	17
Obrigações trabalhistas	17	16.025	14.001	14.342
Provisões diversas	18	11.585	11.978	9.755
Adiantamento de clientes	19	12.179	11.470	9.772
Provisão para demandas judiciais	20	899	807	427
Dividendos a pagar	21	12.876	15.116	20.730
Outras contas a pagar		2.486	2.188	3.176
Total do passivo circulante		73.032	65.465	71.060
Contas a Pagar	16	-	8.137	8.137
Empréstimos e financiamentos		18	-	-
Total do passivo não circulante		18	8.137	8.137
Patrimônio líquido	21			
Capital social		63.879	63.879	63.879
Reserva de lucros		74.634	72.714	73.345
Total do patrimônio líquido		138.513	136.593	137.030
Total do passivo e patrimônio líquido		**211.563**	**210.195**	**216.227**

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017 (Reapresentado)
Receita operacional líquida de vendas	22	292.133	258.074
Custo das vendas	22	(132.555)	(118.112)
Lucro bruto		159.578	140.951
Despesas comerciais	22	(4.290)	(6.053)
Despesas administrativas e gerais	22	(158.215)	(146.340)
Participação nos prejuízos das empresas investidas por equivalência patrimonial	12	(92)	(286)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		(40)	1.421
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		(3.060)	(10.257)
Receitas financeiras	23	8.948	10.113
Despesas financeiras	23	(584)	(1.305)
Resultado financeiro		8.364	8.808
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		5.305	(1.431)
Imposto de renda e contribuição social	24		
Corrente		(2.782)	601
Diferido		758	830
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		**3.281**	**(437)**

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	2018	2017
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício	3.281	(437)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	3.281	(437)

Demonstrações do fluxos de caixa - Método Indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto	5.305	(1.430)
Ajustes para:		
Provisão para impostos de renda e contribuição social	(2.024)	993
Depreciações e amortizações	14.578	13.355
Provisão para créditos com perdas esperadas	26	86
Provisão para demandas judiciais	92	888
Resultado da equivalência patrimonial, líquido de impostos	92	286
Ajuste a valor presente - Fornecedores	8.473	-
Alienação de ativo imobilizado	(56)	(117)
Variação em:		
Contas a receber de clientes	(6.606)	(4.918)
Estoques	876	(795)
Impostos a recuperar	(7.184)	(1.705)
Fornecedores	(1.243)	(946)
Obrigações trabalhistas	2.024	(2.348)
Adiantamento de clientes	709	1.709
Imposto de renda e contribuição social	(7.180)	-
Outras contas a pagar	47	(908)
	23.354	**(16.502)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(1.754)	(1.420)
Cartões	625	847
Dispositivos criptográficos ("tokens")	3.432	3.819
Outros	56	46
	2.359	**3.292**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aquisição de ações em tesouraria	(2.000)	(2.000)
Dividendos pagos	(8.804)	(8.804)
Aquisição de intangíveis	(7.644)	(9.551)
Aplicação financeira vinculada	-	542
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento	(20.093)	(24.451)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	126	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(9)	(17)
Dividendos pagos	(10.000)	(5.619)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de financiamento	(10.139)	(5.633)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(19.747)	(9.981)
Caixa e equivalentes de caixa em 01 de janeiro	86.882	96.863
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	67.135	86.882

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017		-	-	-	-	-
(Prejuízo) do exercício		-	-	-	(437)	(437)
Compensação de prejuízo	21	-	-	-	437	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		63.879	6.295	74.596	-	144.770
(Lucro) do exercício	21	-	-	-	3.281	3.281
Pagamento divida acionista		-	-	-	(8.137)	(8.137)
Saldo PL Certisign Participações		-	-	-	(582)	(582)
Constituição da Reserva Legal	21	-	164	-	(164)	-
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	21	-	-	-	(779)	(779)
Retenção de lucros	21	-	-	2.338	(2.338)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		63.879	6.459	76.934	(8.718)	138.514

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Certisign Certificadora Digital S.A. ("Companhia") constituída em 4 de julho de 1996, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada na sua Bela Cintra, 904, cidade de São Paulo, Brasil. A Companhia tem como principal objetivo prover soluções de gerenciamento de identidade com o uso da certificação digital, podendo também prestar serviços de desenvolvimento e treinamento de sistemas de processamento de dados, licenciamento de programas de computador (software personalizado), geração de programas de computador, sob encomenda e cessão de direitos autorais, além de consultoria na área de informática, registro, comercialização e qualquer outro tipo de intervenção no registro de portas e domínios de Internet, intermediação de negócios, incluindo representação comercial, hospedagem e guarda de banco dados e servidores, coleta de dados, coleta de dados biométricos, prover informações de identificação, prestação de serviços de validação de identidade pessoal, entre outros. A Companhia está credenciada pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI, que é uma autarquia federal, que tem por missão, manter e executar as políticas da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, sendo esta, a primeira autoridade da cadeia de certificação digital - AC Raiz. Este credenciamento permite que a companhia opere como autoridade certificadora e autoridade de registro para validar a identidade dos solicitantes e emitir certificados digitais de forma rápida, para as mais diferentes organizações brasileiras, além de disponibilizar produtos para o público em geral. Em 31 de janeiro de 2018 houve a liquidação do Fundo de Investimento em Participações Bradesco (FIP), detentor de 100% das ações da Companhia que foi incorporada pela Certipar S.A., detentora de 100% do fundo, e por conseguinte, tornou-se detentora de 100% das ações da Companhia. Em 28 de fevereiro de 2018 a Certisign Certificadora Digital S.A incorporou 100% das ações da Certipar S.A., conforme Ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada em 28 de fevereiro de 2018. **2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 26 de abril de 2019. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo. **4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **5. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção do seguinte item reconhecido nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo. **6. Principais políticas contábeis: 6.1. Mudanças nas principais políticas contábeis:** Adoção inicial do CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 47- Receita de Contrato com Cliente A Companhia adotou inicialmente o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e o CPC 47 -Receitas de Contratos com Clientes usando o método de efeito cumulativo sem expedientes práticos. Os efeitos da adoção inicial do referido pronunciado reconhecida na data de aplicação inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada, e desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com as normas anteriormente vigentes. A Companhia não identificou impactos significativos relacionados a adoção inicial do CPC 47. *(i) CPC 48 Instrumentos financeiros: Classificação e mensuração de Ativos financeiros:* O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A adoção do CPC 48 não teve efeito nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos (que derivativos que são usados como instrumentos de hedge). A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativo financeiro da Companhia em 1º de janeiro de 2018:

Categoria de instrumentos financeiros	Classificação original de acordo com CPC 38	Nova classificação de acordo com CPC 48	Valor contábil original de acordo com CPC 38	Novo valor contábil de acordo com CPC 48
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	67.135	67.135
Aplicação financeira	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	1.757	1.757
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	23.394	23.394
			92.286	**92.286**

Impairment de Ativos financeiros: A Companhia opta por mensurar provisões perdas pelos contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. ***Impacto do período de impairment:*** Para ativos no escopo do modelo de *impairment* do CPC 48, as perdas por *impairment* devem aumentar e se tornar mais voláteis. ***Contas a receber e ativos contratuais:*** A Companhia considera o modelo e algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incertezas na estimativa. As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos 12 meses. A Companhia também apresentou as perdas de crédito esperadas na forma CPC 48. Outras informações sobre instrumentos financeiros estão demonstrados na nota explicativa nº 27. **6.2. Resumo das principais práticas contábeis: (i) Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: (i) receita de juros; (ii) despesa de juros; (iii) ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e (iv) ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. *(ii) Moeda estrangeira:* Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio das datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira não são convertidos. *(iii) Benefícios a empregados:* Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função do serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. ***(iv) Imposto de renda e contribuição social:*** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (ano) para imposto de renda e 9% sob

Vamcruz I Participações S.A.

CNPJ/21514.540/0001-05

Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 - Em milhares de reais

Balanço patrimonial	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Ativo/Circulante	**21.275**	**7.667**	**57.787**	**51.344**
Caixa e equivalente de caixa	19.602	1.603	36.763	19.415
Contas a receber	-	-	13.510	27.494
Adiantamentos a fornecedores	1.160	1.162	1.633	2.152
Impostos a recuperar	510	237	2.122	1.788
Despesas antecipadas	-	-	624	382
Dividendos - Partes relacionadas	-	4.333	-	-
Outros ativos	3	2	135	113
Não circulante	**267.357**	**286.329**	**480.476**	**505.679**
Títulos e valores mobiliários	-	-	33.655	33.486
Mútuos - Partes relacionadas	-	22.739	-	-
Investimento	264.163	261.181	-	-
Imobilizado	-	-	428.944	454.420
Intangível	3.194	2.409	17.877	17.773
Total do ativo	**288.632**	**293.996**	**538.263**	**557.023**
Passivo/Circulante	**4.445**	**4.453**	**29.310**	**51.292**
Fornecedores	74	69	3.044	15.792
Obrigações fiscais e trabalhistas	24	37	1.030	1.767
Dividendos - Partes relacionadas	4.347	4.347	4.347	4.347
Empréstimos e financiamentos	-	-	19.952	18.680
Provisão de impostos a pagar	-	-	-	812
Penalidades contratuais	-	-	937	11.281
Outros passivos	-	-	-	833
Não circulante	**1.089**	**897**	**225.855**	**217.085**
Empréstimos e financiamentos	-	-	205.127	205.356
Contas a pagar - Partes relacionadas	1.089	897	1.687	1.629
Provisões fiscais	-	-	2.459	2.309
Penalidades contratuais	-	-	16.582	7.791
Total do passivo	**5.534**	**5.350**	**255.165**	**268.377**
Patrimônio líquido	**283.098**	**288.646**	**283.098**	**288.646**
Capital social	259.090	251.190	259.090	251.190
Adiantamento para futuro aumento de capital	12.100	20.000	12.100	20.000
Reserva de lucro	11.908	17.456	11.908	17.456
Total do passivo e patrimônio líquido	**288.632**	**293.996**	**538.263**	**557.023**

Demonstração do resultado do exercício	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Receita operacional líquida	-	-	59.817	90.567
Custos operacionais	-	-	(39.551)	(33.638)
Resultado bruto	**-**	**-**	**20.266**	**56.929**
Despesas operacionais				
Despesas administrativas	(78)	(905)	(8.462)	(10.595)
Outras receitas (despesas)	-	(5)	(551)	(1.662)
Resultado de equivalência patrimonial	(6.827)	18.725	-	-
Lucro operacional	**(6.905)**	**17.815**	**22.253**	**45.984**
Despesas financeiras	(37)	(3)	(29.276)	(24.677)
Receitas financeiras	1.187	593	4.277	535
Resultado financeiro	**1.150**	**590**	**(24.999)**	**(24.142)**
Resultado antes tributos sobre o lucro	**(5.755)**	**18.405**	**(2.746)**	**21.842**
IR e CS	(339)	(19)	(3.408)	(2.978)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**(6.094)**	**18.386**	**(6.094)**	**18.786**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reservas de lucros Reserva de lucros	Total	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31/12/2016	**193.232**	-	**87.958**	**368**	**3.109**	**3.477**	**274.667**
Aumento de capital	87.958	-	(87.958)	-	-	-	-
Outras movimentações	-	-	-	-	-	(459)	(459)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	18.786	18.786
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	938	-	938	(938)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	(4.347)	(4.347)
Lucros retidos a deliberar	-	-	-	-	13.041	13.041	(13.041)	-
Saldos em 31/12/2017	**281.190**	-	**20.000**	**1.306**	**16.150**	**17.450**	-	**288.646**
Aumento de capital	7.900	-	(7.900)	-	-	-	-	-
Outras movimentações	-	-	-	-	-	-	546	546
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(6.094)	(6.094)
Absorção do prejuízo	-	-	-	-	(5.548)	(5.548)	5.548	-
Saldos em 31/12/2018	**259.090**	-	**12.100**	**1.306**	**10.602**	**11.908**	-	**283.098**

Demonstração dos fluxos de caixa	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) antes do IRP/ e CSLL	(5.755)	18.805	(2.686)	21.762
Ajustes para reconciliar o resultado				
Resultado em equivalência patrimonial	6.827	(18.725)	-	-
Resultado financeiro - Provisão de juros	(542)	(634)	28.437	21.648
Receitas financeiras - Provisão de juros mútuos	(541)	-	-	-
Depreciação e amortização	-	-	20.020	20.483
Reversão de receita CCEE	-	-	1.038	-
Penalidades contratuais - Provisão	-	-	7.866	17.289
Obrigações fiscais - Provisão	-	37	(512)	2.037
Variações em:				
(Aumento)/redução em contas a receber	-	-	12.946	(7.986)
(Aumento)/redução em adiantamentos a fornecedores	2	(2)	519	(581)
(Aumento)/redução em impostos a recuperar	(273)	(237)	(334)	(707)
(Aumento)/redução nas despesas antecipadas	-	-	(242)	(380)
Aumento/(redução) em outros ativos	(2)	-	(22)	(36)
Aumento/(redução) em fornecedores	5	(10)	(12.748)	5.142
Aumento/(redução) em obrigações fiscais e trabalhistas	(130)	(19)	2.619	(2.188)
Aumento/(redução) em partes relacionadas - contas a pagar	192	-	58	-
Aumento/(redução) em penalidades contratuais	-	-	(9.357)	-
Aumento/(redução) em outros passivos	-	-	(833)	864

Demonstração do resultado abrangente	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(6.094)	18.786	(6.094)	18.786
Resultado abrangente do exercício	**(6.094)**	**18.786**	**(6.094)**	**18.786**

Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	324	(1.086)	46.769	77.351
Impostos pagos	(225)	-	(6.784)	-
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(21.011)	(20.819)
Juros recebidos sobre mútuos	1.541	-	-	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	**1.640**	**(1.086)**	**18.994**	**56.532**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
(Aumento)/redução em investimentos	(9.260)	(15.769)	-	-
(Aumento)/redução em AFAC	-	41.147	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	(169)	(33.486)
(Aquisições)/Baixa de intangível	(784)	(958)	(784)	(1.017)
(Aquisições)/Baixa de imobilizado	-	-	6.689	(2.234)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	**(10.044)**	**24.420**	**5.736**	**(36.737)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos				
Mútuos - Partes relacionadas	21.740	(21.418)	-	1.056
Empréstimos e financiamentos - Captações	-	-	18.457	-
Empréstimos e financiamentos - Pagamentos	-	-	(22.839)	(26.636)
Dividendos recebidos	4.333	-	-	-
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	**26.073**	**(21.418)**	**(4.382)**	**(25.580)**
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	**17.669**	**1.916**	**20.348**	**(5.785)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.933	17	19.415	25.200
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	**17.669**	**1.916**	**20.348**	**(5.785)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	19.602	1.933	39.763	19.415

A Diretoria
Olivia Raquel Vieira dos Santos - CRC: RJ 118.229/O-4

Rock Comunicação S/A

CNPJ/MF n. 07.924.950/0001-97

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

Relatório da Administração. Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. As Demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2017. Comparativamente ao exercício social encerrado em 31/12/2018, São Paulo, 29/04/2019. **A Administração.**

Balanços Patrimoniais	2018	2017
Ativo circulante	**17.984.115,70**	**16.327.017,77**
Numerários	8.674,80	2.226,23
Banco com movimento	11.46,70	11.146,77
Aplicações financeiras	9.720.114,34	6.702.588,30
Contas a receber clientes	7.299.694,25	8.739.894,75
Adiantamentos a terceiros	911.557,07	756.191,21
Impostos a recuperar	42.927,91	115.565,55
Ativo permanente		
Depósitos judiciais	27.000,00	0,00
Imobilizado	135.572,02	168.806,93
Intangível	144.858,18	260.005,70
Total do ativo não circulante	**280.430,20**	**428.812,63**
Total do ativo	**18.264.545,90**	**16.755.425,40**

Balanços Patrimoniais	2018	2017
Passivo circulante	**2.876.903,95**	**3.153.180,97**
Débitos para compras	1.125.956,85	671.100,76
Débitos trabalhistas	122.696,12	69.483,66
Débitos fiscais	132.551,18	65.925,24
Débitos trabalhista/sociietário	92.586,37	107.181,72
Contas a pagar de clientes	385.934,74	1.540.159,88
Débitos outros	58.500,00	68.872,33
Provisões diversas	754.920,59	630.483,38
Patrimônio líquido	**15.587.599,45**	**13.603.258,43**
Capital social	1.014.123,00	1.014.123,00
Reservas de capital	325.877,00	325.877,00
Lucros ou prejuízos	14.247.599,45	12.263.258,43
Total do passivo	**18.264.545,38**	**16.756.425,40**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital Social	AFAC	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31.12.2017	**1.014.123,00**	**325.877,00**	-	**13.603.258,43**
Lucro líquido do exercício:	-	-	6.276.130,39	-
Lucro distribuído:	-	-	-4.291.789,37	-
Saldo em 31.12.2018	**1.014.123,00**	**325.877,00**	**14.247.598,45**	**15.587.598,45**

Demonstração dos Resultados	2018	2017
Receita bruta operacional	**48.724.426,09**	**15.580.256,81**
Deduções da receita bruta operacional	-27.665.718,78	-1.130.920,55
Deduções	-25.689.983,65	-
I.S.S. sobre serviços prestados	-1.142.040,63	-653.709,53
Pis sobre serviços prestados	-148.466,14	-84.982,78
Cofins sobre serviços prestados	-685.228,36	-392.228,24
Lucro bruto operacional	**21.058.707,91**	**14.429.335,46**
Despesas/receitas operacionais	**-12.248.514,44**	**-3.164.184,77**
Despesas administrativas	-9.972.811,64	-5.138.571,94
Despesas tributárias	-233.953,27	-140.306,16
Despesas financeiras	-50.631,39	-447.440,95
Receitas financeiras	2.123.902,29	1.758.342,69
Custos serviços prestados	-4.107.020,43	-3.136.208,41
Resultado operacional	**8.810.193,47**	**7.325.150,69**
Despesas/receitas não operacionais	-	-
Resultado antes do IR	**8.810.193,47**	**7.325.150,69**
Imposto de renda	-1.862.811,09	-1.321.958,06
CS sobre lucro líquido	-679.251,99	-484.421,19
Resultado líquido final	**6.276.130,39**	**5.518.771,44**

Marco Antonio Mansano - Diretor

Exata Contábil Ltda
Orival Nespulo - Contabilista - CRC: 1SP078559/O-0

Canvas Capital S.A.

CNPJ nº 15.377.863/0001-50

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Balanços patrimoniais	Notas	2018	2017
Ativo/Ativo circulante		**40.513**	**52.704**
Caixa e equivalentes de caixa	4	26.656	28.326
Contas a receber	5	13.310	23.795
Impostos a compensar		12	15
Despesas antecipadas	6	453	300
Outros ativos circulantes	7	82	272
Ativo não circulante		**484**	**440**
Investimentos em coligadas	8	22	7
Imobilizado	9.1	445	399
Intangível	9.2	17	34
Total do ativo		**40.997**	**53.144**

Balanços patrimoniais	Notas	2018	2017
Passivo/Passivo circulante		**29.313**	**40.309**
Contas a pagar	10	1.151	1.181
Dividendos e bonificações	11	21.357	29.277
Obrigações fiscais	12	3.880	5.857
Obrigações sociais		400	338
Provisão para despesa de pessoal	14	2.533	4.526
Adiantamento de clientes		32	140
Patrimônio líquido		**11.684**	**12.835**
Capital social	14.1	4.181	4.181
Reserva legal	14.2	836	836

Demonstrações dos Resultados	Notas	2018	2017
Receitas de Lucros	15	**44.544**	**50.251**
Total do passivo e patrimônio líquido		**40.997**	**53.144**
Demonstrações de resultados	**Notas**	**2018**	**2017**
Receita operacional líquida	15	**61.126**	**67.369**
Despesas operacionais		**(16.582)**	**(17.118)**
Despesas gerais e administrativas	16	(17.868)	(18.042)
Despesas de depreciação e amortização		(156)	(193)
Despesas tributárias	17	(223)	(339)
Resultado financeiro	18	1.815	2.261
Outras despesas/receitas operacionais		-	1
Equivalência patrimonial	8	(150)	(84)
Resultado antes do IR e da CS		**44.544**	**50.251**
Imposto de renda e contribuição social		**(7.556)**	**(8.591)**
Imposto de renda e contribuição social	19	(7.556)	(8.591)
Lucro líquido de exercício		**36.988**	**41.660**
Demonstrações dos fluxos de caixa		**2018**	**2017**
Lucro líquido do exercício		36.988	41.660
Ajustes: Depreciação e amortização		156	193
Equivalência patrimonial		50	84
Lucro líquido do exercício, ajustado		**37.194**	**41.937**
Aumento/(redução) em contas a receber		**6.415**	**(13.965)**
Aumento/(redução) em contas a receber		10.481	(19.314)
(Aumento)/redução em impostos a compensar		3	(5)
Redução em despesas antecipadas		(153)	704
(Aumento)/redução em outros ativos circulantes		190	(100)
(Redução) em contas a pagar		(29)	(652)
Aumento/(redução) em obrigações fiscais		(1.977)	2.240
(Redução)/aumento em obrigações sociais		62	(16)
Aumento/(redução) obrigações trabalhistas, bônus e PLR		(1.993)	1.934
Aumento/(redução) em adiantamento de clientes		(108)	140
Caixa líquido proveniente atividades operacionais		**43.670**	**26.968**
Atividades de investimentos			
Aquisições de participações societárias		(65)	(75)
Aquisições de bens do ativo imobilizado		(185)	(120)
Caixa líquido utilizado nas atividades investimentos		**(250)**	**(195)**
Atividades de financiamento			
Dividendos pagos no exercício		(45.090)	(25.452)
Caixa líquido utilizado nas atividades financiamento		**(45.090)**	**(25.452)**
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(1.670)**	**1.321**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		28.326	27.005
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		26.656	28.326
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(1.670)**	**1.321**

Contador
José Luiz Gonzaga - CRC 1SP 152.371/O-5

REVITA ENGENHARIA S.A.

CN.P.J. nº 08.623.970/0001-55

Relatório da Administração

Senhores acionistas, submetemos a apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras da Revita Engenharia S/A relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017. As Notas Explicativas em sua íntegra, juntamente com o parecer da KPMG, encontram-se à disposição na sede da Companhia e no site: revita.com.br

Balanços Patrimoniais - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 *(Valores expressos em milhares reais)*

ATIVO	Controladora 2018	Controladora 2017
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	19.172	2.042
Títulos e valores mobiliários	-	-
Contas a receber de clientes	100.089	121.270
Estoques	3.157	3.222
Dividendos a receber	160.489	181.040
Impostos a recuperar	15.270	13.152
Outros contas a receber	3.654	1.687
Aporte numerário em consórcios	8.233	2.839
Adiantamento a fornecedores	169	378
Total do ativo circulante	**310.232**	**325.630**
Não Circulante		
Realizável a longo prazo:		
Contas a receber de clientes	16.326	16.521
Ativo fiscal diferido	5.524	4.426
Mútuos a receber de partes relacionadas	36.869	173.691
Outras contas a receber	25.518	5.623
Depósitos judiciais	13.696	15.792
	97.933	**216.053**
Investimentos	158.167	108.036
Imobilizado	61.299	40.940
Intangível	16.693	16.726
	236.159	**165.702**
Total do ativo não circulante	**321.702**	**381.945**
Total do Ativo	**631.934**	**707.575**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora 2018	Controladora 2017
Circulante		
Fornecedores e outras contas a pagar	41.877	17.989
Empréstimos e financiamentos	47.676	75.337
Debêntures e notas promissórias	6.668	28.379
Salários, benefícios e encargos sociais	19.351	21.418
Impostos, taxas e contribuições	10.854	38.892
Imposto de renda e contribuição social	-	407
Outras numerárias consórcios	2.000	-
Adiantamentos de clientes	1.302	2.932
Total do passivo circulante	**129.728**	**185.354**
Não Circulante		
Exigível a longo prazo:		
Fornecedores e outras contas a pagar	15	15
Mútuos a pagar a partes relacionadas	18.936	5.060
Empréstimos e financiamentos	71.064	80.375
Parcelamentos fiscais	8.335	-
Provisões	16.938	9.895
Perda no investimento	-	66.581
Capital SCP	2.730	2.730
Total do passivo não circulante	**118.018**	**164.656**
Patrimônio Líquido		
Capital social	252.373	234.678
Reserva de capital	3.442	3.442
Reservas de lucros	126.373	119.815
Ajuste acumulado de conversão	-	(329)
Total do patrimônio líquido dos controladores	**384.188**	**357.607**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**631.934**	**707.575**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 *(Valores expressos em milhares reais)*

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reservas de lucros Reserva de retenção de lucros	Ajuste acumulado de conversão	Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos controladores
Saldos em 31 de Dezembro de 2016 - (Reapresentado)	**172.715**	-	**14.414**	**164.550**	**(329)**	-	**351.351**
Aumento do capital social	61.963	-	-	-	-	-	61.963
Aumento de capital social por incorporação	158	-	-	-	-	-	158
Constituição de reserva de Capital	-	3.442	-	-	-	-	3.442
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(19.149)	(19.149)
Compensação de prejuízo do exercício	-	-	-	(19.149)	-	19.149	-
Ajustes no patrimônio líquido da investida	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(40.000)	-	-	(40.000)
Saldos em 31 de Dezembro De 2017	**234.678**	**3.442**	**14.414**	**105.401**	**(329)**	-	**357.607**
Aumento do capital social	17.695	-	-	-	-	-	17.695
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	4.194	4.194
Reserva legal	-	-	313	-	-	(313)	-
Reserva de lucros	-	-	-	3.881	-	(3.881)	-
Ajustes no patrimônio líquido da investida por adesão ao PERT	-	-	-	4.692	-	-	4.692
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	(329)	329	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	**252.373**	**3.442**	**14.727**	**113.646**	-	-	**384.188**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 *(Valores expressos em milhares reais)*

	Controladora 2018	Controladora 2017
Receita Operacional Bruta	**256.585**	**258.392**
Impostos incidentes sobre serviços prestados	(26.689)	(26.106)
Receita Operacional Líquida	**220.896**	**222.286**
Custo dos serviços prestados	(179.335)	(169.673)
Lucro Bruto	**41.561**	**52.463**
Receitas e Despesas Operacionais		
Despesas comerciais	(3.536)	(457)
Despesas administrativas	(30.319)	(23.709)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1.003)	(19.576)
Resultado de equivalência patrimonial	6.146	(13.355)
Receitas e Despesas Operacionais Líquidas	**(28.729)**	**(57.137)**
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras	**12.832**	**(4.674)**
Receitas e Despesas Financeiras		
Receitas financeiras	18.893	23.145
Despesas financeiras	(26.725)	(33.656)
Resultado Financeiro Líquido	**(9.892)**	**(10.511)**
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**2.940**	**(15.185)**
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Corrente	156	(4.747)
Diferido	1.098	783
Incentivo lucro da exploração	-	-
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício	**4.194**	**(19.149)**
Atribuível a:		
Acionistas da Companhia	-	-
Participação de não controladores	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 *(Valores expressos em milhares de reais)*

	Controladora 2018	Controladora 2017
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	4.194	(19.149)
Resultado abrangente da empresa	**4.194**	**(19.149)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Participações em coligadas

Empresas	Capital social	Participação societária (%)	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial 2018	Equivalência patrimonial 2017	Saldo de investimento 31/12/ 2018	Saldo de investimento 31/12/ 2017
Ecovia Valorização de Resíduos Ltda	500	1,00%	500	383	4	5	5	
Total (c)					**4**	**5**	**5**	

Ágio por expectativa de rentabilidade futura - Individual (d) 13.935 13.935
Provisão para perdas nos investimentos (e) - 66.581
Total dos investimentos individual: (a) + (b) + (c) + (d) + (e) 158.167 108.036

13. Imobilizado: O saldo da controladora é composto por:

	Taxa Média Anual %	Custo	Depreciação	2018 Líquido	2017 Líquido
Benfeitorias em bens de terceiros	9%	7.199	(5.627)	1.572	2.647
Máquinas e equipamentos	5%	14.355	(4.899)	9.456	6.221
Móveis e utensílios	17%	817	(456)	361	537
Equipamentos de informática	22%	951	(730)	221	134
Veículos e equipamentos	5%	22.421	(1.511)	20.910	2.910
Obras e infra em alterna	2%	25.932	(4.769)	21.133	21.793
Central de tiragem		10	(1)	9	9
Imobilizado em andamento		7.637	-	7.637	7.469
Total		**79.322**	**(18.023)**	**61.299**	**40.940**

14. Fornecedores e outras contas a pagar

	Controladora 2018	Controladora 2017
Fornecedores	20.514	13.716
Partes relacionadas	13.524	3.840
Credores diversos	7.854	648
	41.892	**18.204**
Circulante	41.877	17.989
Não circulante	15	15

15. Empréstimos e financiamentos: Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia os riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, observar nota explicativa nº 08. As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

Modalidade	Encargos financeiros - %	Vencimento	2018	2017
Finame e Leasing	Pré-fixado de 4,00% a.a. e 12,12% a.a.	Janeiro/2019 a Abril/2022	1.556	4.295
Conta garantida e Crédito Direto ao Consumidor - CDC	Pré-fixado de 12,82% a.a. e 15,95% a.a.	Dezembro/2021 a Novembro/2023	21.982	40.458
Capital de giro	CDI + 3,00% a.a. e 3,00% a.a.	Maio/2019 a Setembro/2021	65.263	97.381
BNDES	Pré-fixado de 3,40% a.a. e 11,40% a.a. E IPCA + 4,30% a.a. TJLP + 5,30% a.a.	Julho/2019 a Abril/2023	29.959	13.578
Total			**118.760**	**155.712**
Circulante			47.876	75.375
Não circulante			71.084	80.337

Os montantes da parcela não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Vencimento:	2018	2017
2019	-	22.677
2020	33.329	27.259
2021	25.891	27.159
2022	8.278	2.388
2023	3.586	1.034
Total	**71.084**	**80.337**

16. Salários, benefícios e encargos sociais: Os saldos das contas de salários e encargos trabalhistas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 são como segue:

	Controladora 2018	Controladora 2017
Salários	2.557	3.040
Encargos trabalhistas	10.692	2.748
Férias	2.379	12.973
Participação nos resultados	3.724	5.660
	19.351	**21.418**

17. Provisões

	Controladora 2018	Controladora 2017
Contingências(a)	15.695	6.880
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro (b)	1.243	1.015
Provisões de recuperação operacional do sistema de aterro (c)	-	-
	16.938	**9.895**

18. Impostos, taxas e contribuições: E composto como segue:

	Controladora 2018	Controladora 2017
ISS	1.433	2.211
PIS	862	1.566
Cofins	4.258	14.326
Imposto de renda fonte	640	421
Parcelamento (a)	9.727	18.651
Outros	2.269	1.173
Total	**19.189**	**38.350**
Circulante	**10.854**	**38.892**
Não circulante	**8.335**	-

19. Patrimônio líquido: a. Capital social: Conforme as Atas de Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 10 de abril de 2018 e 31 de dezembro de 2018, os acionistas decidiram aumentar o capital social da Companhia, passando de R$234.678 para o montante atual de R$252.373, tendo um aumento de R$17.695. A integralização do montante ocorreu através da conversão de crédito mediante a subscrição da diferença celebrada com a Solvi Participações S.A., a conversão de crédito de mútuo por dívida líquida. O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 estava representado por 252.372.189 ações ordinárias nominativas, com valor de R$1,00 cada uma, perfazendo um total de R$252.373 registrado na rubrica "Capital social".

	Controladora 2018	Controladora 2017
20. Receitas	**220.145**	**224.664**
Clientes públicos	27.840	48.438
Clientes privados	**248.985**	**258.392**
Total receita de serviços (a)		
Deduções sobre as vendas		
ISS	(11.932)	(12.199)
PIS	(4.230)	(4.263)
COFINS	(19.485)	(19.638)
ICMS	(42)	69
Total de deduções sobre as vendas	**(35.689)**	**(36.106)**
Receita Líquida	**220.896**	**222.286**

(a) Ao receitas de prestação de serviços são provenientes basicamente de três obrigações de desempenho, conforme descrito na nota explicativa nº 6c: • Coleta de resíduos - 45%; • Limpeza Pública - 39%; e • Destinação final em Aterro - 6%.

	Controladora 2018	Controladora 2017
21. Custos dos serviços prestados		
Salários e encargos	(105.234)	(97.194)
Aluguel	(32.565)	(40.950)
Depreciações	(4.123)	(3.387)
Materiais aplicados nos serviços	(21.731)	(19.051)
Serviços de terceiros (a)	(17.036)	(10.107)
Créditos fiscais	8.356	7.886
Outros custos de produção	(7.006)	(3.120)
Total	**(179.335)**	**(169.623)**

(a) Os principais serviços de terceiros estão relacionados a coleta e transporte de resíduos, destinação de resíduos em aterros sanitários e manutenção dos veículos.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 *(Valores expressos em milhares de reais)*

	Controladora 2018	Controladora 2017
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	4.194	(19.149)
Itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	4.279	3.551
Amortização de goodwill	-	6.701
Baixa de imobilizado e intangível	3.308	245
Equivalência patrimonial	(6.146)	13.355
Equivalência sobre movimentação patrimonial de investida	2.507	-
Perda na venda de investimento	-	2.601
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos, empréstimos, mútuos e debêntures	4.885	5.425
Encargos financeiros e variação monetária sobre obrigações fiscais	-	3.808
Provisão / Reversão de ajustes de inventário	21	(15)
Provisão para urbanização de aterros	228	133
(Reversão) / Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.849	(834)
Provisão para contingências	6.235	5.243
Imposto de renda e contribuição social	(1.254)	3.964
Redução/Aumento nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(16.318)	9.401
Partes relacionadas	32.574	(5.891)
Impostos a recuperar	(2.118)	(753)
Estoques	44	96
Dividendos recebidos	64.725	34.037
Outros créditos	856	3.207
Aporte de numerário em consórcios	(5.394)	(807)
Depósitos judiciais	2.666	(15.642)
Adiantamento a fornecedores	210	(378)
Aumento/Redução nos passivos operacionais:		
Fornecedores	7.858	2.359
Partes relacionadas	9.693	4.922
Salários, provisões e encargos sociais	(2.067)	2.317
Impostos, taxas e contribuições	(11.118)	9.203
Pagamento de contingências	(1.094)	(683)
Adiantamento de clientes	(1.630)	2.932
Outras contas a pagar	19.325	350
Aporte numerário em consórcios	2.000	-
Parcelamentos fiscais	(8.924)	-
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**112.414**	**69.668**
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(251)	(4.339)
Mútuos ativos - recebimento Juros	15.678	1.592
Mútuos passivos - juros pagos	(263)	(714)
Debêntures - juros pagos	(1.251)	(4.556)
Empréstimos e financiamentos - juros

Gaia Agro Securitizadora S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 14.876.090/0001-93 - NIRE: 35.300.418.514

Edital de Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 18ª Emissão da Gaia Agro Securitizadora S.A. ("Emissão")

A Gaia Agro Securitizadora S.A. ("Emissora"), pelo presente edital de convocação, observando o disposto no Termo de Securitização da Emissão, convoca os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Emissão, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA, a se realizar, em primeira convocação, no dia 28 de maio de 2019, às 10 horas na sede da Emissora, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Min. Jesuíno Cardoso, nº 633, 8º andar, CEP 04544-051 para deliberar sobre as demonstrações contábeis do patrimônio separado que foram emitidas sem ressalvas, nos termos da Instrução CVM nº600 de 1º de agosto de 2018. Os Titulares dos CRA que se fizerem representar por procuração devendo entregar o instrumento de mandato com poderes específicos com ao menos 24 horas de antecedência da referida assembleia. Sem prejuízo, em benefício do tempo, os Titulares dos CRA deverão encaminhar os documentos comprobatórios de sua representação para o e-mail gerf.agente@liduciariosf.com.br São Paulo, 29 de abril de 2019. GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A.

Gaia Agro Securitizadora S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 14.876.090/0001-93 - NIRE: 35.300.418.514

Edital de Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª e da 2ª Séries da 17ª Emissão da Gaia Agro Securitizadora S.A. ("Emissão")

A Gaia Agro Securitizadora S.A. ("Emissora"), pelo presente edital de convocação, observando o disposto no Termo de Securitização da Emissão, convoca os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Emissão, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA, a se realizar, em primeira convocação, no dia 28 de maio de 2019, às 10 horas na sede da Emissora, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Min. Jesuíno Cardoso, nº 633, 8º andar, CEP 04544-051 para deliberar sobre as demonstrações contábeis do patrimônio separado que foram emitidas sem ressalvas, nos termos da Instrução CVM nº600 de 1º de agosto de 2018. Os Titulares dos CRA que se fizerem representar por procuração devendo entregar o instrumento de mandato com poderes específicos com ao menos 24 horas de antecedência da referida assembleia. Sem prejuízo, em benefício do tempo, os Titulares dos CRA deverão encaminhar os documentos comprobatórios de sua representação para o e-mail liduciario@liduciariosf.com.br São Paulo, 29 de abril de 2019. GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A.

MRS LOGÍSTICA S/A

AVISO DE LICIÇA

A MRS Logística torna público que recebeu do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), para a atividade de transporte ferroviário, com validade de 8 anos para operação da malha ferroviária concedida à MRS Logística S.A. (Linha Ferrovia do Aço, Linha Centro-Leste, Linha Sudeste e Linha Rio de Janeiro), nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, contemplando a via férrea principal, os pátios de cruzamento, pátios de formação de composições, pontos de carregamento, ramais ferroviários e o transporte de cargas associado.

Yuny Halley Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF n.º 10.426.761/0001-56 - NIRE: 35.300.377.494

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 22/03/2018.

Aos 22/03/19, às 09 h., na sede, com a totalidade **Mesa:** Presidente: Marcos Marcel Tunes e Secretário: Marcelo Maria de Oliveira Tunes. **Deliberações Unânimes:** 1. (i) aprovar a redação do capital social capital social, como consequência de perdas nos termos do artigo 173 da Lei das S.A., dos prejuízos acumulados da Companhia, de acordo com o balanço patrimonial levantado em 31/12/2018, no valor total de R$ 1.500.000,00, com a consolidação de 2.500.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, na proporção da participação que cada acionista detém no capital social; (ii) consignar que em razão da redução de capital prevista no item (i) acima e nos termos do artigo 174 da Lei das S.A., a redução de capital somente será efetivada após decorrido, sem impugnação, o prazo legal de 60 dias para a manifestação dos credores, contando dos publicações exigidas por lei; e (iii) aprovar, a redução da reserva legal da Companhia de R$ 800.000,00, de R$ 300.000,00, de acordo com o limite de 20%, do capital social, conforme disposto no Artigo 193, da Lei das S.A. 2. Em virtude da redução de capital da Companhia aprovada acima, após o decurso do prazo mencionado no item (i) acima, o Artigo 5º do Estatuto Social será alterado e passará a vigorar com a seguinte nova redação: "Artigo 5º - O capital social, totalmente subscrito, é de R$ 1.500.000,00, representado por 2.500.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, e deverá ser totalmente integralizado até 31/12/18, exceto se os acionistas deliberarem em sentido contrário. §1º - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas Assembleias Gerais. §2º - É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Sociedade". 3. Em vista da deliberação tomada acima, as acionistas decidem consolidar o Estatuto Social, que se encontra arquivado na Integra na sede da Companhia. **Nada mais.**

Cadeiras Genraro Ferrante Ltda.

CNPJ nº 60.882.552/0001-00 - NIRE 35.2.0212514

Edital de Convocação para Reunião de Sócios

Cadeiras Genraro Ferrante Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 60.882.552/0001-00, NIRE 35.2.0212514, com sede na Rua Barão de Monte Santo, nº 200 – Mooca – São Paulo/SP – CEP 03123-020, neste ato representada por seu Sócio Administrador, Sr. Renato Ferrante, **convoca**, por meio do presente edital, todos os quotistas a se **reunirem de sócios** que será realizada na filial da sociedade, sita na Rua da Independência, nº 661- Cambuci - São Paulo/SP - CEP 01524-0001, às 11 horas do dia 10.05.2019, com a seguinte ordem do dia: **(i) Ferralizza** e proporcionar 89% do Capital Social, pela **Engeform Participações Ltda**, sucessora da sociedade, dos herdeiros de Martha Ferrante Ferreira (falecida na data de 28/07/2018) apontados nos autos de inventário judicial nº 1028338-94.2018.8.26.0100, em trâmite perante a 3ª Vara de Família e Sucessões do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP; **(ii)** Redução do Capital Social em razão do cancelamento das quotas sociais atribuídas aos herdeiros; **(iii)** Deliberar sobre a Consolidação do Contrato Social em razão dos eventos referidos nos itens precedentes; **(iv)** Aprovar os haveres da sócia falecida que serão calculados com base na última demonstração financeira (balanço) e que serão pagos aos herdeiros na forma estabelecida na cláusula 14º do Contrato Social; e **(v)** Outros assuntos de interesse da sociedade. São Paulo, 30 de abril de 2019. **Cadeiras Genraro Ferrante Ltda.** - Sócio Administrador - **Renato Ferrante**. **(30/04, 01 e 03/05/2019)**

Engeform Engenharia Ltda.

CNP/JMF nº 48.246.920/0001-10 - NIRE 35.216.681.218

Extrato da Ata de Reunião de Sócios Realizada em 30 de Abril de 2019

Data, Hora e Local: 30/04/2019, às 10 horas, na sede social, Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.931, 1º andar, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa: Arnaldo Landi Souza Mello** - Presidente, **Reynaldo Dabus Abucham** - Secretário. **Deliberações:** (**i**) Redução do capital social, por ser excessivo em relação ao seu objeto social, no montante de R$ 129.218.108,00, passando **de** R$ 213.930.136,00 **para** R$ 84.712.028,00, com o cancelamento de 129.218.108 quotas, valor nominal de R$ 1,00 cada uma, e que após a efetivação da redução, será restituído aos sócios: **a) Engeform Participações Ltda**, receberá 90.409.913 quotas representativas de R$ 90.409.913,00; **b) Engeform Desenvolvimento Imobiliário Ltda.**, sede em São Paulo/SP, CNPJ/MF nº 16.604.261/0001-50, JUCESP NIRE 35.226.784.427, no valor de R$ 129.218.102,00 de titularidade da Sociedade; **b) Arnaldo Landi de Souza Mello**, receberá R$ 3,00; **c) Reynaldo Dabus Abucham**, receberá R$ 1,00; **d) Andrea Villac Abucham**, receberá R$ 1,00; e **e) Joana Villac Abucham Ribeiro**, receberá R$ 1,00. **(ii)** autorizar a administração a praticar todas as medidas necessárias, após o que será promovida a alteração do contrato social e posterior arquivamento no JUCESP. **Encerramento:** Nada mais. **Sócios: Arnaldo Landi de Souza Mello, Reynaldo Dabus Abucham, Andrea Villac Abucham, Joana Villac Abucham Ribeiro** e **Engeform Participações Ltda.** *Arnaldo Landi de Souza Mello e Reynaldo Dabus Abucham*

Primera Estacionamentos Ltda.

CNPJ nº 52.024.452/0001-07

Demonstrações Financeiras

Balanço patrimonial (Em reais)	Dez/2018	Dez/2017
Ativo: Circulante	**468.747,60**	531.196,66
Caixa e equivalentes de caixa	60.927,83	167.103,53
Impostos e contribuições a recuperar	381.854,84	353.040,41
Partes relacionadas	20.174,48	-
Outros débitos	5.790,45	11.052,72
Ativo não circulante	**3.587.161,69**	59.358,27
Impostos de renda e contribuição social diferidos	69.537,22	-
Depósitos judiciais	2.921,24	-
Investimentos	3.319.147,35	59.358,27
Imobilizado	175.563,48	-
Intangível	19.992,60	-
Total ativo	**4.055.909,29**	590.554,93
Passivo: Circulante	**116.942,56**	64.136,88
Parcelamentos fiscais	63.210,33	64.136,88
Partes relacionadas	53.732,23	-
Passivo não circulante	**394.380,97**	412.966,08
Parcelamentos fiscais	163.354,47	208.444,86
Provisão para demandas judiciais	231.026,10	204.521,22
Patrimônio líquido	**3.544.586,16**	113.451,97
Capital social	**2.501.000,00**	2.501.000,00
Prejuízos acumulados	**1.043.586,16**	612.451,97
Total do passivo e patrimônio líquido	**4.055.909,29**	590.554,93

Demonstração do resultado (Em reais)	Dez/2018	Dez/2017
Receita líquida dos serviços prestados	-	198.496,44
Custos dos serviços prestados	(26.919,03)	(32.429,52)
(Prejuízo) / Lucro bruto	(26.919,03)	166.066,92
Receita (despesas) operacionais	433.091,21	84.483,47
Gerais e administrativas	(11.621,82)	(374.339,62)
Resultado de equivalência patrimonial	443.908,03	458.823,09
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	937,75	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro	406.172,18	250.550,39
Resultado financeiro	107.628,49	123.197,96
Receitas financeiras	135.230,82	136.829,26
Despesas financeiras	(27.602,33)	(15.631,32)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	513.800,67	373.748,35
Imposto de renda e contribuição social	(82.666,48)	(104.385,15)
Corrente	(152.203,70)	(104.385,15)
Diferido	69.537,22	-
Lucro do exercício	431.134,19	269.363,20

Administração: Emilio Sanches Salgado Junior e Paulo Fernando Zillo

Leandro Domingues Pinheiro
Controller - CRC: 1SP225473-O/8

Associação Educativa Maria Teresa

CNJ.P.J. 61.573.424/0001-30 - Rua Reálgua, 691 Casa Verde, São Paulo SP, CEP: 02517-001

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017 - Consolidado - *(Em Reais)*

Ativo	N.E	2018	2017
Circulante			
Caixa	04	30.533	46.696
Bancos - (Recursos sem Restrição)	04	38.603	9.996
Bancos - (Recursos com Restrição)	4, a	47.981	500
Poupança - (Recursos Restrição)	04, b	87.239	88.439
Aplicações Financeiras -			
Recursos sem Restrição	04	2.995.558	3.575.099
Caixa e Equivalente de Caixa		**3.199.913**	**3.720.727**
Anuidades a receber	05	256.517	781.296
Contas a Receber	05	449.401	337.492
Adiantamento a empregados	06	381.551	264.969
Adiantamento a fornecedores	06	15.376	48.529
Recursos de Parceiras			
em Projetos c/ Restrição	08	2.424.776	-
Despesas Antecipadas	06	5.272	11.578
Demais ativos circulantes	07	20.625	133.252
		6.758.459,85	**5.297.844**
Não Circulante			
Realizável a longo prazo	2.2		
Depósitos para recursos judiciais		408.297	327.293
Contas a receber		-	10.200
Investimentos	2.3	10.297	10.200
		418.594	**347.693**
Imobilizado sem Restrição	09	13.051.049	12.993.663
Imobilizado com Restrição	09	46.225	53.376
Intangível	09	79.651	24.813
		13.176.725	**13.170.850**
Total do ativo		**20.353.558**	**18.807.388**

Passivo	N.E	2018	2017
Circulante			
Obrigações Trabalhistas,			
Previdenciárias e Tributárias	11	298.849	126.346
Provisões		495.759	372.519
Contas a Pagar	12	222.437	245.210
Adiantamento de Clientes	12	441.679	437.173
Recursos de Parceiras			
em Projetos c/ Restrição	08	2.395.886	56.090
Demais passivos circulantes		147.692	62.324
		4.002.548	**1.313.661**
Não Circulante			
Provisões Contingenciais	13	19.967	19.967
Subvenções a Incorrer c/ Restrição	14	66.068	53.933
		86.035	**73.200**
Patrimônio Líquido			
Patrimônio social	2.8	17.504.414	17.360.425
Superávit (déficit) dos exercícios	2.8	(1.219.082)	143.989
Ajuste de Exercícios Anteriores		-	-
		16.285.332	**17.504.414**
Total do passivo e patrimônio social		**20.353.558**	**18.891.385**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Nota 01 - Contexto Operacional: A Associação Educativa Maria Teresa, fundada em 13 de outubro de 1943, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, com seus atos constitutivos registrados no Cartório de Registros Especiais de títulos e documentos, no livro nº A 1, sob nº 427, inscrito no CNPJ sob nº 61.573.424/0001-30 é uma associação civil, com personalidade Jurídica de Direito Privado, de caráter educacional, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, tendo como atividade preponderante educação, com sede nº foro na Rua Reálgua, nº 691, Bairro Casa Verde, em São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. A Associação Educativa Maria Teresa tem por finalidade promover: -Oferecer e desenvolver a educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; -Possibilitar o acesso ao ensino privado, assegurando que a educação seja prestada de maneira satisfatória para garantir desenvolvimento pessoal e profissional, preparo para formar indivíduos capazes de ter autonomia intelectual e moral; - Buscar e oferecer desenvolvimento pessoal e ser preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho, proporcionando o crescimento da sociedade e integração do indivíduo nos aspectos político cultural e profissional, tendo como meio o ensino, a educação religiosa, moral e cívica; -Oferecer desenvolver a educação superior de acordo com os princípios contidos na Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); -Promover congressos, cursos, palestras, seminários, simpósios e conferências sobre temas sociais, humanos, culturais, científicos, econômicos, políticos e religiosos relevantes para seus destinatários e existidos e ao país; -Promover ações de defesa e promoção de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos; -Promover ações de proteção e de promoção da família; -Apoiar instituições beneficentes com objetivos congêneres ou afins, através de parcerias, promovendo atividades conjuntas e mantendo intercâmbios educacionais, culturais, assistenciais, beneficentes e informativos; - Amparar e assistir pessoas socialmente excluídas e/ou com vulnerabilidade social; - Promover ações beneficentes, filantrópicas no atendimento de seus assistidos e destinatários, na promoção da coletividade, do bem comum, no interesse social, com a possibilidade de prestação de ajuda em caso de calamidades públicas. **Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** Na elaboração das demonstrações contábeis de 2018, a Entidade adotou a Lei 11.638/2007, a Lei 11.941/09 e alterações no artigo 3 da 6.404/76 e os pronunciados aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. Essas demonstrações foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC nº 1.374/11 (NBC TG), que aprovou a Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC Nº 1.150/2009 (NBC TG), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC nº 1.305/2010, que aprovou a NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC Nº1.409/12 que aprovou a ITG 2002, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registro dos contratos e/ou parcerias e/ou parceiros e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros. A Entidade mantem um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contem o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e atos praticados de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, obedecem por disposições legais e estatutárias serão transcritas no "Escrituração Contábil Digital -ECD", e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. A documentação contábil da Entidade apresenta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças que apoiam ou comprovem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantem ordem a documentação contábil. **Nota 2.1 - Principais práticas Adotadas: a) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Conforme determina a Resolução CFC Nº 1.296/10 (NBC TG 03) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e Resolução do CFC Nº 1.185/2009 (NBC TG 26) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancaria, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata (de 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. **b) Aplicações de liquidez imediata:** As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais acrescidos dos rendimentos pro-rata até a data do balanço. **c) Ativos e passivos circulantes:** os ativos e passivos circulantes estão sendo demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os ativos e passivos circulantes são registrados com base em taxas e juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. **d) Investimentos:** Os investimentos estão contabilizados pelo valor original, acrescido dos custos, atualizados, quando aplicável, até o encerramento do exercício. **e) Imobilizado:** Os itens do imobilizado foram avaliados ao valor justo em exercícios anteriores e as aquisições posteriores ou construções estão contabilizados pelo seu valor de aquisição, deduzida a depreciação. Outros gastos são capitalizados apenas quando ha aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro gasto é reconhecido como despesa quando incorrido. **f) Intangível:** Os ativos intangíveis são registrados pelo custo de aquisição deduzida da amortização. **g) Depreciações e Amortizações:** foram calculadas e estão sendo apresentadas pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota 09, levando em consideração a vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC Nº 1.177/09 (NBC TG 27). **h) Provisão para férias e encargos:** As férias, bem como encargos, foram provisionadas com base em cálculos dos benefícios ao empregado até a data do balanço; **i) As receitas e as despesas:** Foram apropriados pelo regime de competência. As receitas e as despesas são reconhecidas, respeitando as normas contábeis. **j) Apuração do resultado:** O resultado foi apurado segundo o regime de competência. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações foram reconhecidos. **k) Preços:** os ativos realizáveis e os passivos exigíveis, até o encerramento do exercício seguinte, são classificados como circulante. Os valores exigíveis após o exercício seguinte foram classificados como longo prazo. **l) Receitas e contribuições de terceiros:** A entidade, no exercício de 2018 e 2017, não recebe doações. Recebeu apenas doações de Pessoas Físicas e Jurídicas específica. **m) Provisão:** Uma provisão é contabilizada no balanço, quando possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico, seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **n) Subvenções Governamentais:** A entidade recebeu, no período, valores do Poder Público Municipal pal de São Paulo que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pre-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta contas de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. A Entidade segue a contabilização de suas subvenções governamentais, atendo a NBC TG 07 que em seu texto item 12 relata que uma subvenção governamental deve ser reconhecida como receita no período em que ocorrer, sendo que a despesa que pretende compensar, em base sistemática. **Nota 2.2 - Ativo Não Circulante (Realizável a Longo Prazo):** Os saldos apresentados nesta conta estão de atualizados até a data do balanço e referem-se a depósitos judiciais e créditos junto diversas pessoas jurídicas, com prestação de serviços realizado período superior a doze (12) meses. **Nota 2.3 - Ativo Não Circulante (Investimentos):** Os saldos apresentados nesta conta referem-se a ações de telefonia e está totalmente sentada pelo valor original. **Nota 2.4 - Ativo Não Circulante (Imobilizado):** Composto dos bens adquiridos com recursos próprios e com recursos repassados pela Prefeitura Municipal de São Paulo, no período 09, registrados ao custo histórico mas as aplicações e baixas ocorridas até a data do balanço, sendo depreciado pelo método linear com base no prazo de vida útil estimado dos bens. **Nota 2.5 - Ativo Não Circulante (Intangível):** Os bens comprometidos do ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição, deduzida a devida amortização. Abaixo demonstramos os valores e variações ocorridas no exercício de 2018. **Nota 2.6 - Ativo Circulante e Não Circulante (Passivo Circulante):** As obrigações foram computadas nos prazos e as provisionadas estão representadas pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor de obrigações trabalhistas, empregados, tributárias, fornecedores e outras obrigações decorrentes de a provisões sociais. **Nota 2.7 - Provisão de Passivos Contingentes:** Em atendimento a Resolução CFC 1.180/09 a administração da Entidade constitui provisão vinda para cobrir eventuais ações judiciais na esfera trabalhista conforme orientação jurídica. **Nota 2.8 - Patrimônio Líquido:** Representado pelos valores dos superávits e déficits, Ajustes de Exercícios Anteriores, para atender diferentes fins específicos e/ou regimentos e/ou normas contábeis. O Superávit do exercício será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com a exigências Legais, estatutárias e de acordo com a Resolução CFC Nº 1.409/2011, que aprovou a ITG 2002 em especial o item 15 que prescreve o valor do superávit do período deve ser incorporado ao Patrimônio Social. O superavit, ou parte de que tenha participação patrimonial, deve ser reconhecido como receita no período de ocorrência do fato. Ajustes de Exercícios Anteriores, para atender diferentes fins específicos e/ou regimentos e/ou normas contábeis. O Superávit do exercício será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com a exigências Legais, estatutárias e de acordo com a Resolução CFC Nº 1.409/2011, que aprovou a ITG 2002 em especial o item 15 que prescreve o valor do superávit do período deve ser incorporado ao Patrimônio Social. O superavit, ou parte de que tenha participação patrimonial, deve ser reconhecido como receita no período de ocorrência do fato. Ajustes de Exercícios Anteriores, para atender diferentes fins específicos e/ou regimentos e/ou normas contábeis. **Nota 2.9 - Resultado do Exercício:** O superávit/déficit do exercício de 2017 foi e de 2018 foi e será depois pela conta patrimônio social em conformidade com a exigências legais, estatutárias e de acordo com a resolução 1.409/2012 que

Demonstrações de Superávit (Déficit) Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 - Consolidado - (Em Reais)

Atividades educacionais	N.E	2018	2017
Receitas operacionais			
Sem Restrição			
Anuidades Escolares	15	11.096.076	11.407.581
(-) Bolsas de Estudo Integrais			
e Parciais de 10% Lei 12.101/2009	15	(138.836)	(126.192)
(-) Bolsas de Estudo Integrais			
e Parciais de 10% Lei 12.101/2009	15	(67.474)	(99.425)
(-) Descontos e Abatimentos			
em Atividades Educacionais	15	(448.313)	(516.380)
(-) Devolução de Anuidades	15	(118.102)	(8.256)
Total da Receita Líquida		**10.428.303**	**10.659.327**
Custos Imóveis e prestação			
de serviços escolares	15	1.093.361	1.060.961
Receitas gerais	15	203.857	324.007
Receitas com Donativos em Geral	15	68.979	60.880
Atividades Sustentáveis	15	361.177	329.841
Com Restrição			
Auxílios, Subvenções e Convênios Públicos	15	2.354.649	2.227.212
Total da Receita		**14.510.327**	**14.073.616**
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal		(5.445.183)	(6.614.740)
Despesas administrativas e gerais		(5.880.554)	(4.058.026)
Despesas com Depreciações e Amortizações		(322.371)	(348.461)
Despesas fiscais, tributárias e contribuições		(13.278)	(8.384)
Despesas com Atividades Sustentáveis		(756.021)	(832.997)
Custo de Atendimento Gratuito		(2.407.088)	(2.174.340)
Total das Despesas		**(14.824.477)**	**(14.034.948)**
Superávit/Déficit Exercício Líquido			
Receita Financeira		246.806	462.976
(-) Despesas Financeiras		(1.151.738)	(852.612)
(-) Resultado Financeiro Líquido		**(904.933)**	**(494.076)**
Superávit (déficit) dos exercícios		**(1.219.082)**	**143.989**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 - Consolidado - (Em Reais)

	Patrimônio social	Ajuste de Exercícios Anteriores	Superávit Exercício	Total Patrimônio
Saldo em 31/12/16	**17.111.198**	**6.058**	**243.172**	**17.360.425**
Incorporação à conta				
patrimônio social	259.362	(16.190)	(243.172)	
Ajuste de Exercícios Anteriores -				
Superávit do Exercício	-	-	143.989	**143.989**
Saldo em 31/12/17	**17.370.537**	**(10.132)**	**143.989**	**17.504.414**
Incorporação à conta	143.989	-	(143.989)	
patrimônio social				
Ajuste de Exercícios Anteriores -				
Superávit do Exercício	-	-	(1.219.082)	**(1.219.082)**
Saldo em 31/12/18	**17.514.526**	**(10.132)**	**(1.219.082)**	**16.285.332**

Todos os interesses com outras pessoas, sendo adultos ou crianças, a **3 Critérios de Acesso à Bolsa de Estudo:** Pessoas que não tem a cultura e nem de educação e ensino, perfil sociocomércio renda familiar per capita que não exceda um e meio salário mínimo, para concessão das bolsas de estudo integras (100%) e residir próximo ao estabelecimento de Educação. b) A Associação Educativa Maria Teresa é uma entidade sem fins lucrativos. **4 Descrição do Convênio:** O Convênio destina-se ao atendimento às crianças, segundo as diretrizes técnicas da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, do com o Plano de Trabalho aprovado pela Diretoria Regional de Educação. O presente convênio vigorará a partir de 01/01/2018, pelo prazo inicial de 12 meses, admitindo sua prorrogação por igual período, mediante Termo de Aditamento. a.2 **Perfil dos Alunos Bolsistas:** Todos os alunos são encaminhados pela Prefeitura Municipal de São Paulo. Pesta-se um cadastro e me diante a disponibilidade de vaga (desistência) a criança é encaminhada para atendimento a Associação Educativa Maria Teresa. Após a efetivação da matrícula a criança, vive proporcionar condições adequadas de desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social da criança, promovendo a ampliação de suas experiências e conhecimentos, estimulando seu interesse pelo processo de aprendizagem e ampliando seu universo de relações sociais. Segundo o Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil - RCNEI a criança, como sujeito histórico e de direitos que constrói sua identidade pertencendo a um grupo familiar, inserida em uma sociedade, e profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, tendo na família biológica ou não um ponto de referência e vínculos afetivos e de pertencimento. Ao ingressar nesse contexto de interações sociais. **Critérios de Acesso à Bolsa de Estudo:** Idade compatível com o nível e meio de educação e ensino, perfil sociocomércio renda familiar per capita que não exceda um e meio salário mínimo, para concessão das bolsas de estudo integras (100%) e residir próximo ao estabelecimento de Educação.

Demonstrações do Fluxos de Caixa - Método Indireto
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - (Em Reais)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2018	2017
Superávit (déficit) dos Exercícios	(1.219.082)	143.989
Ajuste por:		
Depreciação e amortização	322.371	348.461
Aumento Redução da PCLD	147.878	98.002
Resultado líquido Ajustado	**(748.833)**	**590.510**
1- (Aumento) / Redução do Ativo		
(Aumento) - Redução em anuidades a receber	524.779	(28.248)
(Aumento) - Redução em contas a receber	(111.909)	25.288
(Aumento) - Redução em adiantamento a empregados	(116.982)	(81)
(Aumento) - Redução em adiantamento a fornecedores	33.153	(21.858)
(Aumento) - Redução em recursos		
de parceria em projetos	(2.424.776)	2.237.829
(Aumento) - Redução em despesas antecipadas	6.307	(2.824)
(Aumento) Redução em demais ativos circulantes	107.427	(111.339)
2- (Aumento) / Redução do Passivo		
para recursos judiciais	(81.004)	42.566
(Aumento) - Redução em demais ativos não circulantes	50.409.913	(50.409.913)
= Total (Aumento) / Redução do Ativo Circulante	**1.977.605**	**2.014.611**
3- (Aumento / (Redução) do Passivo		
Aumento - (Redução) em obrigações		
trabalhistas, previdenciárias e tributárias	172.503	2.239
Aumento - (Redução) em provisões	123.240	(190.556)
Aumento - (Redução) em contas a fluxos a pagar	123.183	112.084
Aumento - Redução) em adiantamento de clientes	4.506	87.428
Aumento (Redução)subvenção a incorrer c/restrição	2.339.796	(2.039.848)
Aumento - (Redução) em demais passivos circulantes	2.935	(17.124)
Aumento (Redução) de mais passivos não circulantes	(7.151)	(7.151)
= Total Aumento/Redução Passivo Circulante	**2.581.767**	**(2.152.218)**
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	**(44.691)**	**451.903**
3- Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de Imobilizado / Intangível	(476.123)	(1.366.248)
=Total Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(476.123)	(1.366.248)
D = 2 + 3) Variação líquida		
e Equivalentes de Caixa	**(520.814)**	**(914.345)**
Demonstração da Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	3.720.727	4.635.069
No fim do exercício	3.199.913	3.720.727
Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(520.814)**	**(914.342)**

Demonstração do Valor Adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 - Consolidado - (Em Reais)

Descrição	2018	2017
1 - Receita	**15.019.231**	**15.333.309**
1.1 Anuidades Escolares	11.096.076	11.407.581
1.2) Outras Receitas	4.082.024	4.013.687
1.2) Prestação por conta de Terceiros		
(Dividoa - Reversão / Constituição)	(147.878)	(98.008)
Superávit do Exercício	**(1.219.082)**	**(1.219.082)**
1) Materiais, energia, serviços de terceiros	(10.715.290)	(8.672.611)
2- Valor Adicionado Bruto - 2) - 2)	**4.314.941**	**6.661.698**
4- Depreciação, Amortização e Exaustão	**(322.371)**	**(348.461)**
5- Valor Adicionado Líquido		
Produzido Entidade (3 - 4)	**3.992.554**	**6.302.137**
6-Valor Adicionado Recebido em Transferência	**246.806**	**462.976**
6.1) Receitas Financeiras	246.806	462.976
7- Valor Adicionado Total a Distribuir (5 + 6)	**4.239.360**	**6.765.113**
8- Distribuição do Valor Adicionado	**4.239.360**	**6.765.113**
8.1)Remuneração do Trabalho(pessoal e encargos)	5.445.183	6.614.740
8.2)Remuneração do governo		
(impostos, taxas e contribuições)	13.259	6.384
8.3) Remuneração do capital de terceiros		
8.4) Remuneração do capital próprio do Exercício	(1.219.082)	143.989

atualizadas; 7. Outros créditos correntes no Plano de Atendimento da Entidade que se refere no item 3.1 do part. 30 do Decreto nº 9.580/2018

nexa

Votorantim Investimentos Latino-Americanos S.A.

CNPJ/MF nº 06.276.938/0001-15

Demonstrações Financeiras **2018**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - VOTORANTIM INVESTIMENTOS LATINO-AMERICANOS S.A.

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, compostas pelo Balanço patrimonial e Demonstração do resultado. Queremos agradecer aos nossos clientes, fornecedores e prestadores de serviços, pelo apoio e cooperação e a confiança em nós depositada, e em especial aos nossos colaboradores, pelo empenho apresentado.

São Paulo, 30 de abril de 2019. **A Diretoria**

Balanço patrimonial - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Ativo	2018	2017
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	107	4
Imposto de renda e Contribuição social	89	4
Dividendos a receber	663	–
	859	8
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Imposto de renda e Contribuição social	18.730	18.051
	18.730	18.051
Investimentos	3.147.298	4.914.812
	3.166.028	4.932.863
Total do ativo	3.166.887	4.932.871

Passivo e patrimônio líquido	2018	2017
Circulante		
Tributos a recolher	12	12
	12	12
Não circulante		
Partes relacionadas	118.130	105.118
Provisões	574	551
Dividendos a pagar	29.739	29.739
	148.443	135.408
Total do passivo	148.455	135.420
Patrimônio líquido		
Capital social	1.375.993	3.813.675
Ágio em transações de capital	(1.151.585)	(1.157.720)
Prejuízos acumulados	(351.933)	(336.190)
Ajustes de avaliação patrimonial	3.145.945	2.477.686
	3.018.420	4.797.451
Total do passivo e patrimônio líquido	3.166.887	4.932.871

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2018	2017
Despesas operacionais		
Outras receitas (despesas), líquidas	(4)	–
Lucro(prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	(4)	–
Resultado de participações societárias		
Equivalência patrimonial	1.078	(317)
	1.078	(317)
Resultado financeiro líquido		
Receitas financeiras	775	1.263
Despesas financeiras	(9.033)	(98)
	(8.258)	1.165
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(7.184)	848
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(8.559)	(263)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(15.743)	585
Quantidade média ponderada de ações - milhares	573	1.083
Lucro líquido básico e diluído por ação (em reais)	(30,10)	0,54

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Contador

Paulo Cesar Santos - CRC 1PR024439/O "S" SP

As demonstrações financeiras completas foram publicadas no "Diário Oficial Estado de São Paulo em 30 de abril de 2019".

Jornal O DIA SP

Ligue:
3258-1822
3258-0273

e-mail:
jornalodiasp@terra.com.br

EDITAL DE PROCLAMAS

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
29º SUBDISTRITO SANTO AMARO
OFICIAL - MARCO ANTONIO CORREA MONTEIRO
Faz saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos por lei:

CARLOS BOTELHO LOPES, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO MOTORISTA, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (25/10/1983), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE CARLOS ANTONIO LOPES E DE MARIA APARECIDA DA SILVA BOTELHO LOPES. **ENEIDE FERREIRA DOS SANTOS,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO CABELEIREIRA, NASCIDA EM ICARAÍ DE MINAS, MG NO DIA (25/07/1981), RESIDENTE E DOMICILIADA SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOAQUIM LOPES DOS SANTOS E DE JOAQUINA FERREIRA DOS SANTOS.

WAGNER DOS SANTOS SOUZA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO EMPRESÁRIO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (21/06/1985), RESIDENTE E DOMICILIADO SÃO PAULO, SP, FILHO DE PEDRO MAURILIO DE SOUZA E DE ALICE MARIA DOS SANTOS. **YARA FERREIRA DE SOUZA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO EMPRESÁRIA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (10/02/1991), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE IVANO REZENDE DE SOUZA E DE CILENE FERREIRA DE JESUS SOUZA.

THIAGO LUIZ DE CAMARGO COSTA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO PASTOR, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (21/04/1985), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDUSTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE ANTONIO JOSÉ DA COSTA NETO E DE APARECIDA INÊS DE CAMARGO COSTA. **GIULIANA MOCHON DE OLIVEIRA SILVA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO PROFESSORA AUTÔNOMA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (19/08/1995), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE PAULO EDUARDO SILVERIO DA SILVA E DE MARGARETH MOCHON DE OLIVEIRA SILVA.

FRANCISCO FAGNER BEZERRA LOPES PAIVA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO SEGURANÇA, NASCIDO EM RIO DE JANEIRO, RJ NO DIA (19/06/1988), RESIDENTE E DOMICILIADO TABOÃO DA SERRA, SP, FILHO DE FRANCISCO SILVERIO LOPES DE PAIVA E DE JURACI BEZERRA DE PAIVA. **THAIS MARQUES DO NASCIMENTO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ANALISTA DE NEGÓCIOS, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (24/10/1992), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOSÉ TADEU DO NASCIMENTO E DE VERONIDE MARQUES DOS SANTOS NASCIMENTO.

FILIPE AUGUSTO ROCHA PEGAS SILVA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ADMINISTRADOR, NASCIDO EM CURITIBA, PR NO DIA (09/05/1983), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE APOLO SILVA E DE AGLAER ROCHA SILVA. **PATRICIA OLIVEIRA GARCIA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ADMINISTRADORA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (06/02/1974), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE EDISON AUGUSTO GARCIA E DE NEIDE DE OLIVEIRA GARCIA.

MACIMÉRIO DOS SANTOS QUEIROZ, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO PASTOR EVANGÉLICO, NASCIDO EM TRIUNFO, PE NO DIA (19/09/1986), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE ELIAS BARBOSA DE QUEIROZ E DE MARIA EURÍDICE DOS SANTOS QUEIROZ. **ALECXANDRA MARINA DA SILVA,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO ENCARREGADA, NASCIDA EM QUIPAPÁ, PE NO DIA (08/07/1984), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE BRASILIANO BELARMINO DA SILVA E DE MARINA SOARES DA SILVA.

ROGERIO DA CONCEIÇÃO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO PINTOR, NASCIDO EM ITAPARICA, BAN O DIA (21/11/1985), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE CATARINA DA CONCEIÇÃO. **SUELI SANTOS DE SOUZA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, NASCIDA EM SALVADOR, BA NO DIA (22/05/1981), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOSÉ RAIMUNDO MATOS DE SOUZA E DE ELIETE CONCEIÇÃO MATOS DOS SANTOS.

ADELSON RODRIGUES DOS SANTOS, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO AGRICULTOR, NASCIDO EM SANTANA DO IPANEMA, AL NO DIA (16/10/1986), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE FRANCISCO RODRIGUES DOS SANTOS E DE MARIA DO SOCORRO DOS SANTOS. **CLEIDE RODRIGUES MELO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO AGRICULTORA, NASCIDA EM OLIVENÇA, AL NO DIA (11/09/1990), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE MANOEL MESSIAS RODRIGUES MELO E DE MARIA JOSÉ RODRIGUES DOS PRAZERES MELO.

JOSE IGINO FERNANDES, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO APOSENTADO, NASCIDO EM PIRANGA, MG NO DIA (15/01/1954), RESIDENTE E DOMICILIADO EMBU DAS ARTES, SP, FILHO DE ANTONIO FERNANDES E DE GERALDA THIMOTIO SANTANA. **ANTONIA DOS SANTOS,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO CUIDADORA, NASCIDA EM COLATINA, ES NO DIA (22/11/1964), RESIDENTE E DOMICILIADA, NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOSÉ NOGUEIRA DOS SANTOS E DE MARIA IZIDORIA PIMENTA DOS SANTOS.

BRUNO ALVES CORRÉA JUNIOR, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO CONSULTOR, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (27/01/1987), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE BRUNO ALVES CORRÉA E DE CONCEIÇÃO APARECIDA SALGADO CORRÉA. **GRACIELA DUARTE,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO PROMOTORA, NASCIDA EM FRANCO DA ROCHA, SP NO DIA(04/03/1983), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE MARIA DAS GRAÇAS DUARTE.

RENAN TAVARES DOS SANTOS MARTINS, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ANALISTA DE SISTEMAS, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (20/01/1992), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE WAGNER TAVARES MARTINS E DE CLEUSA ROCHA DOS SANTOS MARTINS. **SAMANTHA TEIXEIRA DE OLIVEIRA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO GERENTE DE PROJETOS, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (10/05/1990), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE MARCOS SANTOS DE OLIVEIRA E DE ELIZABETH DAS GRAÇAS TEIXEIRA.

IZAIAS SOARES DE OLIVEIRA, ESTADO CIVIL VIÚVO, PROFISSÃO PEDREIRO, NASCIDO EM NO DISTRITO DE NOVA ALIANÇA, MUNICÍPIO DE POTÉ, MG NO DIA (19/08/1940), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOÃO SOARES DE DE OLIVEIRA E DE MARIA DA COSTA OLIVEIRA. **GERALDA DA SILVA MADEIRA,** ESTADO CIVIL VIÚVA, PROFISSÃO DO LAR, NASCIDA EM SANTANA DO PARAIZO, MG NO DIA (19/03/1949), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE BENEDITO MARIANO DE LIMA E DE MARIA ESTEVAM DAMACENO.

FELIPE KURY, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO ENGENHEIRO, NASCIDO EM BRASILIA, DF NO DIA (14/06/1965), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE SAMIR KURY E DE LUCIA MARIA CESAR PINHEIRO. **ANDRÉA GONZALES CASTILHO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO GERENTE DE VENDAS, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (05/10/1976), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE JULIO CASTILHO E DE ANTONIA BEATRIZ GONZALES CASTILHO.

JONATAS OLIVEIRA ALVES, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO COZINHEIRO, NASCIDO EM DIADEMA, SP NO DIA (06/12/1994), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOELALVES E DE KATIA APARECIDA DE OLIVEIRA ALVES. **CARLA JULIO OLIVEIRA CARIOLANO DA SILVA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO AUXILIAR DE LIMPEZA, NASCIDA EM PALMARES, PE NO DIA (31/01/1998), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOSÉ CARLOS CARIOLANO DA SILVA E DE VALDENICE OLIVEIRA DA HORA.

DANTE PEDROSA RIBEIRO NOZNICA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO EMPRESÁRIO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (05/05/1987), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE CARLOS NOZNICA E DE LUIZA MARIA PEDROSA RIBEIRO NOZNICA. **RAPHAELLA DOS SANTOS FARIAS,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ADMINISTRADORA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (05/01/1995), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE MOACIR FARIAS E DE GILDALVA DOS SANTOS FARIAS.

ADJIAM DE QUEIROZ CARVALHO, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO MECANICO, NASCIDO EM RECIFE, PE NO DIA (31/12/1974), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE UBIRAJARA CARVALHO DA SILVA E DE ALCIMAR DE QUEIROZ CARVALHO. **ALEXSANDRA ANUNCIADA DA SILVA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO CABELEIREIRA, NASCIDA EM PAULISTA, PE NO DIA (15/02/1974), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE SEVERINO SALVIANO DA SILVA E DE CARLICINAA ANUNCIADA DA SILVA.

WAGNER SILVA DE OLIVEIRA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ELETRICISTA, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (14/07/1993), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE VIDEVALDO GOMES DE OLIVEIRA E DE MARINALVA MARIA DA SILVA. **GABRIELA LETICIA DE ARAUJO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO AUXILIAR DE COMPRAS, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (10/04/1993), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE ALESSANDRA REGINA DE ARAUJO.

JOSÉ AILTON PAULINO DA SILVA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO AJUDANTE DE COZINHA, NASCIDO EM SOLANEA, PB NO DIA (09/02/1985), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOSÉ PAULINO DA SILVA E DE MARIA FIRMINO DA SILVA. **ELIANE PEREIRA DE LIMA,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, NASCIDA EM CATENDE, PE NO DIA (08/07/1975), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE FRANCISCO PEREIRA DE LIMA E DE MARLUCE MARIA DA SILVA.

REGINO PEREIRA GOMES, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO GARÇOM, NASCIDO EM CARNAUBAL, CE NO DIA (20/08/1978), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE ANTONIO FERREIRA GOMES E DE TEREZINHA PEREIRA VIANA. **JANE MARK DE ARAÚJO BRITO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO GARÇANETE, NASCIDA EM PEDRO II, PI NO DIA (10/09/1982), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE LUIZ MENDES DE ARAÚJO E DE MARIA DE ARAUJO BRITO MENDES.

JOÃO DA CRUZ HOMEM NETO, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO EMPRESÁRIO, NASCIDO EM BELO HORIZONTE, MG NO DIA (05/02/1979), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOÃO CARLOS CRUZ HOMEM E DE MARILENE DE MOURA CRUZ HOMEM. **ADRIANA SOUZA ZUCATELLI,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO FOTÓGRAFA, NASCIDA EM RONDON DO PARÁ, PA NO DIA (07/03/1982), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE VANDERLI ZUCATELLI E DE ROSE MERE SOUZA ZUCATELLI.

RODRIGO FIRMINO DA SILVA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO PORTEIRO, NASCIDO EM FEIRA DE SANTANA, BA NO DIA (12/04/1983), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE MARIA DAS GRAÇAS FIRMINO DA SILVA. **LEANDRA CLAUDIO DA COSTA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO DO LAR, NASCIDA EM NOVA CRUZ, RN NO DIA (11/10/1984), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE LUIS BARBOSA DA COSTA E DE MARIA LUCIA CLAUDIO DA COSTA.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da Lei - Editais afixados em cartório

ROBERTO CARLOS DE GODOY NEGRETTE, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO COMERCIANTE, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (29/08/1970), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE ERALDO NEGRETTE E DE LUIZA DE GODOY NEGRETTE. **VIVIANE FARIA DE MIRANDA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO PROFESSORA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE SEIEI OKAMA E DE MITSUKO OKAWA. **CATIA DO PRADO BORGES,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO DO LAR, NASCIDA EM HIDROLÂNDIA, GO NO DIA (27/03/1972), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE MANOEL BORGES E DE ERIZONIA DO PRADO BORGES.

ANDERSON LUCIO ANJOS SANTOS, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ANALISTA DE SISTEMAS, NASCIDO EM RIO DE JANEIRO, RJ NO DIA (30/04/1983), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE TADEU LUCIO SANTOS E DE MARILENE ANJOS SANTOS. **CAMILA OSHIRO POLA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO PEDAGOGA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (28/03/1985), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE NELSON POLA E DE MADALENA YOSHICO OSHIRO POLA.

NATANAEL SILVA DE PAULA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO AJUDANTE DE MONTADOR DE ANDAIME, NASCIDO EM TEFÉ, AM NO DIA (03/06/1987), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOSÉ FERREIRA DE PAULA E DE MARIA SILVA DE PAULA. **MIRIAM CÂNDIDO DA SILVA,** ESTADO CIVIL VIÚVA, PROFISSÃO DOMÉSTICA, NASCIDA EM ITABAIANA, PB NO DIA (16/05/1974), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOSÉ CÂNDIDO DA SILVA E DE TERESA MARIA DA SILVA.

MATEUS NAPOLI ALMEIDA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO VENDEDOR, NASCIDO EM GUARULHOS, SP NO DIA (11/09/1995), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE GILDAZO FERNANDES DE ALMEIDA E DE ELVIRA MARIA NAPOLI. **MARCELLA DELAGATTI BERTO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO EMPRESÁRIA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (31/08/1994), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE NILSON ANTONIO BENTO E DE SILVANA DELAGATTI.

LUIZ CARLOS PESTANA, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO EMPRESÁRIO, NASCIDO EM RIO CLARO, SP NO DIA (17/03/1959), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE ANTONIO NETO PESTANA E DE ROSA DOS SANTOS PESTANA. **PRISCILA SAMPAIO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO EMPRESÁRIA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (05/07/1981), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOSÉ IRALDO PAIXÃO E DE MARILDA ISRAEL SAMPAIO.

ARNALDO JOSÉ DOS SANTOS, ESTADO CIVIL VIÚVO, PROFISSÃO EMPRESÁRIO, NASCIDO EM JUREMA, PE NO DIA (30/10/1966), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOSÉ MANOEL DOS SANTOS E DE MARIA DOS SANTOS. **ANA CLAUDIA MARIA MARIA DA SILVA,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO CABELEIREIRA, NASCIDA EM SÃO JOAQUIM DO MONTE, PE NO DIA (15/05/1981), RESIDENTE E DOMICILIADA SÃO BERNARDO DO CAMPO, SP, FILHA DE JOÃO BERNARDINO DA SILVA E DE MARIA ANA DA SILVA.

EVANDRO SANTOS SILVA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO MOTORISTA, NASCIDO EM GRAÇAÚ, MA NO DIA (02/02/1989), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE GERALDO MAGELA ALVES SILVA E DE MÍRIAN CLEIDE DOS SANTOS SILVA. **THALITA PINHEIRO FONSECA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO OPERADORA DE TELEMARKETING, NASCIDA EM PEDRO CANÁRIO, ES NO DIA (22/07/1994), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE LOUZIVAL FONSECA DA CONCEIÇÃO E DE EDILEIA PINHEIRO DOS SANTOS.

FRANCISNEI SANTOS BRITO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO PORTEIRO, NASCIDO EM JEGUIÉ, BA NO DIA (17/04/1978), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE DALVA SANTOS BRITO. **LUCIENE MENDES FERNANDES,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO DIARISTA, NASCIDA EM TEÓFILO OTONI, MG NO DIA (20/07/1980), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE SINVALDO PEREIRA FERNANDES E DE LAURINDA MENDES FERNANDES.

WARLEY FERNANDES DE SOUZA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO PEDREIRO, NASCIDO EM TEÓFILO OTONI, MG NO DIA (17/02/1996), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE MARIO ALVES DE SOUZA JUNIOR E DE ROSÂNGELA FERNANDES SILVA SOUZA. **JÉSSICA MENDES DA SILVA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO BALCONISTA, NASCIDA EM TEÓFILO OTONI, MG NO DIA (04/05/1990), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE SILVANO NEVES DA SILVA E DE MARIA HELENA MENDES FERNANDES.

PETTERSON DOS SANTOS SOUSA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO METALÚRGICO, NASCIDO EM DIADEMA, SP NO DIA (10/01/1996), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOSÉ ALVES DE SOUSA FILHO E DE ELISANEIDE FERREIRA DOS SANTOS. **JAQUELINE DA SILVA SANTOS,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO AUXILIAR ADMINISTRATIVO, NASCIDA EM SANTA LUZ, BA NO DIA (07/03/1995), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE EGIVALDO OLIVEIRA DOS SANTOS E DE RENILDA DA SILVA SANTOS.

EDSON ANTONIO MARQUES JUNIOR, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ANALISTA DE SISTEMAS, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (28/11/1991), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE EDSON ANTONIO MARQUES E DE DEZAIA DA VINHA GALVÃO MARQUES. **TATIANA BITENCOURT LOPES,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO AUXILIAR ADMINISTRATIVO, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (21/07/1992), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE GILMAR LORDELO LOPES E DE ANAA APARECIDA BITENCOURT LOPES.

ANTONIO POLIDO NETO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO EMPRESÁRIO, NASCIDO EM JOSÉ BONIFÁCIO, SP NO DIA (21/09/1958), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOSÉ POLIDO E DE FRANCISCA BENTA DE AGUIAR. **TÂNIA RRGINA IVONISKO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO DO LAR, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (07/06/1966), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE GEORGE IVONISKO E DE ELIZABETE BENEDITA MATHIAS IVONISKO.

ALEXANDRE CLARET ALBERTOS, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ENGENHEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (18/03/1975), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE HEITOR ALBERTOS FILHO E DE NIUSA VERA CLARET ALBERTOS. **DENISE GURFINKEL** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO HOTELEIRA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (01/06/1981), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE DÉCIO GURFINKEL E DE REGINA STELA GURFINKEL.

JOSÉ CARLOS ANASTACIO JUNIOR, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO EMPRESÁRIO, NASCIDO EM BIRIGUI, SP NO DIA (03/04/1978), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOSÉ CARLOS ANASTACIO E DE JACIARA APARECIDA MICHELONI ANASTACIO. **RENATA MOURA CARVALHO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO CONTADORA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (24/02/1986), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE MANOEL FRANCISCO CARVALHO E DE MARIA DE LOURDES MOURA CARVALHO.

HUGO ARAUJO FALCÃO PAULO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO AUXILIAR DE SUPORTE, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (16/12/1997), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE AGILSON FALCÃO PAULO E DE KATIA MARIA DE ARAÚJO GOMES. **REBEKA CRISTINA CHAVES BENEDICTO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO CANTORA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (20/11/1998), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOÃO CARLOS BENEDICTO E DE VALÉRIA ERNARDES CHAVES BENEDICTO.

HIGOR JUVENTINO NASCIMENTO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO PROMOTOR DE VENDAS, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (27/06/1997), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE EDSON NASCIMENTO BORGES. NASCIMENTO E DE LILIANE APARECIDA JUVENTINO NASCIMENTO. **NATHALIA APARECIDA DE OLIVEIRA GONÇALVES,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO JOVEM APRENDIZ, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (03/10/1997), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE GEORGE ALVES GONÇALVES E DE CRISTINA APARECIDA DE OLIVEIRA GONÇALVES.

JOSÉ COELHO JUNHO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO PINTOR DE AUTOS, NASCIDO EM SERRA TALHADA, PE NO DIA (10/04/1970), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOSÉ COELHO DO NASCIMENTO E DE PEDRINA ALVES DO NASCIMENTO. **SIRLENE OLIVEIRA SILVA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO SUPERVISORA DE VENDAS, NASCIDA EM IRUNDIARA, BA NO DIA (13/11/1980), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE NELSON ANTONIO DA SILVA E DE CIRCE RODRIGUES DE OLIVEIRA.

JONAS GOMES MARQUES, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO PADREIRO, NASCIDO EM RUY BARBOSA, BAN O DIA (13/07/1988), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE JESUS OLIVEIRA MARQUES E DE MARIA DE JESUS GOMES MARQUES. **THAMIRES PIRES DE OLIVEIRA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO RECEPCIONISTA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO D